

UNIFAE CENTRO UNIVERSITÁRIO
MESTRADO EM ORGANIZAÇÕES E DESENVOLVIMENTO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**COOPERATIVISMO AVÍCOLA E O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-
ECONÔMICO EM PALOTINA**

ADRIANA ALVES

CURITIBA

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ADRIANA ALVES

**COOPERATIVISMO AVÍCOLA E O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO EM
PALOTINA E REGIÃO**

**Dissertação apresentada para qualificação, como
requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em
Organizações e Desenvolvimento, UNIFAE Centro
Universitário.**

Orientador: Prof . Chistian Luiz da Silva, Dr.

Curitiba, outubro de 2007

TERMO DE APROVAÇÃO

ADRIANA ALVES

COOPERATIVISMO AVÍCOLA E O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO EM PALOTINA E REGIÃO

Esta dissertação foi aprovada pelo Curso de Mestrado Acadêmico Multidisciplinar em Organizações e Desenvolvimento da FAE - Centro Universitário Franciscano do Paraná.

Curitiba, 22 de outubro de 2007.

Prof. José Edmilson de Souza-Lima Dr.
Coordenador do Curso

Prof. . Christian Luiz da Silva Dr.
Orientador(a)
UNIFAE Centro Universitário

Prof. Dr. Isaura Alberton de Lima
Examinador Exteno
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antoninho Caron
Examinador Interno
UNIFAE Centro Universitário

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar o desenvolvimento sócio-econômico ocorrido na região de atuação da C Vale Cooperativa Agroindustrial, após a industrialização avícola ocorrida em 1997. Para embasar a pesquisa realizou-se um resgate dos conceitos de desenvolvimento sócio-econômicos, partindo dos clássicos como Adam Smith, David Ricardo e Schumpeter, para os conceitos multi de Furtado, Cardoso e Faletto e Becker. Também se realizou um resgate dos conceitos de desenvolvimento local e sustentável, agroindústria e cooperativismo.

A pesquisa foi realizada com os cooperados da C. Vale, especialmente os que desenvolvem atividade avícola. O questionário contou com questões que avaliavam os motivos da associação do cooperado, a geração de renda, as condições sócio-econômicas, e a percepção do cooperado da importância da C. Vale para o desenvolvimento sócio-econômico da região. A C. Vale está localizada na região oeste do Paraná, e atua junto com os cooperados com as atividades de insumos, grãos (soja, milho e trigo), suinocultura, atividade de leite e avicultura. Possui cadeia verticalizada de produção, através de agroindústrias,, visando agregar valor ao produto do associado.

As cooperativas contribuem para a evolução dos seus associados em duas grandes dimensões, a econômica e a social. Na dimensão econômica com o melhoramento da renda através da melhor disponibilidade do produto ou serviços do cooperado para o mercado consumidor. Na dimensão social através da inclusão social e da disponibilização, ao cooperado, de novos conhecimentos, além de aproximá-lo de uma rede de contato com outros cooperados. Dentro deste objetivo, foi realizada tanto uma pesquisa bibliográfica no que tange o desenvolvimento local e o cooperativismo, como também uma pesquisa de campo para avaliar e demonstrar se a instituição cooperativa contribui para o desenvolvimento econômico e social local e para o fortalecimento dos seus cooperados.

A cooperativa foi apontada na pesquisa como fomentadora da educação local, através de cursos, palestras e seminários que são ministrados aos cooperados e colaboradores. A pesquisa demonstrou, de forma indireta, que há ganho de escolaridade comparando os cooperados e seus filhos maiores de 17 anos.

Palavras-chave: Cooperativismo agropecuário, integração avícola, desenvolvimento local.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the socio-economical development occurred in the action area of the C Vale Cooperativa Agroindustrial, after the poultry industrialization that occurred in 1997. The research was based on a rescue of the socio-economic development concepts, starting from classics like Adam Smith, David Ricardo and Schumpeter, to the multi concepts of Stolen, Cardoso and Faletto, and Becker. Also, it carried out a rescue of the concepts of local and sustainable development, agro-industry and cooperativism. The research was carried out with the members/associates of the cooperative society of the C. Vale, especially the ones developing the poultry activity. The questionnaire included questions that evaluated the reasons for association of its members, the generation of income, the socio-economic conditions, and their perception of the importance of C. Vale for the socio-economic development of the region. The C. Vale Cooperative is located in the West region of State of Paraná, and acts in conjunction with its members/associates in the areas of raw material, grains (soy, corn and wheat), pig, milk and poultry breeding. Owning a vertical chain of production, through agro-industries, aims to aggregate value to the associate's products.

The cooperative contributes for the evolution of the associates in two big dimensions: economical and social. In the economical dimension contributes with the improvement of the income, through the best availability of the product or service of the associate to the consumer market. In the social dimension through the social inclusion, and through the availability, for the associate, of new knowledge, besides approaching him to a network of contact with other associates. In that purpose, a bibliographical research was carried out concerning the local development and to cooperativism, as well as a field research to evaluate and demonstrate if the cooperative institution contributes for the local social and economic development, and for the strengthening of its associates.

The cooperative was appointed in the research as a promoter of the local education, through courses, lectures and seminars that are administered to the associates and its co-workers. The research showed, in an indirect way, that there was improvement in education when comparing the cooperated and their sons over 17.

Key words: Cooperativism; aviculture integration, regional development

Este trabalho é dedicado a minha mãe, que com grande ternura e paciência cuidou de meu filho durante a pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me deu saúde e forças para continuar o trabalho

À minha família que soube esperar e entender meus momentos de ausência.

Ao Christian, meu orientador, que mesmo à distância sempre me encorajou a continuar, e como um capitão acertava o “leme deste barco”

Ao Sr. Alfredo Lang, presidente da C Vale, por possibilitar esta pesquisa

Ao Sr. Nestor Waskiewicz e Sueli Alves Kruger, que me guiaram dentro da empresa

Ao Sr. Alexandre Rafael Lage Paixão, responsável pelo setor de fomento avícola, que me forneceu informações importantes sobre a atividade

Aos senhores Carlos Mattiuzzi, Roque Faccin, Laurinei Wanderer e João Roberto Paludo, respectivamente gerentes e demais funcionários das unidades Palotina, Assis, Maripá e Terra Roxa que possibilitaram toda a pesquisa

Ao Licio Paulo Alves, meu irmão, que efetuou as entrevistas.

Ao Wanderley Affonso Pinto, gerente do Banco Safra, que sempre me liberou para que pudesse cumprir os objetivos deste trabalho.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA (CONTEXTO E JUSTIFICATIVA)	14
1.2 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA	19
1.3 HIPÓTESES	20
1.4 OBJETIVOS	20
1.4.1 Objetivo geral	20
1.4.2 Objetivos específicos	20
1.5 RELEVÂNCIA	21
1.6 LIMITAÇÕES	23
1.7 METODOLOGIA	24
1.8 ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	25
2 DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO, AGROINDÚSTRIA E COOPERATIVISMO.....	27
2.1 O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO - CONCEITO	27
2.1.1 Desenvolvimento: uma discussão conceitual	28
2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL.....	36
2.2.1 Desenvolvimento Sustentável.....	38
2.3 AGROINDÚSTRIA.....	41
2.3.1 Agricultura e agroindústria no Paraná	47
2.3.1.1 Avicultura	51
2.4 COOPERATIVISMO: UM RESGATE HISTÓRICO	58
2.4.1 Cooperativismo no Brasil	61
2.4.1.1 Cooperativismo Agropecuário no Brasil	63
2.4.2 Cooperativismo no Paraná	66
2.4.2.1 Cooperativismo Agropecuário no Paraná	69
2.5 SÍNTESE DA REVISÃO TEÓRICA	72

3 REGIÃO OESTE DO PARANÁ E A C VALE COOPERATIVA	
AGROINDUSTRIAL	74
3.1 REGIÃO OESTE DO PARANÁ E COOPERATIVISMO	74
3.2 HISTÓRICO DA C VALE	81
3.2.1 A Cooperativa e o relacionamento com seus produtores.....	85
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	89
4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	89
4.2 METODOLOGIA	90
4.2.1 Técnicas de Coleta de Dados e Amostra da Pesquisa.....	93
4.2.2 Descrição do Questionário.....	93
5 A C. VALE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL E O DESENVOLVIMENTO..	96
5.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	97
5.1.1 Vinculação do Associado à Cooperativa	98
5.1.2 Geração de Renda	101
5.1.3 Atividade de Avicultura.....	105
5.1.4 Condições Sócio-econômicas dos cooperados	108
5.1.5 Avaliação do Cooperado sobre a Importância da C. Vale para o Desenvolvimento Sócio-econômico da Região	112
5.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS E COMPARATIVOS COM DADOS DA C. VALE E COPACOL.....	115
5.3 CONCLUSÃO DA PESQUISA	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
APÊNDICE	131

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Produção Brasileira de Carne de Frango (mil toneladas)	56
TABELA 2: Total de Cabeças de Frango Abatidas no Brasil (milhares de cabeças)	57
TABELA 3: Número de Cooperativas por Ramo e Número de Cooperados - Paraná	68
TABELA 4: Distribuição dos Associados das Cooperativas Agropecuárias por Área no Paraná - 1996	69
TABELA 5: IDH-M dos Municípios da Região de Atuação da C. Vale	80
TABELA 6: Produção Agrícola e Pecuária 1996 a 2006 da Região da C. Vale.....	80
TABELA 7: Participação da Região Oeste no Valor da Produção Agrícola do Estado do Paraná – Ano Base 2001.....	81
TABELA 8: Distribuição dos Associados por Município de ATUAÇÃO – C. VALE	82
TABELA 9: Produção Grãos por Cooperados (ton – qde).....	83
TABELA 10: Produção Agroindustrial – C. Vale.....	84
TABELA 11: Integrados Avicultura da C. Vale por Município em 2007	91
TABELA 12: Indicadores da Região de Atuação da Integração Avícola da C. Vale	97
TABELA 13: Evolução da Renda dos 17 Cooperados que Mensuraram a Renda Anterior a Vinculação na Cooperativa e a Renda Atual	102
TABELA 14: Variação do PIB da Região de 1999 a 2004	103

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Participação das Cooperativas na Produção Agropecuária do Paraná - 2005.....	70
QUADRO 2: Cooperativas e Agroindústrias do Paraná – 2005	71
QUADRO 3: Recepção Grãos – C Vale de 2002 a 2006 (toneladas)	83
QUADRO 4: Cooperados da C. Vale Por Atividade e por Estado em 2007.....	91
QUADRO 5: Datas e Locais de Aplicação da Pesquisa.....	98
QUADRO 6: Relação do Produtor com a Cooperativa C. Vale.....	101
QUADRO 7: Geração de Renda dos Cooperados da Cooperativa C. Vale	105
QUADRO 8: Atividade de Avicultura dos Cooperados da C. Vale.....	107
QUADRO 9: Condições Sócio-Econômicas dos Cooperados da C. Vale	112
QUADRO 10: Avaliação da Importância da Cooperativa C. Vale para o Desenvolvimento Sócio-Econômico	113
QUADRO 11: Capacitação Promovida Pela C. Vale.....	114
QUADRO 12: Comparação entre Copacol e C. Vale	115
QUADRO 13: Comparativo de Pesquisa e Dados da C. Vale – Avicultura	116
QUADRO 14: Comparação da Pesquisa com Dados do IBGE	117

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Cadeia avicultura	55
FIGURA 2: Projetos Regionais de Cooperativismo.....	75
FIGURA 3: Delimitação do Oeste pelos Critérios do IBGE.....	77
FIGURA 4: Região Oeste do Paraná.....	78
FIGURA 5: IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (Ano Base 2000).....	79
FIGURA 6: Municípios com atuação Avícola da C. Vale	96

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Histórico do Preço da Saca de Soja	86
GRÁFICO 2: Histórico do Preço Médio do Frango (em Dólar) <i>versus</i> a Cotação do Dólar..	87
GRÁFICO 3: Relação entre Preço Soja, Frango, Milho e Taxa de Dólar.....	88
GRÁFICO 4: Área Total da Propriedade dos Cooperados da C. Vale.....	99
GRÁFICO 5: Motivos para Cooperados se Associarem a C. Vale.....	100
GRÁFICO 6: Atividades Desenvolvidas Com A C. Vale, Pelos Cooperados	100
GRÁFICO 7: Periodicidade de Recebimento antes de se Associar a Cooperativa.....	104
GRÁFICO 8: Periodicidade de Recebimento após se tornar Associado da C. Vale.....	104
GRÁFICO 9: Atividade Avicultura Cooperados C. Vale	106
GRÁFICO 10: Incremento de Renda Anual Gerado pela Avicultura - C. Vale	107
GRÁFICO 11: Escolaridade dos Cooperados da C. Vale	108
GRÁFICO 12: Quantidade de Filhos dos Cooperados da C. Vale.....	109
GRÁFICO 13: Escolaridade dos Filhos dos Cooperados da C. Vale.....	110
GRÁFICO 14: Motivos para Adquirirem Produtos e Serviços na Região e em Outra Região dos Cooperados da C. Vale	111
GRÁFICO 15: Investimento da Renda em Imóveis e Equipamentos dos Cooperados da C. Vale	111
GRÁFICO 16: Importância da C. Vale para a Dimensão Social da Região	114

LISTA DE SIGLAS

ABEF	-	Associação Brasileira de Exportadores de Frango
BNDES	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	-	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
C VALE	-	Cooperativa Agroindustrial
COOPAVEL	-	Cooperativa Agroindustrial
COPACOL	-	Cooperativa Agroindustrial
COPAGRIL	-	Cooperativa Agroindustrial
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	-	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
OCB	-	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEPAR	-	Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
PBDCT	-	Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PEA	-	População Economicamente Ativa
PIB	-	Produto Interno Bruto
PPI	-	Projeto Político-pedagógico
PRONAF	-	Programa Nacional de Agricultura Familiar
RMC	-	Região Metropolitana de Cascavel
SESCOOP	-	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SIF	-	Serviço de Inspeção Federal
SIP	-	Serviço de Inspeção do Paraná
UTFPR	-	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA (CONTEXTO E JUSTIFICATIVA)

A história do desenvolvimento de um povo se inicia com a agricultura. A arte de cultivar a terra é observada desde a história antiga e também em populações isoladas como as indígenas. A agricultura é dominada pelo homem após a fixação na terra, quando os povos deixaram de ser nômades. Durante séculos a agricultura foi tratada da forma extrativa, sendo a atividade resumida aos atos de plantar e colher. Com o avanço capitalista a agricultura passa por profundas transformações. “A produção agropecuária deixa, assim, de ser uma esperança ao sabor das forças da Natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital”, (SILVA,1998, p. 4).

A agricultura extrativa perde espaço devido à exaustão dos solos e semente, onde as culturas perdem produtividade e conseqüentemente a competitividade. A agricultura cresce baseada na expansão de áreas, o que acabou impulsionado pela ampliação da infra-estrutura. Inicialmente houve um aumento na utilização de tratores e fertilizantes com intuito de aumentar a produtividade. A agricultura, impulsionada pelas transformações capitalistas, passa de natural para uma que utiliza insumos industriais. “O que interessa realçar aqui é que a agricultura se industrializa nesse processo, isto é, torna-se um setor subordinado ao capital, integrado à grande produção industrial. Dito de outra maneira, a agricultura se transforma num ramo de aplicação do capital em geral e, de modo particular, do capital industrial que lhe vende insumos e compra as mercadorias aí produzidas”, (SILVA, 1998, p. 4).

A agricultura se integra à indústria e adota a sua dinâmica mecânica. Como a indústria passa por mudanças tais como revolução mecânica, tecnológica e de automação, a agricultura também tende a passar pelas mesmas mudanças, passando de uma agricultura artesanal e manual para mecânica com uso de máquinas como tratores, colheitadeiras, plantadeiras, etc.

Nas primeiras décadas do século XX a inserção da economia paranaense no cenário nacional e internacional ocorria através da produção de erva mate e da madeira, em especial o pinho. A partir dos anos 30 este cenário se altera com a ocupação cafeeira no norte-paranaense. “Em pouco tempo, o café passou a ser à base do desenvolvimento do Paraná e sua forma de inserção no mercado nacional até a década de 60”, (TRINTIN, 2006, p. 41).

Mesmo sendo o café uma cultura sob conjuntura desfavorável na época devido à super oferta, incineração de estoques e falta de crédito para a cultura, a cafeicultura continuou se expandindo no estado devido à alta produtividade proporcionada pela fertilidade do solo, características de pequenas propriedades (minifúndios) com mão-de-obra familiar.

A ocupação da região oeste do Paraná, segundo Trintin (2006), até a década de 20 era bastante precária devido à falta de interligação com os grandes centros. As cidades existentes, surgiram pela delimitação com o território argentino, e com atividade exploratória de erva-mate e madeira. Após este período a ocupação ocorreu pelo movimento migratório dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, motivados pela redução das terras devido à herança. Estes migrantes trazem para o oeste e sudoeste paranaense as mesmas práticas adotadas nas suas regiões de origem. O movimento foi impulsionado por iniciativas públicas e privadas de colonização que criaram condições favoráveis para os agricultores cultivarem as terras. Como consequência desta expansão, a economia estadual passou a ser impulsionada pelo setor agrícola.

Com a decadência da economia cafeeira, surge um novo ciclo pela expansão das áreas de soja no oeste, e pela expansão do gado no noroeste. Com a experiência dos migrantes catarinenses e gaúchos, as regiões do estado iniciam a produção de suínos e posteriormente a produção de frango.

Segundo Trintin (2006), a colonização agrícola do estado ocorreu por distribuição das propriedades de forma desconcentrada, favorecendo surgimento de pequenas propriedades.

As pequenas propriedades para serem competitivas necessitam se reunir para aumentar seu poder no mercado. Conforme Singer (2002), um grupo cooperativo deve ser capaz de simultaneamente preservar o tamanho dos pequenos empreendimentos e eliminar as diferenças de rentabilidade, equalizando os resultados para o grupo de cooperados.

As cooperativas são organizações com atuação local e que possuem como cooperados, pessoas da própria comunidade. No Brasil e principalmente no Estado do Paraná, este tipo de organização é muito comum em diversos ramos como cooperativas de trabalho, médicos, crédito e no meio rural através das cooperativas de produção agropecuárias.

As cooperativas agropecuárias do estado do Paraná, entre outras, surgem a partir da década de 40, da necessidade de aumentar a competitividade do agricultor e a agroindústria (aves, suínos, leite, entre outras) como alternativa de renda e desenvolvimento local.

Conforme Oliveira (2001), as cooperativas são organizações que promovem o desenvolvimento local, haja vista trabalharem em prol da comunidade onde atuam, buscando agregar valor aos seus associados.

A busca da competitividade, no atual cenário globalizado, tem exigido das empresas respostas e decisões rápidas e precisas de seus negócios. As empresas buscam as reorganizações para tornarem-se mais dinâmicas e menos complexas, no que se refere aos processos operacionais e estratégicos, explorando melhor o seu relacionamento entre fornecedores e clientes.

As cooperativas agropecuárias do Paraná deixaram de direcionar seus objetivos apenas à produção de alimentos e se inseriram na industrialização da produção, agregando mais esta atividade ao leque de serviços prestados a seus cooperados (MENEGÁRIO, 2000).

As cooperativas também buscam verticalizar a sua produção, procurando agregar valor ao produto final, e garantir maior retorno para o cooperado, (FAYARDO, 2006). Esta verticalização buscou na agroindústria a resposta para agregar valor aos cereais, e tirá-los da condição de *commodities*. Em sua maioria as cooperativas buscaram uma industrialização do complexo soja (margarina, creme, suco, etc), e também para industrialização láctea e de carnes (bovina, suína e de aves), (OCEPAR, 2007).

A liderança cooperativista no agronegócio regional ocorre em várias etapas do complexo agroindustrial, especialmente nos segmentos de produção de soja, trigo, algodão, leite, cevada e café. Esta liderança ocorreu pelos ciclos finais de beneficiamento e pelos ganhos tecnológicos de escala (LOURENÇO, 2000).

O estado do Paraná foi marcado pela constituição de cooperativas, que reuniam a força do produtor. Devido a sua vocação agrícola, propiciada por terras férteis e clima favorável às culturas, o crescimento deste tipo de associação foi ficando cada vez maior. Atualmente, segundo OCEPAR (2007), o Estado do Paraná possui 74 cooperativas agropecuárias, e várias delas possuem industrialização inserida no seu processo produtivo.

As cooperativas da região oeste do estado do Paraná, conforme OCEPAR (2007), promoveram a partir de 1994 um elevado nível de industrialização do complexo soja (óleo, farelo, sucos, margarina, etc), suinocultura (embutidos, cortes, etc), leite (longa vida, doce, leite condensado, iogurtes, etc) e aves (cortes, embutidos, etc). O crescimento de maior relevância foi verificado no setor avícola, conforme dados dos relatórios anuais das empresas C. Vale, Copacol, Coopavel, Cooperativa Lar e Copagril. As cooperativas relatadas abrangem toda a região Oeste do Paraná, respondendo por um faturamento anual de R\$ 3,3bilhões.

Esta evolução desencadeou uma série de fatores, entre eles um maior nível de investimentos do cooperado, diversificação do risco da cultura que anteriormente era somente de plantio, alteração do fluxo de renda do cooperado/produtor, conforme dados pesquisados junto às cooperativas da região. As cooperativas proporcionam a evolução da agricultura de

subsistência para a agricultura incorporada às demandas do mercado, proporcionam produção, comercialização e industrialização.

No Estado do Paraná as cooperativas agropecuárias apresentaram, em 2004, um faturamento de R\$ 18 bilhões. As cooperativas agropecuárias do oeste respondem por cerca de 20% deste volume. Com relação à produção dos principais cereais no Paraná, em 1995, as cooperativas receberam 11,39 milhões de toneladas, em 2000 atingiram 12,75 mil toneladas e em 2005 a produção recebida foi de 12,92 mil toneladas. Quanto ao faturamento geral (em bilhões – R\$) das cooperativas agropecuárias, em 1995 foi R\$ 3,66 – em 2000, R\$ 5,74 e em 2005 de R\$ 14,01, (OCEPAR, 2007).

O aumento no volume de investimentos efetuado pelo cooperado se deu em virtude de interrupção do plantio em parte da área e construção de granjas destinadas à engorda de pintainhos. Tais investimentos necessitaram de financiamentos que foram propiciados pelos sistemas PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar) onde o principal agente financiador foi BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento Estadual). Conforme verificado em pesquisa junto a cooperados e entrevista às cooperativas C. Vale, Copacol, Coopavel, Copagrill e Cooperativa Agroindustrial Lar.

A diversificação do risco da cultura contribuiu para aumentar a renda do cooperado / produtor. Anteriormente, o produtor que somente atuava com a produção de grãos estava sujeito às mudanças climáticas que poderiam resultar na perda de até 100% da lavoura, e a recuperação somente é possível na próxima safra. Com a incorporação do resultado de novas atividades, ocorre o aumento da renda. A diversificação da produção na pequena propriedade (considerada até 10 alqueires) atribui a cada atividade um peso de no máximo 30% da renda anual, o que melhora o nível de renda.

Com relação à geração de renda, Rocha Jr. (2001, p. 54) enfatiza que: “o êxodo rural é facilitado pelo fato de o agricultor não conseguir manter uma renda mínima, o que impede o desenvolvimento sustentável da agricultura”. Neste intuito, as cooperativas exercem grande influência no meio rural e no desenvolvimento local, agrupando e mantendo no campo aproximadamente 106 mil produtores rurais, que normalmente possuem propriedades com pequena estrutura fundiária, (OCEPAR, 2007).

A instalação das agroindústrias (indústria de ração, frigorífico de aves), ocorrida em 1997, privilegiou a região paranaense de atuação da cooperativa, devido à proximidade com a oferta de matéria-prima (grãos para fabricação de ração), razoável distância de portos ou grandes centros consumidores. A decisão de instalação da agroindústria no Paraná se deu em virtude da maioria dos cooperados serem proprietários de pequenas propriedades (até 10

alqueires), privilegiando o processo de integração.

Assim, destaca-se que a localização de uma agroindústria pode ser influenciada pelo mercado ou pela proximidade da origem das matérias-primas, clientes, dependendo da soma minimizada dos custos de acumulação e de distribuição. Em alguns casos, uma localização entre o mercado e a origem das matérias-primas pode levar a custos mais baixos, (BOWERSOX, 1978).

Bowersox (1978), afirma que o grupo final de fatores que influenciam na seleção é classificado como fatores intangíveis, que podem ser divididos em dois grupos para discussão. A primeira categoria inclui custos físicos influenciando fatores que resultam de contatos pessoais de executivos de companhias. O segundo grupo são as preferências pessoais, os desejos e as necessidades humanas, que influenciam nesta seleção para uma localização ideal. Estes fatores essencialmente humanos podem ser de extrema importância na localização de uma planta industrial.

A industrialização também alterou o fluxo de renda do cooperado / produtor, que antes da atividade avícola¹, estava limitado a dois eventos anuais quando ocorria a comercialização da colheita. O plantio e colheita da região são denominados como plantio de verão e de inverno. O plantio de verão é o mais utilizado pelos produtores devido aos menores riscos e possibilidades de maiores rentabilidades. O plantio de verão é normalmente dividido entre as culturas de soja e milho. O plantio de inverno não tem uma caracterização de comercialização, pois a maioria das culturas plantadas é utilizada como adubação verde. A principal cultura de inverno comercializada é o trigo. Com a industrialização avícola os cooperados agregaram à suas propriedades a engorda de pintainhos propiciando assim um fluxo de renda a cada 60 dias.

Conforme informações das cooperativas locais, a região oeste do estado do Paraná demonstrou vocação para criação de animais devido à região ser plana e de clima favorável (inverno curto), e ter como característica os minifúndios, o que propicia a integração (suínos e aves). A região responde por grande participação nos percentual de abate de aves e suínos sendo responsável pelo abate de um milhão de aves/dia. Conforme informações disponibilizadas pela C. Vale, o abate atual é de duzentos e quarenta mil aves/dia e ampliou em 2005 sua planta para capacidade de abate de até trezentas mil aves/dia que será atingido no final de 2007, (C. VALE, 2007).

A região de abrangência da C Vale responde pelos municípios de Palotina, Assis

¹ Na integração avícola o cooperado recebe os pintainhos de 1 dia e a ração, e é responsável por fornecer local apropriado, denominado de granja, com climatização ideal, fornecer ração e água até a vida adulta do frango.

Chateaubriand, Terra Roxa, Nova Santa Rosa, Maripá, Francisco Alves, Alto Piquiri e Brasilândia. Esta região tem uma população de 110.008 habitantes, onde 73% vivem na área urbana e 27% na área rural. (IBGE, 2000). Esta mesma região no Censo de 1991, contava com 123.738 habitantes, com 64% residindo na área urbana e 36% na área rural.

Conforme dados do IBGE, 56,2% da população tem renda entre $\frac{1}{2}$ e 2 salários mínimos, 98% das residências urbanas possuem água encanada através da rede pública e 86% das residências rurais possuem água encanada da rede pública ou poços artesianos.

1.2 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA

O setor de avicultura vem crescendo nos últimos anos, saindo de uma produção artesanal para grande escala de produção. O Paraná, aproveitando as suas potencialidades, como abundante produção de soja e milho e predominância de minifúndios, vem se tornando cada vez mais competitivo no setor. Conforme Mazzali (2000), o Paraná participa em mais de 20% da produção de 2002, devido à modernização agrícola e acesso à matéria-prima. A produção está concentrada no interior do estado.

Conforme ABEF (2006) o Paraná é o segundo maior exportador de carne de frango, ficando atrás somente de Santa Catarina. Outro fator que amplia a participação do estado na produção e exportação é grau tecnológico envolvido na produção de frangos, como melhoramento genético de matrizes, maior conversão alimentar de rações, logística privilegiada, com toda a cadeia de produção estando próxima, pois ficam numa mesma região granjas de matrizes, incubadoras para produção de pintainhos, produção de milho e soja, fábrica de farelo e óleo de soja, fábrica de rações, granjas terminadoras e frigoríficos.

De acordo com Zanatta e Silva (2002), existem três tipos de cadeias de avicultura de corte: empresas líderes, seguidores cooperativados e seguidores não cooperativados, sendo que destes os seguidores não cooperativados possuem a menor vantagem competitiva, porém no Paraná, todas as empresas convivem, mesmo com diferentes tamanhos e estruturas.

Na região Oeste do Paraná estão localizadas as principais empresas líderes, as cooperativas mais importantes da região que atuam com produção avícola e também empresas não cooperativadas. Na cadeia avícola há uma geração de renda que atinge fornecedores, funcionários, integrados, cooperados e prestadores de serviços.

Considerando a geração de renda existente na cadeia, surge a questão se a distribuição de renda é equilibrada, e se movimentada a economia local, proporcionando o ciclo de renda.

Considerando o nível de industrialização atingido pelas cooperativas do oeste

paranaense e a oferta de uma diversificação na atividade e renda do cooperado surge o questionamento da participação da cooperativa no nível de desenvolvimento sócio-econômico do cooperado e, em consequência, também à região ao que o mesmo se localiza. O cooperativismo avícola contribui para o desenvolvimento sócio-econômico da região em que está inserido?

O nível de desenvolvimento sócio-econômico será medido através do estudo dos índices de desenvolvimento PIB per capita, IDH, grau de urbanização e taxa de pobreza dos municípios de atendimento da C. Vale no estado do Paraná. Para tanto serão realizadas entrevistas junto aos cooperados para apurar o nível de escolaridade, renda, e saúde dos cooperados antes e depois da implantação do complexo avícola da C Vale.

1.3 HIPÓTESES

Esta dissertação procura abordar a cooperativa agroindustrial como uma organização local que promove desenvolvimento local e maior ganho de renda ao seu cooperado, além de todo envolvimento social da cooperativa com seu cooperado e com a comunidade onde atua. Estas ações propiciam maior nível de desenvolvimento sócio-econômico na região.

O presente trabalho tem como hipótese que o cooperativismo avícola, através da integração e mudança do fluxo de renda do produtor, propiciou um maior desenvolvimento sócio-econômico da região de Palotina.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

O objetivo geral é verificar a contribuição da cooperativa C. Vale para o desenvolvimento sócio-econômico nos municípios da sua área de abrangência no estado do Paraná após a implantação da integração avícola em 1997.

1.4.2 Objetivos específicos

1) Contextualizar a cooperativa na região e suas influências pelas atividades desenvolvidas frente ao ambiente em que estão inseridas.

2) Verificar o nível de industrialização ocorrido na região e os reflexos em seus indicadores econômicos.

3) Identificar a influência da integração avícola promovida pela cooperativa no nível de renda do cooperado

4) Verificar a interação entre cooperativa e cooperado buscando enfatizar a importância da instituição no desenvolvimento da condição sócio-econômica do cooperado e da região.

1.5 RELEVÂNCIA

O presente trabalho busca evidenciar a influência da decisão de industrialização avícola no desenvolvimento sócio-econômico dos municípios de atuação da Cooperativa C Vale no estado do Paraná, considerando dissertações e teses que trabalhem casos de localização e citando as demais cooperativas da região que também trabalham com a integração avícola.

O desenvolvimento desta dissertação está alinhado com o mestrado multidisciplinar da UNIFAE – Centro Universitário, dentro da linha de pesquisa de Sustentabilidade e Desenvolvimento Local através do projeto de pesquisa sobre impactos socioeconômicos da globalização no desenvolvimento regional. Esta linha de pesquisa analisa a participação das organizações no desenvolvimento e são agentes relevantes no processo de desenvolvimento, desta forma, as cooperativas são vistas como organizações que promovem o desenvolvimento local.

As dissertações e teses abaixo buscam a linha de desenvolvimento local, com ênfase para a contribuição das instituições para o desenvolvimento local.

Buss (2007) que discutiu em sua dissertação a contribuição de uma Instituição Tecnológica do porte da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) para o desenvolvimento local, tendo como objeto o estudo de caso do campus de Medianeira-PR. O estudo procurava constatar a contribuição de uma Instituição de Educação (UTFPR) no desenvolvimento local, através da formação de profissionais ou de parcerias que se firmam com empresas da mesorregião oeste do Paraná. Este trabalho utilizou a metodologia de investigação uma pesquisa exploratória - estudo de caso -, de abordagens qualitativa e quantitativa, do tipo descritivo-interpretativa que envolveu: amostra formada por noventa (90) egressos dos cursos de Tecnologia em Alimentos, Industrialização de Carnes e Laticínios, da UTFPR, *campus* de Medianeira; o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI); e

indicadores socioeconômicos da mesorregião oeste do Paraná. O eixo de análise envolveu a correlação entre educação tecnológica, aprimoramento e inovação de tecnologias através de pesquisas e desenvolvimento local e abrangeu quatro dimensões: política, econômica, técnica e simbólica. Iniciou-se com algumas reflexões teóricas para evidenciar um conceito de educação para o desenvolvimento baseado nas raízes históricas da educação brasileira, ajustando o foco para uma síntese do comportamento da educação técnico-profissional e tecnológica.

Souza (2004), discutiu em sua tese os fatores determinantes para o crescimento das regiões, abordando a teoria sobre o desenvolvimento regional e propondo um modelo macroeconômico de desenvolvimento regional. O objetivo desta tese foi criar um processo de mensuração para o crescimento econômico regional, que atendesse ao mesmo tempo a quatro requisitos básicos: i) se enquadrasse dentro de uma classificação teórica previamente estipulada; ii) levasse em conta os modelos macroeconômicos modernos que tratam de crescimento endógeno; iii) utilizasse na sua concepção e aplicação o maior número de variáveis determinantes do crescimento econômico regional; iv) incluísse no modelo uma variável explicativa denominada "dinâmica interna regional". Para tanto, realizou-se uma extensa pesquisa bibliográfica sobre aspectos teóricos e empíricos que tratavam da questão regional, e estudou-se e verificaram-se quais os fatores determinantes do crescimento econômico regional que ainda não tinham sido adequadamente mensurados e enquadrados nos modelos conhecidos sobre o tema.

Salanek Filho (2007) em sua dissertação discutiu o capital social e o cooperativismo agropecuário no processo de desenvolvimento sustentável local, usando como estudo de caso a Copacol Cooperativa Agroindustrial. O objetivo desta dissertação é avaliar se as cooperativas são organizações que promovem a formação e o fortalecimento do capital social e contribuem para o desenvolvimento sustentável local. Estas organizações são entidades de livre adesão, para participar basta que as pessoas interessadas estejam aptas para a atividade que a cooperativa foi constituída. As cooperativas contribuem para a evolução dos seus associados em duas grandes dimensões, a econômica e a social. Dentro deste objetivo, foi realizada tanto uma pesquisa bibliográfica no que tange o desenvolvimento local, o capital social e o cooperativismo, como também uma pesquisa de campo para avaliar e demonstrar se a instituição cooperativa contribui para o desenvolvimento local e para o fortalecimento do capital social entre os seus cooperados.

Outro trabalho considerado é o projeto da Fundação Araucária que busca analisar o cooperativismo e desenvolvimento sustentável através da interação das cadeias avícolas

agroindustriais com suas respectivas regiões no Paraná. A presente dissertação integra o projeto da Fundação Araucária, junto com outras pesquisas desenvolvidas na mesma linha de pesquisa. A presente dissertação também utiliza insumos do capítulo de livro, escrito em parceria com Silva e Saes, a ser publicado no ano de 2007. O capítulo analisa a cadeia de frango de corte no Paraná, que se consolidou, principalmente, no interior do Estado, onde concentra 79% da produção. Esta atividade contribui significativamente para a geração de superávits na balança comercial. O objetivo do capítulo foi discutir a distribuição da quase-renda na cadeia de frango de corte paranaense por meio da análise do custo de transação visando avaliar o incentivo dos produtores e abatedouros a permanecer na atividade. A produção avícola no estado é realizada por duas estruturas de governança distintas, firmas integradoras ou cooperativas. Acredita-se que cada uma delas estabelece diferentes padrões de apropriação dos resultados. Verificou-se que as diferentes estruturas de governança refletem particularidades nas transações, sejam referentes à característica própria do tipo de organização (cooperativa ou não), à capacidade de inovação (inovadora ou imitadora) ou ao direcionamento de mercado (apenas interno ou interno e externo). Embora seja uma avaliação especulativa, que demandaria maior pesquisa em campo para comprovação, pôde-se inferir que a estrutura de governança cooperativa possibilitaria maiores ganhos para os produtores e, conseqüentemente teria maior impacto sobre a renda da região

Os dois primeiros trabalhos estão relacionados com a teoria de desenvolvimento local, e o último faz uma análise com o desenvolvimento e o cooperativismo. Como a cooperativa C Vale está localizada na região oeste e tem o setor avícola como principal atividade agroindustrial, a dissertação de Salanek Filho será utilizada para efeitos comparativos.

1.6 LIMITAÇÕES:

As principais limitações do trabalho são:

- Espacial: este trabalho se limita aos municípios do oeste paranaense abrangidos pela atuação da C Vale Cooperativa Agroindustrial.
- Apesar destes municípios terem outras atividades econômicas, somente a atividade de cooperativa agropecuária será analisada.
- Com relação às informações da pesquisa de campo, somente serão contemplados os pontos abordados no questionário aplicado, não aprofundando em maior análise da região.
- A análise do estudo cooperativo será somente em cooperativas agropecuárias.

- Somente será estudo a organização cooperativista, excluindo da análise os agricultores e avicultores não cooperados, com relações comerciais com outras empresas, como *tradings*.
- Como efeito comparativo, esta pesquisa somente será comparada parcialmente com a pesquisa realizada por Salanek Filho, ficando limitada, portanto a sua comparação. Como se trata de pesquisa em cooperativa agropecuária, não faz menção a outro tipo de organização.
- Os dados de desenvolvimento analisados são limitados aos níveis de renda *per capita*, escolaridade, tamanho de família, taxa de urbanização e pobreza dos municípios.

1.7 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho é documental, exploratória e estudo de caso. A metodologia da pesquisa pode ser classificada de acordo com o objetivo desejado pelo pesquisador enquadrando-se, segundo Richardson (1999), como: estudos exploratórios, quando não se tem informação sobre determinado tema e se deseja conhecer o fenômeno. Estudos descritivos, quando se deseja descrever as características de um fenômeno. Ainda tem os estudos explicativos, quando se deseja analisar as conseqüências de um fenômeno, que não serão abordados nesta pesquisa.

Quanto ao objetivo e ao grau em que o problema de pesquisa está cristalizado, este estudo foi caracterizado como um estudo descritivo. É descritivo, uma vez que o pesquisador procura descrever a realidade como ela é, sem se preocupar em modificá-la (RUDIO, 1986; RICHARDSON, 1999). Segundo Gil (1994). Uma das características mais significativas das pesquisas descritivas, está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Quanto ao procedimento documental realizou-se a revisão bibliográfica sobre desenvolvimento econômico e local, agroindústria e avicultura. Para tanto se utilizou trabalhos que tratavam de desenvolvimento local, vinculado aos temas de cooperativismo e avicultura.

Para contextualização da cooperativa e dos municípios de atuação, foram utilizados dados estatísticos publicados pelo IBGE e outros anuários, para posterior comparação com os dados da pesquisa do estudo de caso. Conforme Yin (2002), o estudo de caso é a verificação de um fenômeno atual dentro da realidade pessoal.

A partir da leitura de Yin (2002), chega-se à conclusão que uma dissertação associada a um estudo de caso está se tornando um importante método de pesquisa principalmente para

investigar eventos fora dos limites do laboratório e dos objetivos do conhecimento da ciência laboratorial.

Para a pesquisa foram utilizados questionários com perguntas fechadas, focadas na verificação do grau de desenvolvimento pessoal e local, e a vinculação da cooperativa analisada com este desenvolvimento.

Os principais pontos abordados no questionário foram:

- Grau de vinculação do cooperado com a cooperativa;
- Relevância da cooperativa para o cooperado e para a comunidade do entorno;
- Identificar a alteração do desenvolvimento sócio-econômico do cooperado após vínculo com a cooperativa.

Com o grau de vinculação pretende-se averiguar o tempo que o cooperado está associado à cooperativa, e quais os motivos que levam à adesão e permanência destes cooperados associados. Com a análise da relevância da cooperativa para o cooperado e para a comunidade será analisado o papel da cooperativa no desenvolvimento local.

Por último a pesquisa irá levantar se após a associação, o cooperado obteve maior desenvolvimento sócio-econômico. Outros detalhes com relação à pesquisa e forma de tratamento dos dados estão explicados no quarto capítulo.

1.8 ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

O primeiro capítulo trata dos elementos de pesquisa, como problema, relevância, objetivos, problema e metodologia.

No segundo capítulo será realizado um histórico conceitual de desenvolvimento econômico e suas inter-relações com cooperativismo, agroindústria e avicultura. Serão resgatados os conceitos a partir de mercantilistas, fisiocratas, Adam Smith, David Ricardo, Marx, Keynes e, Schumpeter. Também será realizado a contextualização de desenvolvimento local e sustentável, agroindústria e o cooperativismo.

No terceiro capítulo serão contextualizadas a região e a cooperativa realizando uma análise comparativa antes e depois da industrialização avícola, enfatizando os indicadores de desenvolvimento como indicadores econômicos (PIB, PIB *per capita*), população, proporção de homens e mulheres, residência urbana e rural e nível de renda.

No quarto capítulo será apresentada a metodologia de pesquisa, enfatizando os pontos abordados no questionário, determinação de população e amostra.

No quinto capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa, fazendo comparativo

com os dados estatísticos dos municípios envolvidos na pesquisa. Por fim será apresentada a conclusão de todos os pontos analisados.

2 DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO, AGROINDÚSTRIA E COOPERATIVISMO

O tema desenvolvimento é constante em discursos políticos e noticiários sobre economia de uma nação. Apesar de vocábulo recorrente e de domínio público, o conceito não alcança a mesma dimensão.

Neste capítulo se fará um contexto histórico da formulação do conceito de desenvolvimento econômico a partir dos clássicos, passando por Keynes e Schumpeter, conceitos de Furtado, Cardoso e Becker. Embora, conforme Souza (2005), alguns autores entendam que a origem do conceito se dê no "pacto colonial" e tenha forte debate a partir da revolução industrial.

Este capítulo irá tratar também do desenvolvimento local e sustentável, agroindústria e cooperativismo. Estes quatro temas se interligam, devido o cooperativismo, através da agroindustrialização promover o desenvolvimento local e sustentável.

2.1 O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO - CONCEITO

Conforme Souza (2005, p. 5), alguns autores conceituam desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, outros entendem haver interligação entre os dois conceitos, porém de forma complementar, sendo o crescimento condição *sine qua non*, mas não suficiente, do desenvolvimento. "A idéia é de que o crescimento econômico distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, engendra automaticamente a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico".

O conceito é derrubado devido à observação da realidade onde somente o aumento do crescimento não leva ao desenvolvimento. "Mesmo que a economia cresça a taxas relativamente elevadas, o desemprego pode não estar diminuindo na rapidez necessária, tendo em vista a tendência contemporânea de robotização e de informatização [...] podem estar ocorrendo outros efeitos perversos [...]"(SOUZA, 2005, p. 5)

Embora o crescimento econômico seja necessário, não é suficiente para gerar o desenvolvimento (FRANCO, 2000). Não basta crescer economicamente, aumentando o PIB e a renda *per capita* da população, mas criar condições sócio-econômicas melhores para a população como um todo. Conforme Sen (2000), com frequência o crescimento econômico aumenta o número de ricos e de pobres também, mantendo e até alargando as desigualdades,

não produzindo desenvolvimento humano e social. Ainda segundo Sen, o desenvolvimento deve ser pensado além da acumulação de riqueza e aumento do PIB, e sim também estar relacionado com melhoria da vida e liberdade individual.

Conforme Souza (2005), a concentração de renda e transferência de renda para outros países, além do baixo consumo interno ocasionado pelos baixos salários, e a dificuldade em se implantar atividades interligadas aos setores que mais crescem são outros fatores que impedem que elevação no crescimento seja traduzida como desenvolvimento.

Para os autores que aliam o conceito de crescimento com desenvolvimento, a mudança de análise ocorre devido à introdução das variáveis qualitativas às quantitativas, envolvendo mudança na qualidade de vida de todos os atores econômicos. "Neste sentido, o desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna [...]", (SOUZA, 2005, p. 6).

O desenvolvimento ocorre quando há também a melhora do bem-estar do ser humano. Conforme Franco (1995), uma comunidade se desenvolve quando torna dinâmicas suas potencialidades.

2.1.1 Desenvolvimento: uma discussão conceitual

O conceito de desenvolvimento econômico tem sido discutido há muitos anos, passando pelos conceitos de crescimento econômico, capital e nível de emprego. Neste item será tratado das variações do conceito de desenvolvimento a partir das diversas vertentes, partindo da visão clássica até os conceitos de Furtado e Cardoso. A visão clássica será abordada agregada à visão cepalina, visto a primeira estar restrita ao conceito econômico, e as demais discussões ampliam o conceito para o social.

Os clássicos abordam a visão mercantilista e fisiocrata. Os mercantilistas defendiam a ênfase nas exportações. "[...] a riqueza das nações depende o afluxo externo de metais preciosos [...] o principal defeito do sistema [...] era o de desconsiderar o relevante papel das importações no desenvolvimento econômico", (SOUZA, 2005, p. 55).

Contudo o sistema mercantilista tinha coerência pois fomentava as exportações reduzindo os estoques internos, gerando empregos e fluxo de recursos. A geração de emprego e renda leva ao desenvolvimento.

Os fisiocratas pregavam o aumento do investimento na agricultura que eleva a produtividade e impulsiona a economia, consumir bens agrícolas em detrimento de bens de luxo; fomento a exportação e redução da carga tributária para estimular o consumo.

Ainda na visão clássica, outro autor com grande contribuição é Adam Smith. Para Smith (1983) a riqueza é proveniente do trabalho produtivo. O volume de produto obtido por trabalhador, em um dado período de tempo, depende da intensidade do capital, da tecnologia e da divisão do trabalho, possibilitada pelo aumento da dimensão dos mercados.

"A economia de Adam Smith, como a dos fisiocratas, funciona sob condições de liberdade total dos agentes econômicos, com a presença mínima do Estado, que teria como funções precípua a defesa, a justiça e a manutenção de certas obras públicas", (SOUZA, 2005, p. 58).

Smith (1983), explicava como se repartia a renda entre os grupos dos trabalhadores, dos detentores de capital e dos proprietários da terra. Acreditando que o mercado livre determinasse uma ordem econômica natural auto-reguladora, afirmava a existência de taxas naturais para as quais tendiam as remunerações dos grupos que participavam na produção. Os salários orbitariam em torno do nível de subsistência, o suficiente para manter e reproduzir a força de trabalho. Quanto aos lucros, seriam governados pela competição entre capitalistas na busca de um emprego para suas disponibilidades de recursos.

Embora entendesse que a expansão da economia depende dos gastos, Adam Smith defendia a poupança, pois somente assim seria possível aumentar o estoque de capital, que irá possibilitar o nível de produto.

Seu modelo de desenvolvimento, portanto, é sem obstáculos e alavancado pela poupança, que se transforma em investimento, permitindo a contratação de trabalhadores produtivos: a população, o capital e a tecnologia são complementares; com rendimentos crescentes, tanto os salários como os lucros sobem. A acumulação de capital desempenha papel crucial para que isso ocorra, ao aumentar a demanda por trabalho; isso eleva a massa salarial e a dimensão do mercado interno, gera economias de escala e reduz os custos médios de produção. O progresso técnico, diminuindo os custos e aumentando os lucros, também permite ao empresário pagar salários crescentes. Contudo, crescimento demográfico muito rápido coloca um limite à expansão dos salários e a concorrência entre os produtores acaba deprimindo a taxa de lucro no longo prazo, (SOUZA, 2005, p. 61).

Adam Smith procurou identificar as causas do crescimento econômico. As taxas de lucro positivas, oriundas da ampliação de mercados e divisão do trabalho, propiciam geração de poupança e conseqüentemente investimento. O crescimento econômico cria acumulação, onde maiores rendas geram poupança e investimento em níveis ampliados. No sistema de Adam Smith, o conhecimento dos fatores que regem a acumulação de capital tem importância fundamental no desenvolvimento econômico.

A taxa de lucro varia inversamente com o estoque de capital, pois o aumento da demanda de trabalhadores que o acompanha eleva os salários e diminui o lucro, (SMITH,

1983, p. 109). Quando aumenta o volume de capital reduz a taxa de lucro, e vice-versa. Quando a taxa de juros fica atraente em um setor, um maior número de capitais migram para este setor, reduzindo a taxa de lucro média.

Ainda na visão clássica, David Ricardo também se destaca ao tratar o crescimento como possível a partir da divisão dos trabalhos. O mercado deveria ser regido por leis que regulam a distribuição do produto entre proprietários, capitalistas e trabalhadores, na forma de renda, lucros e salários, (RICARDO, 1982).

O grande problema do crescimento econômico estava na agricultura, incapaz de produzir alimentos baratos para consumo dos trabalhadores, o que eleva os salários nominais, necessários para adquirir meios de produção e aumentar o nível de produto.

A ênfase é na terra, com uso intensivo de capital e aumentando a produtividade da terra. "A produtividade natural da terra ainda poderia contribuir mais com o desenvolvimento econômico, com o uso intensivo de capital, o que aumentaria o crescimento da agricultura [...]. Seria necessário um programa fisiocrático para mudar a mentalidade vigente, criar condições para o aumento dos investimentos na atividade agrícola, para desencadear o crescimento dos demais setores", (RICARDO, 1982, p. 57).

Ricardo centrava sua discussão na figura do proprietário de terras, cujos interesses se opunham aos dos trabalhadores e capitalistas no rebaixamento dos preços dos bens de salários, e conseqüentemente no custo de subsistência. Consolidou a visão da taxa de lucro como reguladora da taxa de crescimento econômico, pois origina incrementos futuros no produto.

Ricardo, se diferencia de Smith pela hipótese de que o volume da produção está sujeito à produtividade marginal decrescente. O uso intensivo da terra para aumentar a produção de alimentos, leva a exaustão e perda de fertilidade, obrigando a expansão da fronteira agrícola. Essa produtividade decrescente ocorre principalmente na agricultura.

Segundo Ricardo, os capitalistas desempenham importante papel no desenvolvimento, pois buscam oportunidades mais rentáveis para o capital, reinvestem as rendas e promovem a acumulação de capital.

A expansão agrícola, para propiciar o aumento da produção de alimentos, leva a busca de terras mais distantes. As terras de maior fertilidade são utilizadas primeiras dando surgimento às cidades. O aumento dos lucros permite a utilização de terras menos férteis. A renda da terra decorre, portanto da utilização adicional de terras de menor fertilidade. "A renda é a porção do produto da terra paga a seu proprietário pelo uso das forças originais e indestrutíveis do solo", (RICARDO, 1982, p. 65).

Para Ricardo a taxa de lucro cai porque o salário natural se eleva, devido os rendimentos decrescentes da agricultura, que aumentam os preços dos alimentos. A tendência de queda da taxa de lucro no longo prazo é contida pelo aumento da tecnologia na produção de alimentos e descobertas agrícolas, que reduzem o trabalho e custo dos alimentos.

Após a visão clássica, surge uma nova teoria defendida por Keynes, onde contrapunha as teorias existentes. A obra de Keynes surge no período pós-crise de 1929², onde os conceitos existentes não davam mais conta de explicar a realidade.

Segundo Keynes (1982), o desenvolvimento depende do pleno emprego dos fatores, com destaques para a propensão marginal a consumir, a preferência por liquidez e eficiência marginal do capital tem maior contribuição para o crescimento econômico. Keynes também aborda os ciclos da economia, embora entenda que a prosperidade e as crises ocorrem da oscilação da taxa de juros, pressionada pela demanda por moeda, e alteração dos investimentos. Porém ainda argumenta que os momentos de crises podem ser tão agudos, que a redução da taxa de juros não será suficiente para recuperar a economia³.

A teoria de Keynes defende que situações como as do pleno emprego não estão garantidas por nenhum mecanismo automático numa economia liberal, sua preocupação fundamentalmente com os níveis agregados da economia, com a determinação do nível de renda e emprego, deslocando o enfoque da micro para a macroeconomia. O Estado deve desempenhar papel importante no sentido de amenizar as crises e orientar a economia no sentido do pleno emprego.

Com uma visão mais desenvolvimentista Schumpeter em sua obra de 1911, previa que o fluxo circular da renda irá propiciar o desenvolvimento.

Ao se falar de desenvolvimento econômico, ficam implícitas idéias de crescimento, progresso, evolução e modernização, que são conceitos embutidos no modo capitalista de pensar. Onde o crescimento é definido pelo aumento do PIB (Produto Interno Bruto), e o desenvolvimento como aumento do PIB *per capita* acompanhado de melhora do poder aquisitivo da população e alterações estruturais na economia.

Segundo Schumpeter (1997), o ciclo econômico de crescimento era resultado das flutuações do investimento privado, advindo de um movimento irregular das inovações, sendo que as inovações eram entendidas como progresso científico e tecnológico.

Schumpeter (1997), introduz a idéia do fluxo circular da renda como fator de

² A crise de 1929 ocorreu pela quebra da bolsa de Nova Iorque, que abalou os mercados mundiais.

³ Para maiores detalhes do efeito da taxa de juros na economia consultar: Keynes, John M. A Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda.

equilíbrio da economia, e o utiliza como referência ao fenômeno do desenvolvimento econômico provocado pela ação do empresário em conjunto com o capitalista. Para melhor se entender o fluxo circular, observa-se a citação de Almeida:

O fluxo circular da renda é um sistema de trocas simples de mercadorias, que se reproduz periodicamente ao longo do tempo. Dentro do fluxo, a produção se organiza pela tradição, pela força do hábito e por experiências que os agentes produtores adquiriram no passado. Qualquer produtor conhece a extensão e a intensidade da demanda pelo seu bem. [...] o fluxo circular é uma posição de equilíbrio do sistema econômico, em que os preços e as quantidades podem ser determinados. [...] Não há lugar para o lucro dentro do fluxo circular, pois não é admitido nenhum excedente sobre os custos de produção das mercadorias. Como o fluxo circular da renda é uma representação de uma economia simples de trocas, o dinheiro na forma de um poder de compra geral tem meramente a função de facilitar a circulação de mercadorias; [...] a Lei de Say atua perfeitamente no fluxo circular, [...] Não há nada no fluxo circular que exija o elemento crédito e, por conseqüência o elemento juro. Isto ocorre basicamente porque em um sistema como esse, os agentes econômicos não alimentam expectativas para o futuro ou, em outros termos, as expectativas sobre o comportamento dos dados econômicos no período seguinte são as mesmas que as do período anterior, isto é, não existem expectativas temporais discrepantes, (ALMEIDA, 1995, p. 7).

Para Schumpeter, o capitalismo é um processo dinâmico em transformação.

O fenômeno do desenvolvimento econômico reside em uma transformação espontânea e descontínua, introduzida por categorias não-econômicas do sistema econômico, que altera o sistema definitivamente, retirando-o do estado de equilíbrio preexistente. Transformações envolvendo mudanças contínuas e graduais do sistema econômico, motivadas por mudanças nos dados (alteração dos gostos, condições naturais, efeitos de guerra, mudanças nas políticas social e econômica), que sejam passíveis de serem adaptadas (absorvíveis) pelos agentes econômicos, mas acarretam em desenvolvimento, (ALMEIDA, 1995, p. 19).

Schumpeter explica que o fluxo adicional de investimentos dava origem a fluxos adicionais de renda e despesa. Para tanto é preciso revisar o conceito de produção de Schumpeter “Considerando-se tanto econômica quanto tecnologicamente, produzir significa combinar as forças e coisas ao nosso alcance. Todos os métodos de produção significam algumas dessas combinações técnicas”, (SCHUMPETER, 1997, p. 32).

A visão clássica fica restrita ao desenvolvimento econômico, para ampliar o conceito de desenvolvimento serão apresentadas a visão de Furtado, Cardoso e Faletto, e Becker.

O desenvolvimento sócio-econômico de um país ou região está atrelado ao nível de investimentos existentes no país ou região. Investimentos estes não só atrelados ao crescimento econômico, mas também ao investimento em infra-estrutura e formação social do cidadão. São assim considerados porque tanto o crescimento quanto o desenvolvimento econômico só ocorrem conjuntamente à ocorrência das inovações em tecnologia e

conhecimento.

Originalmente desenvolvimento era visto como um processo de revelação e descoberta que apresentava mudança seqüencial de um estágio para outro, ocorria em ordem determinada e contemplava uma dimensão de valor, (CAIDEN e CARAVANTES, 1988).

Para Furtado (1988) as origens da noção de desenvolvimento podem ser detectadas em três diferentes correntes, a primeira surge com a filosofia do Iluminismo em direção a supremacia da razão, a segunda na idéia de acumulação de riquezas com a promessa de um futuro melhor e a terceira a expansão geográfica ocidental que demonstrava superioridade em relação aos demais povos.

Caiden e Caravantes (1988, p. 24), na sua análise de reconsideração do conceito de desenvolvimento, mostram o lado triste e real do resultado de uma devastadora corrida, na busca de captação de lucros em nome de progresso. Ele faz a seguinte abordagem:

O desenvolvimento ocidental preocupou-se mais com o crescimento do que com a distribuição, entendendo que quanto mais houvesse, mais haveria para ser distribuído. Mesmo que os privilegiados tivessem uma parcela desproporcional, os não-privilegiados indiretamente também se beneficiariam, recebendo o que sobrasse. Talvez isso pudesse ser verdadeiro no caso dos países ricos; não o era no dos pobres, onde pouca coisa parecia sobrar de uma elite privilegiada, que cuidava de monopolizar a riqueza disponível, (CAIDEN e CARAVANTES, 1988, p. 24).

O conceito de desenvolvimento tem contribuído mais do que qualquer outro no sentido de promover uma maior civilização entre as disciplinas da ciência social - separadas por um século de influência positivista. A óbvia ambigüidade desse conceito certamente não deixa de estar relacionada a sua fecundidade. Tendo-se originado na área da ciência econômica, onde a ênfase recai sobre os aspectos quantitativos, sob a forma de crescimento, o conceito inevitavelmente ultrapassa tal contexto e penetra no domínio de outras disciplinas sociais. O conceito, então, não pode ser entendido na ausência de um sistema de valores que os economistas não tem condições de integrar em seu arcabouço conceitual. Essa ambigüidade gera toda uma série de problemas, o que levou os economistas a estabelecerem uma distinção entre desenvolvimento e crescimento, conferindo ao primeiro destes conceitos, mesmo quando qualificados pelo adjetivo econômico, uma amplitude que forçosamente o transforma em matéria interdisciplinar, (FURTADO, 1988).

Nessa abordagem, coloca em dúvida a legitimidade do processo de industrialização; declara claramente as inviabilidades dos modelos ocidentais e tenta traçar os aspectos ocultos e não divulgados do mesmo. Assim sendo, a meta adequada de desenvolvimento era aquela de uma sociedade urbano-industrial, sendo o “moderno” medido de acordo com o grau de

industrialização e urbanização que uma sociedade tivesse alcançado, sendo basicamente desenvolvimento o mesmo que crescimento econômico, (CAIDEN e CARAVANTES, 1988).

Estes conceitos passaram a ser contestados, com a inclusão de outros fatores na definição de desenvolvimento. Cardoso e Faletto (1973) afirmam que às análises baseadas nos esquemas econômicos de desenvolvimento - que pressupõem a viabilidade da passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento - somaram-se esforços de interpretação sociológica visando explicar esta transição.

Cardoso e Faletto (1973) afirmam ainda que, quando se trata de vincular a análise estritamente econômica à compreensão do desenvolvimento político e social de uma determinada sociedade, o problema a ser formulado não é apenas o do caráter da estrutura social mas, principalmente, o processo de sua formação e a orientação e atuação das forças sociais que pressionam para mantê-la ou modificá-la. Acrescentam ainda que, para uma análise global do processo de desenvolvimento é necessário que tal análise considere em sua totalidade as “*condições históricas particulares*”. Ou seja, deve-se buscar uma perspectiva que permita vincular concretamente os componentes econômicos e sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais, ultrapassando a abordagem de enfoque estrutural, reintegrando-se em uma interpretação feita em termos de “processo histórico”. Com isso, segundo os autores, o processo de mudança deixa de ser apresentado como resultante de fatores “naturais” independentes das alternativas e acontecimentos históricos.

Esta mudança de conceitos (SOUSA, 1980) deve se refletir sobre as análises realizadas. Segundo ele, ao entender-se que desenvolvimento é o mesmo que crescimento econômico, a análise restringe-se a uma apreciação quantitativa de dados estatísticos; se for entendido que é melhoria do nível de vida das comunidades, então se torna necessário proceder-se a uma análise qualitativa do sistema e das instituições.

Furtado (1988) demandava que “a nova orientação do desenvolvimento teria que ser num sentido muito mais igualitário, reduzindo o desperdício provocado pela extrema diversificação dos atuais padrões de consumo privado dos grupos privilegiados”. A alusão ao desperdício relacionado ao consumo dos afluentes é um elemento novo. Além disso, a forma excludente de um consumo que é cópia do padrão dos países afortunados, tornado possível por aumentos de produtividade revertidos para uma minoria, explicaria o agravamento das desigualdades sociais como função do próprio avanço na acumulação. A isso se somaria, pela busca de implantação, nos países pobres, de um sistema industrial similar ao dos países do centro, “uma profunda descontinuidade causada pela coexistência de dois níveis tecnológicos”

Entre as considerações sobre o conceito de desenvolvimento examinadas, vale também lembrar as palavras de Caiden e Caravantes (1988):

[...] a administração do desenvolvimento teve sua origem neste desejo dos países ricos de auxiliar as nações pobres em seu desenvolvimento e, mais especialmente, nas evidentes necessidades dos novos Estados de transformar suas burocracias do tipo colonial em instrumentos de mudança social, (CAIDEN e CARAVANTES (1998, p.)

Esses mesmos autores chamam ainda a atenção para o fato de que “para o Ocidente e, até pelo menos a década de 40, desenvolvimento significou pura e simples ocidentalização; e os países ocidentais não tinham muitos escrúpulos quanto à maneira segundo a qual convertiam o resto do mundo”. Dessa forma, percebe-se que o desenvolvimento é encarado como um processo seqüencial e interdependente, por meio do qual a sociedade tradicional seria transformada numa sociedade moderna, isto é, ocidentalizada.

A noção atual de desenvolvimento sustentável representa uma vertente do pensamento de Furtado (1988): não é qualquer taxa de crescimento da economia que pode ser perseguida; há que se pensar antes naquilo que é (ecologicamente) sustentável, ou seja, possível, durável, realizável.

O desenvolvimento integrado é espacialmente localizado em cidades e regiões; programas de desenvolvimento devem ser sustentáveis. Lembra Acselrad (2001) que a sustentabilidade deriva dos propósitos de dar durabilidade ao desenvolvimento.

É, portanto, pela via da “ambientalização” (grifo do autor) que se veicula o debate sobre políticas urbanas e pela metáfora de “cidade sustentável” que se defende o desenvolvimento, como ação impulsora da produtividade no uso de recursos ambientais. Registra-se que a dimensão tempo associada à durabilidade se junta a dimensão espaço ou localização. O processo de desenvolvimento é mobilizado por organizações que trabalham juntas ou por interorganizações, cuja principal característica é a hibridização ou a complexidade. As interorganizações são constituídas por organizações diferenciadas, conectadas por propósitos comuns, isto é, integradas. A associação se faz pela complementaridade, portanto, pela busca do diferente que possa cooperar para se atingir um resultado.

Alguns conceitos foram desenvolvidos a partir de então, como Becker (1989), que diz que o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo.

2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

Conforme Weber (1957), a decisão quanto à localização de atividades industriais decorreria da ponderação de três fatores: custo de transporte, custo de mão-de-obra e poder de aglomeração e desaglomeração.

Com relação ao custo de transporte, as indústrias tendem a instalar-se onde haja a menor equação entre custo de transporte de matéria-prima e produtos finais. A localização perfeita seria a que equalizasse proximidade com as fontes de fornecimento de matéria-prima, oferta de mão-de-obra e com o centro consumidor dos produtos finais.

Weber (1957) faz referência à força de trabalho, entendida como a capacidade de atrair e conservar o capital humano; às universidades e centros de pesquisa, pela possibilidade de se estabelecer trocas de pessoal qualificado e de experiência; à infra-estrutura de transporte, pela possibilidade de reduzir custos e criar facilidades; aos serviços, clima político e dos negócios, por difundir uma atmosfera de confiança e um acesso fácil à informação; e, por último, às economias de aglomeração por serem, as mesmas, essenciais para as atividades de desenvolvimento de novos produtos.

Conforme Perroux, *apud* Tolosa (1972) o espaço polarizado consiste em centros, pólos ou focos, de onde emanam forças centrífugas e para os quais forças centrípedas são atraídas. Os centros atuam com atração e repulsão. Nesse sentido qualquer espaço geocêntrico ou banal é uma coleção de centros e lugar de passagem de forças.

A Teoria de Pólos de Crescimento e Pólos de Desenvolvimento de François Perroux, parte do pressuposto que o crescimento não surge em todos os lugares ao mesmo tempo, manifestando-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento. Para ele, o pólo é sempre um ponto ou uma área que exerce influência sobre uma região, sendo a mesma interligada com outros complexos agroindustriais, por estradas e por canais diversos os quais possibilitam a circulação de fluxos de mercadorias, produtos, pessoas e capitais fixos. Além disso, o crescimento e o espraiamento dos pólos resultam na formação de eixos de desenvolvimento responsáveis pelo crescimento do mercado no espaço, o crescimento industrial e econômico da cidade e seu entorno, gerando uma área dinâmica que poderá exercer influência local e regional

O espaço econômico pode ser classificado como polarizado, um campo de forças ou relações funcionais. As regiões podem se aproximar por características homogêneas, que as colocam num mesmo grupo conforme sua história, cultura, idioma, etc. "As características

que distinguem uma região são a sua abertura econômica e a sua integração num espaço de maior amplitude", (SILVA, 2002, p. 38).

Para Boudeville (1972, p. 25), a grande diferença entre o conceito de espaço e região está no fato de região ser uma superfície contínua. "A região se opõe ao espaço porque ela se compõe de elementos geográficos necessariamente contínuos, de elementos espaciais que possuem fronteiras comuns". Além disso, deve-se ressaltar que a soma das regiões não constitui necessariamente um espaço econômico.

Depreende-se que quanto mais próximas fisicamente duas áreas estiverem, maior a intensidade dos fatores determinantes de homogeneidade, polarização e uma ação conjunta.

A análise espacial de Boudeville (1972), enfatizando os aspectos passíveis de utilização em planejamento regional, permitiu o crescimento da modelagem do desenvolvimento regional em todo o mundo.

De acordo com Lopes (2002), as regiões se dividem em formais e funcionais. As formais são regiões com razoável homogeneidade em função de atributos ou variáveis econômicas, sociais e políticas. As funcionais possuem relações de interdependência.

Uma questão que é motivo de preocupação para os empresários e que possui suma importância no atual contexto de globalização da produção, é o problema de "onde produzir", ou seja, onde localizar a atividade industrial, (AZZONI, 1981).

A localização é um problema de condicionalidade espacial, isto é, as influências que o espaço geográfico exerce sobre as atividades econômicas, uma vez que estas se encontram, necessariamente, condicionadas pela distribuição espacial dos recursos de produção, de um lado, e pelos aglomerados humanos, de outro, (ALVES, 1983).

A Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller trata especificamente do nível de hierarquização das cidades, que varia em função do tipo de serviço oferecido e do grau de importância econômica das mesmas. Conforme Silva (1976) Christaller admite que a produção de bens e serviços nas cidades resultaria de uma escala de produção que alcança um ótimo representado por uma demanda dividida num espaço homogêneo. Haveria uma tendência à formação de arranjos hexagonais para a distribuição das cidades numa determinada região.

A Teoria do Equilíbrio Espacial Geral de August Lösch apresenta-se de grande importância por considerar a hierarquia de cidades, as barreiras alfandegárias, os efeitos dos preços e sua variação em função da localização das fontes de matérias-primas e das áreas de mercado. Conforme Silva (1976), Lösch começa pelas áreas menores e induz sucessivamente áreas de mercados maiores, obtendo um maior número de redes.

Segundo Bowersox (1996) localização é a determinação de um ou mais locais, para

abrigar uma ou mais instalações, que permitam otimizar alguns fatores de desempenho transporte, custos, tempo de entrega dentre outros.

Segundo Mota (1988), os fatores locacionais influenciam a atividade industrial de dois modos: orientando as indústrias para os pontos geográficos mais vantajosos; e aglomerando ou dispersando a atividade industrial dentro do espaço geográfico.

No primeiro, as vantagens geográficas nos custos de transporte e de mão-de-obra, atuam como forças para a formação da centralização industrial em determinados lugares. No segundo, as reduções nos custos da atividade industrial são conseqüências da produção em maior escala e da concentração de várias indústrias em uma área. Essa aglomeração resulta do fato de que certas indústrias têm suas atividades vinculadas a outras indústrias, interligadas por seus produtos.

De acordo com o pensamento de Rattner (1999), pode-se inferir que qualquer progresso na solução de problemas de desenvolvimento, locais ou globais, vai depender primariamente de ação coletiva, do envolvimento e da identificação e participação nos programas e projetos de pessoas suficientemente bem organizadas, educadas e motivadas.

2.2.1 Desenvolvimento Sustentável

Os objetivos do desenvolvimento vão além da multiplicação da riqueza material proporcionada pelo crescimento econômico. O crescimento é uma condição necessária, mas não suficiente para se reduzir às desigualdades sociais, promover a eficiência alocativa e atingir melhor qualidade de vida, (SACHS, 2004).

Sachs (2004), ainda menciona que desenvolvimento é um conceito em evolução, além de apresentá-lo como uma idéia histórica que traz consigo uma promessa de mudanças e correções de desigualdades sociais criadas por gerações anteriores.

De certa forma, os conceitos relacionados a sustentabilidade não ficam restritos à preservação ou à conservação de recursos naturais limitados e não renováveis, mas também, e principalmente, “[...] a um padrão de organização de um sistema que se mantém ao longo do tempo em virtude de ter adquirido certas características que lhe conferem capacidades auto-criativas” (FRANCO, 2000, p. 149).

Para Furtado (1988), desenvolvimento é um conceito que tem promovido a aproximação entre as disciplinas sociais, além de atingir uma amplitude interdisciplinar.

A sustentabilidade requer um padrão de vida dentro dos limites impostos pela natureza. Utilizando uma metáfora econômica, deve se viver dentro da capacidade do capital

natural. Embora o capital natural seja fundamental para a continuidade da espécie humana sobre a Terra, as tendências mostram uma população e consumo médio crescentes, com decréscimo simultâneo deste mesmo capital. Estas tendências levantam a questão de quanto capital natural é suficiente ou necessário para manter o sistema.

O conceito de desenvolvimento sustentável proposto por Silva (2006) é um processo de transformação que ocorre nas dimensões espacial, social, ambiental, cultural e econômica, partindo do particular para o geral.

Uma interpretação particular da criação de uma sociedade sustentável, foi sugerida em uma publicação conjunta de várias organizações internacionais. Humbert (1991), com a elaboração de uma estratégia para o futuro da vida. Segundo essa estratégia o desenvolvimento sustentável deve ser encaminhado para melhorar a qualidade de vida humana, dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas. Os objetivos que comportam o melhoramento da qualidade de vida são: uma vida longa e saudável, educação, acesso aos recursos necessários para um padrão compatível com a dignidade humana, liberdade política, garantia de direitos humanos e de proteção contra a violência. Deste modo, a obtenção da sustentabilidade tem relações com objetivos políticos definidos, com um projeto para se conseguir o padrão de vida ocidental, e a prevalência de um sistema democrático representativo. Segundo tais princípios, um país que não siga tais preceitos (por exemplo Cuba ou Coreia Democrática), não pode alcançar um desenvolvimento sustentável, ainda que eles apresentem índices de saúde, educação e padrões de equidade capazes de mostrar uma qualidade de vida muitas vezes melhor do que países do chamado primeiro mundo.

Esses preceitos servem, cada vez mais, como base para concretizar uma proposta de aliança global. O desenvolvimento sustentável representa uma peça fundamental para a consecução de uma composição política que envolva a hegemonia universal e soberanias limitadas. É um instrumento político de regulação do uso do território, e se converte em um paradigma para a obtenção da globalização na época atual do neoliberalismo desenfreado, (DAVIDOVICH, 1993).

Assim, por exemplo, Leff (1988), sustenta que como se pretende generalizar políticas e estratégias capazes de impedir a catástrofe ecológica global, devemos começar por reconhecer que ainda falta construir o suporte institucional de ordem global, capaz de viabilizar uma intervenção social e política de caráter global, que regule o funcionamento do mercado internacional. Não é possível o desenvolvimento sustentável em um só país.

Conforme Bellen (2005), existem múltiplos níveis de sustentabilidade, o que leva à

questão da inter-relação dos subsistemas que devem ser sustentáveis, o que não garante a sustentabilidade do sistema como um todo.

Como referência mundial, o relatório Brundtland apresenta uma definição de desenvolvimento sustentável, onde afirma que é o atendimento das necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de atendimento às gerações futuras, (BUSEKE, 1996).

Para Sachs (2004, p. 36) “O desenvolvimento sustentável obedece ao duplo imperativo é tido da solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica”.

O desenvolvimento sustentável, como derivação do conceito mais amplo de desenvolvimento, vem ganhando espaço nas discussões acadêmicas e populares dos últimos anos. "Após a inclusão do desenvolvimento sustentável [...] o tema era tratado como uma composição das dimensões econômica, social e ambiental. Até então, ao se estudar o desenvolvimento, estava-se ocupando em avaliar como os recursos são utilizados (ambiental), como se transformam (econômico) e como os ganhos são distribuídos (social)", (SILVA, 2006, p. 16).

Posteriormente, o conceito é ampliado buscando abranger as dimensões espacial e cultural. "A compreensão do corpo analítico do desenvolvimento sustentável como único é, portanto, uma forma de estabelecer uma ótica multidisciplinar de se observar determinado processo. Esse processo é resultado da interação social em um determinado espaço, com bases culturais [...] com finalidades econômicas e obedecendo às instituições reconhecidas naquela sociedade", (SILVA, 2006, p. 17).

Em linhas gerais, percebe-se que o objetivo do desenvolvimento sustentável é tornar o padrão vigente de desenvolvimento capaz de deixar para as gerações futuras um legado que lhes garanta a sobrevivência. A herança se traduziria nas condições da espécie humana se perpetuar, o que está relacionado com algumas dimensões a serem observadas para se alcançar a sustentabilidade, como a eliminação da pobreza e a conservação de recursos básicos para a vida, (TAYRA e RIBEIRO, 1995, p. 34).

A dimensão cultural dá conta da integração entre as culturas de forma a preservar as origens e construir um novo mundo focado no bem comum. Um dos grandes fomentadores do desenvolvimento, não só econômico e social, mas também num conceito mais abrangente, é a agroindústria. A agroindústria faz a ligação agropecuária com a indústria, gerando desenvolvimento nas regiões onde se localizam. Para melhor entender esta relação, será desenvolvido a seguir o conceito de agroindústria, abrangendo todos os seus segmentos, com especial atenção à avicultura, devido à pesquisa realizada.

2.3 AGROINDÚSTRIA

Conforme Zylberstajn (2005), a agroindústria deriva do termo *agribusiness* onde englobava as relações entre as indústrias de insumos, produção agropecuária, indústria de alimentos com a área de produção.

Agroindústria para Silva (1998), configura-se no processo de *industrialização da agricultura*, com ampla implantação de indústrias dos ramos a montante da agropecuária, fornecedores de insumos modernos (fertilizantes, máquinas, sementes etc.), e a jusante, transformadores dos produtos agropecuários (agroindústrias), com um intenso processo de instalação de indústrias, que assumem o comando das transformações no setor.

O *agribusiness* ou agronegócio é entendido como "a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles", (DAVIS e GOLDBERG, 1957, p.).

Esta definição generalizou a utilização do termo *agribusiness* para explicar a crescente inter-relação setorial entre a agricultura e a indústria. Para estes autores, o termo *agribusiness* contemplaria as funções que eram dadas à agricultura há 150 anos.

Podemos considerar que a noção de *agribusiness* propicia uma visão sistêmica do processo de relações entre agricultura à indústria. Esta análise, que estuda os sistemas agroindustriais, contempla vários sistemas agroindustriais dos mais diversos produtos oriundos do setor agropecuário.

As concepções de *agribusiness* (complexo agroindustrial/ sistema agroindustrial)⁴ e de *filière* (cadeias agroindustriais)⁵ apresentam vários pontos em comum dentre os quais destacamos a seqüência de informações pelas quais passa o produto, do estágio inicial ao final; a importância da coordenação dos sistemas; indicam a análise da matriz insumo-produto; consideram relevante o papel da tecnologia, (MACHADO FILHO et al, 1996).

Agroindústria é conceituada por diversos autores, como G. Muller, R Lauschener, N. Araújo, A. P. Guimarães, A. Kageyama, J. Graziano da Silva., como as transformações que ocorrem desde a produção até a indústria. Consideram que as articulações, que ocorrem entre a indústria e a agricultura, resultariam no seguinte encadeamento: indústria para a agricultura - agricultura - indústria da agricultura, pois a indústria fornece insumos (adubos, fertilizantes,

⁴ Proposto por DAVIS, J.A. & GOLDBERG, R.A. *A Concept of Agribusiness*. Boston: Harvard University, 1957. 136p.

⁵ Proposto por MALASSIS, L. *Agriculture et processus de developpement*. Essai d'orientation pedagogique. Paris, Unesco, 1973. 308p.

etc.) para a agricultura, e esta por sua vez fornece insumos para a indústria (soja, milho, trigo, café, etc.).

Considera-se agroindústria a indústria de transformação primária, ou de primeiro processamento, de matéria-prima agropecuária, (BNDES, 1988).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (*in* Ação Programada em Ciência e Tecnologia - PBDCT 1982, p. 19), utiliza duas definições, sendo uma conceitual e a outra operacional. Conceitualmente define todo o setor industrial de produção de alimentos, ou produtos intermediários para fins não alimentares. A definição operacional inclui, além das atividades anteriores, a produção de bens de capital e insumos para a agricultura.

Não se pode imaginar que a agricultura e a indústria são participantes de um mesmo sistema econômico, onde a agricultura vende produtos primários e compra da indústria produtos manufaturados, e a indústria exercem papel invertido.

A idéia do conceito agrupado das duas atividades num mesmo sistema é do século XVII da época dos fisiocratas, onde além do pagamento de rendas, juros e da utilização para o auto consumo, os agricultores vendiam parte de sua produção aos artesãos, e deles compram o necessário para repor seu equipamento desgastado. Esse quadro desconsiderava a possibilidade de geração de excedente real, pelos artesãos, sobre o que recebiam da agricultura. Os agricultores eram chamados de "classe estéril", pois apenas manipulava matéria-prima e consumia produtos agrícolas, devolvendo à sociedade apenas produtos artesanalmente trabalhados. Este acerto teórico só seria realizado pelos economistas clássicos, Adam Smith, David Ricardo e Marx, (RAMOS e REYDON, 1995).

Ainda temos como conceito o conjunto de atividades que concorrem para a produção de produtos agro-industriais, desde a produção dos insumos (sementes, máquinas agrícolas etc.) ao consumidor como Sistema Agroindustrial.

Para Ramos e Reydon (1995), os agrupamentos hierárquicos de insumo-produto constituem-se na forma de organização da estrutura agro-industrial moderna, que tem se reproduzido de uma forma desigual mas generalizada no Brasil.

No caso brasileiro, em relação à experiência de outros países latino-americanos, falar em agroindústria implica falar de uma relação em que os vínculos entre agricultura e indústria não estão limitados às operações de "livre troca" num mercado de muitos agentes. A principal característica da economia brasileira a destacar é sua dimensão territorial. O Brasil está entre os maiores países do mundo. Grande parte dessa superfície permanecia totalmente sem ocupação até pouco tempo e ainda hoje constitui verdadeiro vazio demográfico, (ALBUQUERQUE e GARCIA, 1988).

Para Candal, *apud* Clemente e Higachi (2000), o parque industrial brasileiro alcançava elevado grau de desenvolvimento em meados do século XIX, mas começou a declinar, provavelmente em virtude de oportunidades mais lucrativas de investimento na cafeicultura. No entanto, os graves acontecimentos que marcaram a primeira metade do século passado, Primeira Grande Guerra, crise de 1930, e a Segunda Guerra, iriam representar poderosos estímulos à retomada da industrialização.

Normalmente a agroindústria está associada ao maior ritmo de crescimento das indústrias que se relacionam com a agricultura, prescindindo da intermediação do capital comercial. Estas indústrias precisam se especializar em fornecer insumos à agricultura com porte econômico que permitam financiar diretamente os agricultores, ou forçar o Estado a lançar linhas de crédito subsidiadas para tal fim, e de industriais com tal capacidade de processamento, que exigem especialização da produção de um grande número de produtores rurais.

O setor agroindustrial desempenha um importante papel na economia brasileira. Além de representar considerável participação no PIB nacional, representa grande parte das exportações e contribui para a geração de emprego e renda da população, (TOMM, 2005).

A importância do agronegócio para o mercado brasileiro exige a busca constante da qualidade nos processos da cadeia produtiva, de modo que se obtenha, como resultado final, produtos mais competitivos diante das exigências do mercado. Assim, as agroindústrias devem estar estruturadas para atenderem às necessidades do mercado consumidor, concentrando-se na eliminação dos defeitos que impossibilitam a satisfação dos mesmos.

Dois fenômenos moldaram a agroindústria alimentar brasileira a partir dos anos 70. Em primeiro lugar a emergência de uma clara política de incentivos à exportação de produtos agrícolas semi processados e manufaturados. Em segundo lugar, a consolidação de um padrão de consumo interno tipicamente urbano e semelhante àquele observado nos países desenvolvidos, (RAMOS e REYDON, 1995).

Ao falar de agroindústria também cabe contextualizá-la através do conceito de *agribusiness*, termo que designa as empresas industriais cujos produtos têm como base um produto agrícola, sendo que as transformações e descobertas da segunda metade do século XX transformaram o perfil da economia mundial. A agricultura brasileira entrou na era de modificações técnicas e econômicas, já que a economia mundial transformou a essência da atividade agropecuária.

Segundo Araújo (1990), duas modificações importantes podem ser verificadas no setor: da porteira da fazenda para dentro, a tendência é de especialização do produtor na

atividade fim que é a produção, passando-se uma série de trabalhos antes realizados pela agricultura para agentes externos; e da porteira da fazenda para fora, estabelece-se um parque industrial moderno capaz de fornecer bens de capital e insumos modernos, como as máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, fertilizantes, sementes melhoradas, defensivos, vacinas, medicamentos, rações, entre outros.

Todas essas transformações e reestruturações pelas quais passou a agricultura, foram estudadas por Ray Goldberg e John H. Davis, que com o intuito de definir os resultados desses esforços de modificação e aprimoramento, chamaram o processo de *agribusiness*, que se pode definir como sendo a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, as operações de produção dentro das unidades agrícolas, o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos agrícolas e os itens fabricados a partir deles, (ARAÚJO, 1990).

A partir disso pode-se definir a agroindústria como aquela que faz o primeiro beneficiamento da matéria-prima vinda do setor agropecuário, sendo o seu mercado principal o exportador e indústrias de transformação.

Esta indústria mantém um certo relacionamento com o consumidor final, visto tratar-se basicamente da transformação de alimentos. Seus primeiros segmentos são o açúcar e o álcool, o moinho de trigo, óleos vegetais e suco de laranja, segmentos estes que mantêm lógicas concorrenciais facilitando seu tratamento e localização, (BNDES, 1988).

Entretanto, Batalha (1997) destaca a dificuldade em conciliar uma demanda relativamente estável com uma oferta agrícola que flutua sazonal e aleatoriamente, este é o principal desafio da comercialização de produtos agro-industriais. Complementa ainda que, se a comercialização se restringisse ao mero transporte físico das mercadorias ao longo das cadeias agro-industriais, não levando em consideração as particularidades desse mercado, a agroindústria da oferta de insumos se traduziria em instabilidade da oferta de produtos agro-industriais e de seus preços.

De maneira geral, Araújo (1990) salienta que a agricultura até meados do século XX era muito diferente da atual. Nas propriedades, seja nas de *plantation* ou nas de subsistência, fazia-se quase de tudo. Além das atividades de plantio, muitas vezes bastante diversificadas, eram também criados animais de produção e tração, produzidos e adaptados implementos, ferramentas, equipamentos de transporte e insumos básicos, como fertilizantes, sementes e alguns químicos. As roupas, o processamento de alimentos (embutidos, doces, queijos, etc.), o armazenamento e a comercialização também estavam incorporados às fazendas.

Era grande o número de pessoas que moravam nas unidades de produção. Quando se

fazia referência ao termo "agricultura", todas essas atividades estavam inclusas, sendo o termo abrangente o suficiente para todo o setor. Os produtores não especializados eram versáteis para atender e executar todo o processo ao nível de especificidade e desenvolvimento tecnológicos dos padrões da época, (BNDES, 1988).

Com o processo de modernização, o desenvolvimento dos centros urbanos trazidos pela migração populacional do campo para as cidades, a maior velocidade no fluxo das informações e, principalmente, com a tecnologia, que cada vez se tornava mais específica, começava a ganhar grande importância à chamada visão sistêmica, englobando os setores denominados de "antes da porteira", que são os fornecedores de insumos (máquinas, implementos, defensivos, fertilizantes, sementes, tecnologia, etc.), o setor "dentro da porteira", estas passam a se especializar e a orientar sua produção para o mercado, para o comércio, (ARAÚJO, 1990).

A especialização passou a ser elemento cada vez mais importante, buscando sempre as economias de escala, trazendo redução nos custos de produção com vantagens competitivas para os produtores rurais, e o setor "após a porteira", incluindo o armazenamento, beneficiamento, industrialização, embalagem, distribuição, consumo de produtos alimentares, fibras e produtos energéticos provenientes da biomassa.

Para Delgado (1996) a modernização da agricultura e a expansão da agroindústria no Brasil intensificaram-se num momento de auge econômico e de avanço na diversificação da estrutura produtiva do país. Os fatores que estiveram na base desse processo são bastante conhecidos, notadamente a reestruturação e ampliação do escopo da política de crédito agrícola. Intensificou-se o grau de integração agricultura-indústria e ampliou-se o controle exercido pela agroindústria, pelas cooperativas empresariais do Centro-Sul do país.

O termo agricultura, que abrangia o antes da porteira, o dentro da porteira e o após a porteira, vai ganhando especificidade (e, de certa forma, perdendo importância econômica relativa) com o desmembramento dessas atividades. Hoje, o termo agricultura refere-se às atividades de plantio, condução, colheita e à produção de animais, ou seja, apenas o dentro (ou, conforme alguns o "durante") da porteira.

Percebe-se quanto de abrangência este termo foi perdendo, ainda mais com as tendências de concentração dos valores agregados nos pós-porteira. As operações que ocorrem no interior de uma empresa rural são, normalmente influenciadas por agentes localizados fora das porteirosas das fazendas, como as decisões que acontecem no setor de insumos, de bens de produção agrícola e, principalmente, pela postura dos diversos agentes da comercialização. Estas decisões, muitas vezes, agravam os excedentes de produção, derrubam

os preços e desmotivam os produtores comprometendo o gerenciamento da atividade agrícola, (BATALHA, 1997).

Para Silva (1998), esse movimento de mudança da agropecuária brasileira caracteriza-se pela desarticulação do chamado complexo rural com a constituição dos complexos agroindustriais, a ocorrer mediante a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, pela intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais e com a especialização da produção agropecuária.

A agroindústria merece destaque não só por sua importância sócio-econômica, bem como por ser o ramo mais interiorizado e o melhor distribuído no território brasileiro. A estrutura interna do setor agro-industrial brasileiro é caracterizada pela forte concentração da indústria de produtos alimentares, existindo forte predominância das pequenas e médias unidades produtoras em sua totalidade constituídas de capital genuinamente nacional, (PBDCT, 1982).

A agroindústria é um dos elos da cadeia produtiva, todavia, fica fora da propriedade e o produtor tem pouca ou nenhuma ingerência sobre ela. Dentre os seus objetivos destacam-se o de implementar o processamento dos produtos que tem origem nos sistemas de produção. Isto faz com que a agroindústria possa agregar valor aos produtos fora da porteira da propriedade. E, dada a possibilidade que a agroindústria tem de gerar muitos subprodutos, a partir da matéria-prima original, isto implica ampliar o mercado e como consequência, o preço do produto aos produtores.

A agroindústria é fundamental para viabilizar todos os elos que ligam o desenvolvimento de uma atividade na cadeia produtiva e o fortalecimento das atividades que lhe são associadas. Nesse aspecto a agroindustrialização acaba gerando desenvolvimento regional dado o seu potencial de gerar emprego e renda a comunidade na qual ela está inserida. Por ser uma transformadora de produtos agropecuários as épocas de safra e entressafra, interferência de fatores como adversidades climáticas e ataques de pragas e doenças influenciam e formam a tendência de variação sazonal de preços, com reflexo na utilização de insumos, fatores de produção e no processamento e transformação das matérias-primas.

As Agroindústrias possuem uma extensão muito maior. Elas decorrem, em primeiro lugar, da necessidade de valorizar no local da produção de gêneros que não podem ser integralmente consumidos aí, ou que exigem uma transformação imediatamente após a colheita. Nessas condições, elas estão ligadas em grande parte à repartição da produção e, reciprocamente, no sentido de que o desenvolvimento de algumas culturas é irracional na

ausência de instalações destinadas a receber e a elaborar o produto das colheitas, tais como: usinas de açúcar, depósitos de óleo de soja, palmeira etc., fábricas de conservas de legumes e de frutas não-transportáveis ou dificilmente transportáveis estando frescos.

Delgado (1996), ressalta que, as cadeias agro-industriais de desenvolvimento mais dinâmico no Brasil nas últimas décadas inserem-se, dentre os ramos da indústria alimentar, nos de óleos vegetais, de aves, de frigoríficos e de conservas de legumes e frutas inclusive concentrados.

Complementa o autor que, esta indústria repousa, por outro lado, sobre a comercialização dos produtos alimentares, consecutiva à concentração do consumo de uma parte considerável das populações dos países industriais nas zonas industriais e urbanas. Este fato é acompanhado por uma diferenciação dos modos de alimentação, sendo necessário recorrer-se a produções diversificadas em gênero e proveniência geográfica e de elaboração por vezes bastante complicada.

Resulta daí um duplo tipo de localização das agroindústrias: próximo às fontes de produção, onde são encontradas as indústrias de primeira elaboração, próximo às fortes concentrações de população, onde a diversificação das fabricações atinge o máximo, indo das indústrias de primeira elaboração, como as moagens, os armazéns de grãos e semi manufaturados, as refinarias de açúcar, a indústria de carnes, às fabricações muito variadas que compreendem certas produções de luxo, como a confeitaria, as fábricas de biscoitos, de chocolates, as lojas de pratos preparados, etc., (ARAÚJO, 1990).

A vinculação da agroindústria com a agricultura é um dos fatores que fomentam o desenvolvimento local. A seguir será demonstrado este vínculo, com maior aprofundamento no estado do Paraná, pela importância tanto da agricultura como da agroindústria deste estado a nível nacional.

2.3.1 Agricultura e Agroindústria no Paraná

O estado do Paraná iniciou o processo de colonização pela erva mate. A erva-mate, responsável por um dos mais longos e produtivos ciclos econômicos da história paranaense, teve seu apogeu, no século XIX.

Conforme dados do Paraná (2007), em 1853 existiam 90 engenhos de beneficiamento de mate; floresceram cidades como Guaíra, colonizada pelo cultivo de erva-mate, Rio Negro que abrigava uma burguesia ervateira abastada e influente e tantos outros centros urbanos que evoluíram de portos fluviais como União da Vitória, Porto Amazonas e São Mateus do Sul.

Foi na esteira deste ciclo, que os transportes tiveram grande impulso: desenvolveu-se a navegação fluvial no rio Iguaçu; construiu-se a Estrada da Graciosa e a Ferrovia Curitiba-Paranaguá, concluída em tempo recorde de apenas cinco anos.

A erva-mate foi responsável pelo progresso econômico e social, que introduziu o Paraná nos tempos modernos. No início da II Guerra Mundial, a produção começou a declinar sendo substituída por outros ciclos, que não chegaram a ter, entretanto, a ressonância e o esplendor da erva-mate.

O ciclo da madeira, que durou entre 1930 e 1940, foi fundamental para a colonização e o desenvolvimento econômico de diversas cidades do Paraná, porém custou um alto preço à natureza.

A madeira sempre se constituiu como a grande riqueza do Paraná. Quando da chegada das primeiras expedições em busca de ouro. Em 1780 inicia-se o ciclo da madeira (principalmente araucária e imbuia), da qual Curitiba dependeu para crescer, já que os empresários da madeira enriquecidos em torno de pólos como Ponta Grossa e Palmas, resolveram investir no centro do poder. Enquanto isso, a população do Estado se miscigenava e criava uma identidade a partir do respeito à natureza e de maneira especial às árvores, incluindo a erva-mate, as quais lhes forneciam alimentação e subsistência. Esse é o enfoque, por exemplo, da luta do Contestado, que tem por trás também a disputa pela madeira, considerada o ouro-verde do Paraná, (CPT, 2007).

A partir de 1950, acelera-se o processo de corrupção na titulação de terras e de destruição ambiental do que ainda restava de floresta nativa, principalmente na região oeste do Estado. Este período é marcado por dois grandes conflitos que marcam a história da luta social do Paraná: a Revolta dos Colonos⁶, na região sudoeste e a Revolta dos posseiros de Porecatu⁷. No início da década de 50, com o término da Segunda Guerra Mundial, o ciclo da araucária chegaria ao fim, com o esgotamento da maior parte das florestas nativas exploradas de forma insustentável.

As empresas colonizadoras, ao receber a área para colonizar, exploravam a madeira mais nobre e, só depois vendiam as terras aos colonos; por isso é que a indústria madeireira logo começou a se destacar no Oeste. A região se desenvolvia à medida que novas famílias de colonos se instalavam nas áreas abertas à colonização.

Com a extração da madeira e a derrubada da mata para as lavouras de subsistência, as madeiras aproveitavam a matéria-prima disponível. Sua abundância, e, por sua vez, o baixo

⁶ Para maiores detalhes consultar site: <<http://www.cpt.org.br>>.

⁷ idem nota anterior.

preço da madeira daí decorrente, era compensado pela quantidade e diversidade do produto comercializado, fomentando continuamente a atividade de derrubada e comercialização.

A ocupação cafeeira inicia a partir dos anos 30, com a ocupação e expansão cafeeira do norte paranaense. Em pouco tempo, o café passou a ser a base do desenvolvimento paranaense e inserção no mercado nacional, até a década de 60.

Conforme Trintin (2006), a ocupação do território paranaense, devido à migração cafeeira, ocorreu de forma desordenada. A expansão cafeeira no estado ocorreu em uma conjuntura de preços bastante desfavoráveis. Mesmo assim a cultura continuou se expandindo devido à elevada produtividade e grandes extensões de terras, produção baseada na pequena propriedade com mão-de-obra familiar, carga tributária imposta pelo governo federal não afetava o estado.

A ocupação acontece em três zonas sucessivas. A primeira no Norte Velho, desde a divisa Nordeste com São Paulo até Cornélio Procópio, colonizada entre 1860 e 1925. Em 1950 esta região estava praticamente ocupada; a Segunda no Norte Novo, desde Cornélio Procópio até Londrina, prolongando-se até o rio Ivaí, colonizada entre 1920 e 1950; e a terceira e última no Norte Novíssimo, entre os rios Ivaí e Piquiri, colonizada de 1940 até 1960. Esta última chegando às barrancas do rio Paraná, fronteira com o Estado do Mato Grosso.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, a economia cafeeira tomou impulso e o Paraná tornou-se o maior produtor nacional. Porém em 1964, segundo Trintin (2006), devido à redução do crédito, preços baixos e confisco cambial desestimularam o plantio do café.

Desde a década de 1970, o novo produto que impulsionou a economia de exportação foi a soja, introduzida a partir de sementes trazidas da Ásia e dos Estados Unidos. O modelo adotado para o plantio de soja foi a monocultura extensiva e mecanizada.

A década de 1970 marca o início da transformação da agricultura paranaense. Com a forte geada ocorrida no ano de 1975 inicia-se um intenso processo de mecanização da agricultura paranaense, no qual o café, cultura predominante em grande parte de seu território, vai cedendo lugar para culturas como a soja e o trigo, tendo esta última se tornado a cultura mais dinâmica de nossa agricultura.

De acordo com Rolim (1995), a soja, cultura dinâmica dos anos 70, pela qual foram introduzidos elementos que levaram às transformações qualitativas da agricultura do Paraná, continua nos anos 80, o principal produto no que se refere ao valor da produção, embora com menor dinamismo.

A soja e o trigo que foram as vedetes das transformações agrícolas do Paraná nos anos 70, cederam lugar em importância para a cultura do milho, que passou a ser a vedete das mudanças na agricultura estadual, a partir dos anos 80, (ROLIM, C. F. C, 1995, p. 54).

Aliada a produção do café, desenvolveu na região do Norte Pioneiro a pecuária de suínos e a cultura do milho.

Os movimentos migratórios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina em direção ao Paraná, eram compostos por população de origem italiana e alemã. A instalação ocorreu em pequenas propriedades com produção de aves, suínos e algum gado leiteiro. Conforme Trintin (2006), no oeste do estado, devido à topografia local, foi favorecido pelo sistema simples de produção com criação de suínos e plantação de trigo, milho, arroz, feijão e mandioca.

Também a avicultura encontrou condições favoráveis no Paraná, principalmente, região oeste e sudoeste. Todos os ciclos propiciam a formação da agroindústria.

O setor Agroindustrial, por compreender as indústrias processadoras de matérias-primas de origem vegetal e animal, tem o seu desenvolvimento intimamente vinculado ao desempenho do setor agropecuário da mesma macro-região, em consideração, (PBDCT, 1982).

A economia paranaense é ainda bastante dependente da atividade agropecuária, altamente vulnerável a efeitos climáticos, e com rentabilidade determinada pela política agrícola do Governo Federal.

Em 1985, aproximadamente 36% da atividade industrial era representada pelo complexo Agroindustrial, cujo desempenho está ligado aos resultados obtidos no setor agropecuário.

As principais agroindústrias do Paraná, segundo dados do IPARDES (2004) são de ração, complexo do leite, complexo soja, indústria de milho, mandioca (fécula e farinha), trigo (farinhas e massas), café, cana-de-açúcar, carnes, arroz, fiações e insumos.

A atração de agroindústrias é estratégica para o Governo do Estado, que quer agregar valor à produção agrícola paranaense e, com isso, aumentar a renda e a oferta de empregos no campo. O processo de industrialização implantado pelo Governo do Paraná tem tentando respeitar as vocações de cada região. O governo investe na agroindústria para melhorar a qualidade de vida da população e ajudar no desenvolvimento industrial, (PARANÁ AGROINDUSTRIAL, 2006).

O Paraná oferece uma base sólida para a agroindústria. O território paranaense reúne as condições ideais para a realização de todo o processo do agronegócio - desde a produção de matéria-prima até o processamento, que gera produtos finais com alto valor agregado,

(PARANÁ AGROINDUSTRIAL, 2006).

Na esfera do agronegócio, essa nova realidade abre perspectivas importantes, mas também surgem problemas e desafios a serem vencidos, os quais têm exigido grande esforço de adaptação das empresas e produtores. Para alcançar melhores condições de competitividade, o empresariado desses segmentos vem adotando estratégias mais arrojadas que buscam promover uma reestruturação produtiva e organizacional substantiva.

Nesse sentido, a incorporação de novas tecnologias assume um papel central na agroindústria do Estado do Paraná, dada a relevância para o aumento da produtividade e criação de vantagens comparativas dinâmicas. Os obstáculos que podem surgir nesta incorporação interferem diretamente, prejudicando o desenvolvimento do agronegócio.

É notório o potencial de desenvolvimento da agroindústria paranaense, dada sua vocação agrícola e sua elevada produção em relação à dos demais estados. Um grande avanço pode ser alcançado com a identificação e superação dos possíveis gargalos tecnológicos em seus diversos segmentos.

A agroindústria avícola é responsável por parte do avanço do estado do Paraná no cenário nacional. O estado passa a ter grande representatividade, aparecendo, conforme dados da ABEF (2007), como um dos principais produtores e exportadores de carne de frango.

2.3.1.1 Avicultura

A avicultura é um dos componentes mais importantes do *agribusiness* mundial e nacional. Conforme já conceituado anteriormente, *agribusiness* ou agronegócios envolve a produção agrícola propriamente dita, as atividades ligadas no suporte à produção, conhecidas e as relacionadas com o processo Agroindustrial e de suporte ao fluxo de produtos até a mesa do consumidor final.

Este conceito de *agribusiness* tem implicações profundas na organização econômica das nações, particularmente do Brasil, pois mostra a dimensão estratégica da agricultura. Dentro desse conceito o setor agrícola não é visto como uma atividade estanque, cujo valor adicionado representa apenas uma pequena parcela do Produto Interno Bruto (PIB), que decresce com o desenvolvimento econômico. Nele, o setor agrícola é visto como o centro dinâmico de um conjunto de atividades que presentemente representa mais de 40% do PIB (cerca de US\$ 321,2 bilhões) e é responsável pelo emprego de 52% da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil (mais de 36,4 milhões de pessoas), (SCHORR, 1999).

O desenvolvimento da avicultura pode ser considerado como a síntese e o símbolo do crescimento e modernização do agronegócio no Brasil. Isso porque a atividade avícola reúne em sua estrutura funcional os três elementos mais importantes no cálculo econômico do capitalismo em sua configuração atual: tecnologia de ponta, eficiência na produção e diversificação no consumo.

Rizzi (1993) afirma que a avicultura de corte é um dos setores agroindustriais que mais se desenvolveu, nos últimos anos, passando a constituir o principal segmento da indústria de carnes. O crescimento da oferta e a difusão do consumo foram frutos da ampliação da escala, da incorporação de inovações tecnológicas na cadeia produtiva, da redução de custos e preços, fazendo com que o Brasil alcançasse níveis comparáveis às nações mais desenvolvidas neste setor. Expansão associada não apenas ao alto grau de controle do processo biológico, mas a um “pacote” que envolve o controle, pela indústria, do ciclo produtivo das aves e a melhoria da taxa de conversão de proteína vegetal em proteína animal, possibilitando um aumento na produtividade, redução de custos e conseqüente queda absoluta e relativa do preço da carne de frango em relação a outras carnes.

Segundo Costa (1998), a avicultura começou no Brasil como uma atividade tradicional e familiar, conhecida como produção de frango "caipira". Nas pequenas propriedades produziam-se carne e ovos para o próprio consumo, vendendo-se os excedentes. No início deste século, em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, profissionais liberais desenvolveram a avicultura buscando aperfeiçoar as raças, criando linhagens de penas bonitas destinadas aos concursos promovidos em todo o País. Estes avicultores buscavam acompanhar as inovações introduzidas sobretudo nos EUA e na Inglaterra.

Embora tenha sido iniciada na década de trinta, a produção avícola em escala industrial, tal como existe hoje, iniciou-se praticamente na década de cinquenta, com o surgimento de várias inovações tecnológicas na área biológica e sanitária. Antes, a criação de aves restringia-se à criação de fundo de quintal, com baixos índices de produtividade, basicamente para auto consumo. Os pequenos excedentes eram vendidos abatidos ou vivos nas feiras ou mercados centrais dos centros urbanos.

Com a superação de alguns impasses de natureza sanitária que impediam a criação em grandes aglomerações, é que a atividade começou a despertar o interesse de grandes empresas, que por seu turno, passaram a investir pesadamente em pesquisa biológica para reduzir o ciclo produtivo e a relação "input/output", (SCHORR, 1999).

No Brasil, o desenvolvimento da avicultura acompanhou a expansão da produção de grãos, iniciado em larga escala a partir de meados da década de sessenta. Antes, a economia

agrícola brasileira era caracterizada pelo predomínio do café e pela pouca importância que se dava ao projeto de se utilizar à imensa base territorial brasileira na produção de grãos. A produção de alimentos básicos, como milho, arroz, feijão (e o frango) era voltado para a subsistência, e realizada de forma rudimentar. Os poucos excedentes dirigidos ao mercado eram insuficientes para formar uma forte cadeia de *agribusiness* como ela é conhecida hoje (COSTA, 1998).

Assim, foi durante a década de 1970 que a avicultura começou o seu processo efetivo de industrialização. Neste sentido, Costa (1998) pontua que a moderna indústria de frangos instalou-se no sul do Brasil na década de 70, onde se formou um grupo de grandes e poucas empresas que convivem com um grande número de pequenos abatedouros. As principais empresas são: Sadia, Perdigão e Ceval. Com exceção dos anos recessivos da década de 80, a produção de aves vem crescendo ao nível de 10% ao ano, o que se explica pela atualização constante da tecnologia do setor, que aumentando a produtividade conseguiu baixar seu preço, tornando-o competitivo em relação a produtos substitutos. Nos anos 90, o consumidor comprava, com o suficiente para 1 kg de carne bovina, 2,5 vezes mais frango do que nos anos 70.

A avicultura tem uma cadeia bem definida, conforme figura 1, e os segmentos que compõem o sistema de produção de frangos de corte são, conforme Luce e Karsten (1992), os seguintes:

a) Seleção genética: atividade isolada e externa ao país, e que tem como função a criação de novas variedades de aves, buscando uma maior produtividade; esta atividade não está integrada verticalmente às demais, sendo que as empresas que desenvolvem novas linhagens de aves têm, na maioria das vezes, ligações com grupos internacionais. Carvalho Júnior (1997, p. 199) afirma: "[...] o país encontra-se totalmente dependente do exterior para obter as aves geneticamente melhoradas, através da importação das aves-avós, que são a geração posterior às aves-bisavós resultantes do processo de seleção genética". O desenvolvimento genético, ao lado dos cuidados de manejo adequados são, segundo Farina e Zylbersztajn (1992), o grande segredo da produção do frango;

b) Criação de matrizes avós: visa a criação e reprodução das linhagens selecionadas no processo genético, sendo um segmento explorado no Brasil por empresas de grande porte;

c) Criação de matrizes pais: segmento de granjas que objetiva a criação dos pintos de corte, que dará origem ao frango de corte;

d) Engorda: envolve o recebimento do pinto de corte, engorda e posterior envio aos abatedouros; denominada pelos autores de integração vertical, estabelecido não pela posse das

granjas de engorda, mas pelo seu controle através de contratos, integram o que Siffert Filho e Faveret Filho denominaram de "formas contratuais híbridas" caracterizadas por contratos de integração envolvendo milhares de agricultores; os contratos definem as condições tecnológicas de produção e as épocas em que deve começar e acabar a engorda; em geral, o contratante fornece os pintos, a ração e a assistência técnica, sendo responsável pelas compras do frango, cabendo ao contratado as instalações e o trabalho;

e) Abate e distribuição: este segmento inclui o abate, o processamento e a distribuição de frango no comércio atacadista e varejista; Pinazza e Alimandro (1998) descrevem uma crescente automação no processo de abate e processamento de aves; observam neste sentido, avanços concernentes ao design e funcionalidade dos diversos meios de processamento primário (apanha, atordoamento, escaldagem, evisceração, transferência de carcaça e resfriamento) e pós-processamento (separação de ossos, cartilagens e membranas), bem como a observância por parte dos projetos de regras de sanidade que ajudam a reduzir a disseminação de contaminadores de carcaças e nos equipamentos; da mesma forma, inovações em relação ao produto, em que os cortes com ossos congelados cedem lugar a produtos desossados e elaborados, e os produtos in natura são apresentados temperados, empanados e reconstituídos, agregando novidade, conveniência, sabor e textura à carne passam a constituir a fase de processamento do frango; talvez essas especificidades tenham levado Carvalho Junior (1997) a propor a divisão do segmento de produção em três etapas: o abate, o corte e a industrialização;

f) Rações e medicamentos: caracteriza dois sub-segmentos, um responsável pela produção de vitaminas e antibióticos, que envolve, geralmente, grandes laboratórios químicos e veterinários e um segundo, que utiliza esses insumos e agrega-os a matérias-primas agrícolas, distribuindo esse agregado como ração; Sato (1997) destaca que as empresas líderes da atividade de carnes e derivados "sinergicamente" diversificam-se para o setor de produção de rações, farelo, óleos e gorduras vegetais, promovendo uma integração vertical dentro de sua cadeia.

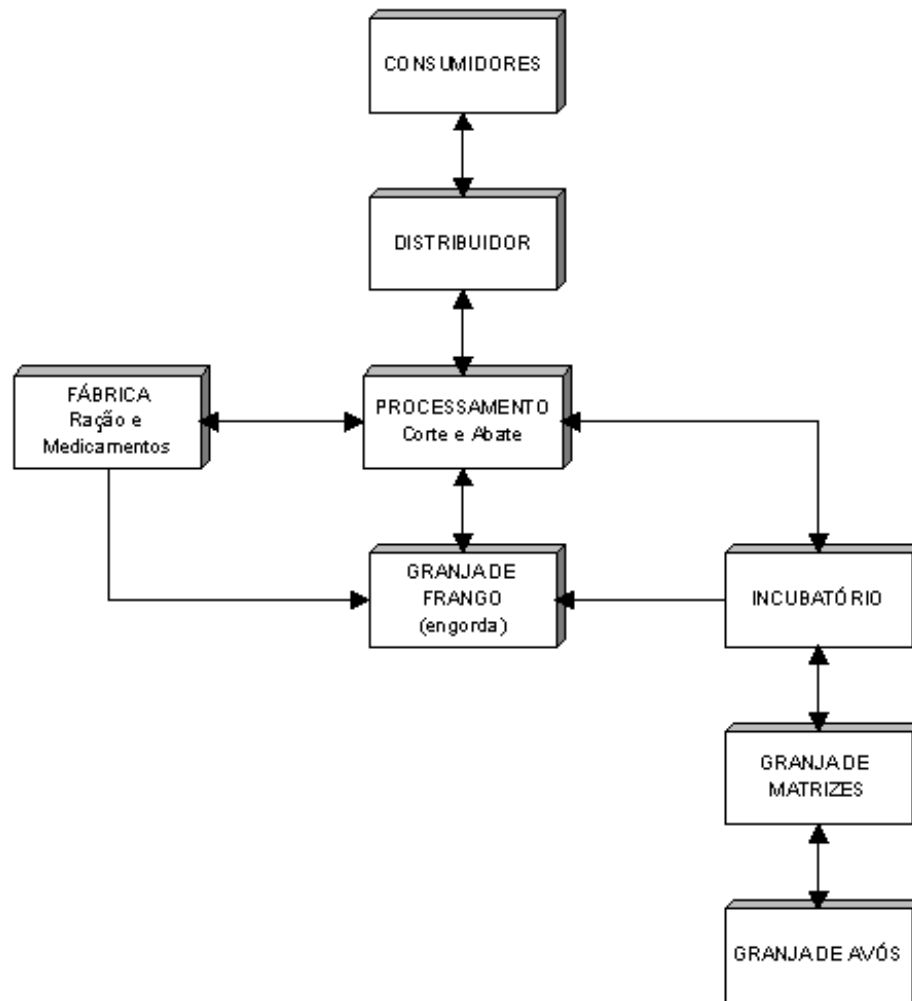


FIGURA 1: Cadeia avicultura

Fonte: Luce e Karsten (1992) - adaptado pela autora.

No que diz respeito ao mercado interno, Costa (1998) afirma que o frango é um produto consolidado no mercado, e seu consumo vem aumentando devido às quedas no preço e busca da população pela carne branca, considerada saudável. O consumo per capita hoje no Brasil é de 18,5 quilos por habitante ao ano. Há uma preferência por frango em cortes específicos, desossado e vendido em bandejas. Nos últimos vinte anos a produção mundial de carnes praticamente duplicou, passando de aproximadamente 90 milhões de toneladas em 1978 para mais de 170 milhões de toneladas em 1998, graças ao desempenho da produção de carne de frango, em menor escala da carne suína, que é a mais consumida no mundo.

Com a sofisticação do consumo de alimentos a níveis globais, provocados pelo aumento da renda *per capita* e pela mudança nas preferências e nos hábitos dos consumidores, a tendência, já observada na década de 90, é que o foco da tecnologia passe para a esfera comercial, com a aplicação cada vez maior de técnicas de diferenciação de produtos (basicamente *marketing* e *merchandising*) na colocação de produtos com maior

valor agregado, prontos para consumo, de acordo com as exigências de cada faixa do mercado.

Atualmente, a tendência é que as empresas líderes deixem de atuar diretamente na produção de aves e passem atuar mais em marketing, no desenvolvimento de produtos (dentro do conceito de marca própria) e na criação de novas tecnologias que serão repassadas para empresas "satélites", (CONTINI, 2000).

A indústria avícola brasileira é uma das mais dinâmicas dentro do ramo do agronegócio. Conforme Tabela 1, a produção de frango cresceu cerca de 300% de 1990 até 2006, tendo crescido tanto no mercado interno como no externo.

Em 1990, 87% da produção brasileira era destinada ao mercado interno. Com o aumento da produção, um grande percentual foi destinado para o mercado externo, chegando em 2006 a representar 30% da produção brasileira.

TABELA 1: Produção Brasileira de Carne de Frango (mil toneladas) - 1990 a 2006

Ano	Mercado Interno	%	Exportação	%	Total
1990	1.968	87	229	13	2.267
1996	3.482	86	569	14	4.051
1997	3.812	85	649	15	4.461
1998	4.262	87	612	13	4.874
1999	4.755	86	771	14	5.526
2000	5.070	85	906	15	5.976
2001	5.486	81	1.249	19	6.735
2002	5.917	79	1.600	21	7.517
2003	5.921	75	1.922	25	7.843
2004	6.069	71	2.424	29	8.493
2005	6.535	70	2.762	30	9.297
2006	6.622	71	2.713	29	9.335

Fonte: ABEF, 2007.

O Paraná disputa com os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, o posto de maior produtor brasileiro de carne de frangos. Juntos, os quatro Estados são responsáveis 68% da produção brasileira. Em 2005, foram abatidas 1,0 bilhão de cabeças no Paraná, que resultaram em 1.960 milhão de toneladas de carne, representando aproximadamente 20% da produção brasileira, (ABEF, 2007).

O Paraná vem crescendo sua participação no abate de frangos, passando de 20,9% em 2002 para 22,8% em 2005. O Paraná apresentou crescimento de 74,3% no período analisado, quando no mesmo período os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentaram queda no abate.

TABELA 2: Total de Cabeças de Frango Abatidas no Brasil (milhares de cabeças)

ESTADOS	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%
Paraná	751.769	20,9	813.374	21,9	918.483	22,7	1.010.641	22,8
Santa Catarina	687.607	19,0	648.752	17,5	712.582	17,6	741.941	16,8
R.Grande Sul	581.876	16,1	602.214	16,2	607.279	15,0	653.433	14,8
São Paulo	476.239	13,1	467.215	12,6	539.135	13,3	638.623	14,4
Outros	1.120.469	30,9	1.182.129	31,8	1.264.880	31,4	1.382.095	31,2
Total	3.617.959	100,0	3.713.685	100,0	4.042.356	100,0	4.426.734	100,0

Fonte: ABEF, 2007

O Paraná é o segundo maior produtor de ovos comerciais do Brasil com 5,6 milhões de poedeiras alojadas, ou 9,2% do total brasileiro. Estas aves produziram 3,8 milhões de caixas de 30 dúzias de ovos brancos e vermelhos. A avicultura é também um dos mais importantes setores do agronegócio do Estado, contribuindo com 11% do valor bruto da produção agropecuária paranaense, tendo atingido no ano agrícola de 1997/98, R\$ 1,70 bilhão, com 25% das exportações brasileiras de carnes de frango. Mais de 30% do total da produção do Paraná é exportada. Na última década, a avicultura paranaense apresentou um crescimento médio anual entre 10% e 12%, devido a um sólido sistema de integração vertical liderado por 42 empresas, sendo 26 com inspeção federal (SIF) e 28 com inspeção estadual (SIP). O maior pólo de produção está localizado nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado (com destaque para o município de Francisco Beltrão), seguido das regiões de Londrina, Ponta Grossa, Jacarezinho e Curitiba, (PARANÁ AGROINDUSTRIAL, 2007).

O sistema de integração, que conta com 6 mil agricultores integrados, aproximadamente, gera 25.000 empregos diretos na produção e industrialização da carne de frango. Quando se agregam as demais atividades como produção de insumos e comercialização, o complexo de aves gera cerca de 550 mil postos de trabalho, de acordo com levantamento do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, relativo ao ano de 1998. A avicultura de corte brasileira é aquela que apresenta a maior competitividade no mercado internacional. Com os custos de produção mais baixos, elevada tecnologia de produção, moderno parque industrial e boa oferta de insumos, o Paraná pode suprir grande parte da demanda mundial de produtos avícolas desde que consiga manter-se competitivo no mercado interno.

Tanto a agroindústria como um todo, como a avicultura tem como um dos principais fomentadores as cooperativas agrícolas. No estado do Paraná, as cooperativas desempenham importante papel na agroindústria. No campo da avicultura aparecem posicionadas próximas

às empresas líderes.

2.4 COOPERATIVISMO: UM RESGATE HISTÓRICO

Em 1864, Marx expõe suas opiniões sobre cooperativa, como uma das poucas vantagens do mundo capitalista.

[...] mas estava reservado uma vitória ainda maior da economia política do trabalho sobre a economia política da propriedade. Estamos falando do movimento cooperativista, especialmente as fábricas cooperativas criadas pelos esforços independentes de poucas intrépidas mãos. O valor destes experimentos sociais grandiosos não pode ser subestimado. Por fatos e não por argumentos, eles mostraram que a produção em grande escala, e de acordo com os mandamentos da ciência moderna, pode ser conduzida sem a existência de uma classe de mestres empregando uma classe de mão, e que não é necessário para produzir que os instrumentos de trabalho estejam monopolizados como instrumentos de dominação e de exploração contra o próprio trabalhador, e que como o trabalho escravo, como trabalho servil, o trabalho contratado não é senão uma forma transitória inferior, destinada a desaparecer perante o trabalho associado que cumpre sua tarefa com motivação, disposição e um coração alegre." (MARX, 1982 p 253)

Singer (2002, p. 98), destaca sobretudo a experiência da corporação cooperativa de Mondragón, “provavelmente o maior complexo cooperativo do mundo” é o mais completo exemplo de uma economia solidária que não é intersticial, mas possuidora de sua própria dinâmica. A corporação surgiu em 1956, na pequena cidade de Mondragón, por iniciativa de José Maria Arizmendiarreta, que criou uma escola técnica e adquiriu uma empresa falida. Com o sucesso do empreendimento, novas empresas foram adquiridas e anexadas a cooperativa, que simultaneamente era capaz de preservar o tamanho pequeno dos empreendimentos e eliminar diferenças de rentabilidade, equalizando resultados para o grupo de cooperados.

O investimento em educação e pesquisa foi importante para sustentar a natureza solidária da cooperativa, mesmo quando atingiu grandes dimensões. “É que a elite gerencial do agrupamento se compõe majoritariamente dos egressos da escola técnica, muitos tendo sido discípulos diretos de Arizmendi, Eles foram formados na adesão aos valores da economia solidária e treinados em autogestão”, (SINGER, 2002, p. 104).

O pai do Cooperativismo é Robert Owen, nascido em Newton, em 1771, cujo pioneirismo ocorreu na aldeia Rochdale, condado de Lancashire, na Inglaterra, em 1844. Primeiramente, ainda na Inglaterra, Owen organizou uma indústria de tecidos, oferecendo participação nos lucros aos seus operários, inclusive propiciando escola para seus filhos, num tipo de sociedade que era um tipo embrionário de cooperativa.

Conforme Rech (2000), o cooperativismo tem características similares no mundo todo, tendo posição a partir da ótica capitalista e socialista. Na visão capitalista atenuam as características de concentração de capital, e na visão socialista surgem como alternativa de uma nova ordem econômica e social.

Conforme Menegário (2000), o cooperativismo consegue realizar repartição de ganhos de forma equilibrada e mantém a liberdade dos cooperados.

O conceito de cooperativa, segundo Rech (2000), é uma associação autônoma visando atender necessidades comuns por meio de uma sociedade com administração compartilhada.

Conforme OCEPAR (2007), as cooperativas são constituídas a partir da vontade e necessidade de um grupo de pessoas, a fim de disponibilizar produtos e serviços de forma eficiente ao mercado.

Salanek Filho (2007) afirma que as cooperativas são sociedades de pessoas e não de capital, onde a constituição e adesão são espontâneas. São sociedades de pessoas que buscam uma atividade econômica que também atingem benefícios sociais.

Bialoskorski Neto (1998) menciona:

A formação e o estabelecimento de uma empresa cooperativa acontecem nas situações em que há uma escassez inicial do fator de produção 'capital'. Esta escassez, aliada ao necessário tamanho da firma e as características de mercado, faz com que não seja possível, nesta situação, a montagem de uma organização alternativa como uma empresa de 'capital' familiar. Na atividade agrícola, esta situação é bastante comum, dado que os mercados de insumos e de produtos são concentrados e que, para estabelecer um empreendimento, é necessário porte para proceder a compras em comum ou a armazenagem e processamento da produção. Se o fator de produção 'capital' existir uma quantidade suficiente, a forma organizacional escolhida será, provavelmente, a de uma 'firma de capital', que, aproveitando-se da oportunidade de negócios, poderá oferecer uma possibilidade de rendimento muito maior a um só ator econômico. Como isto não é viável, os agentes econômicos escolhem outras formas organizacionais, como as cooperativas, para possibilitar a prestação de serviços e a melhora de renda, (BIALOSKORSKI NETO, 1998, p. 20).

Para formar associações, para estabelecer ligações, para cooperar – também podem ser mais celebradas em comunidades onde cada parceiro conhece as possibilidades e as necessidades dos outros parceiros. Nas localidades onde ocorrem processos de desenvolvimento baseados em parcerias entre múltiplos atores governamentais, empresariais e sociais, pode-se dizer, metafóricamente, é claro, que os parceiros co-evoluem, estabelecendo entre si relações em que todos ganham, (FRANCO, 2000, p. 209).

Conforme OCB (2007), Os princípios cooperativos são as linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas levam os seus valores à prática.

1) Adesão voluntária e livre: as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.

2) Gestão democrática: as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

A maioria das cooperativas mantém a mesma gestão durante vários mandatos, sendo que o acesso de outros cooperados à gestão é bastante difícil.

3) Participação econômica dos membros: os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades:

- a) desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será, indivisível;
- b) benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa;
- c) apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

Rech (2000, p.144-5) destaca quanto ao processo de distribuição de resultados, “a distribuição dos excedentes aos sócios, sob a forma de sobras, não pode ser proporcional ao número de quotas-partes ou de acordo com a sua posição ou cargos diretivos, mas apenas de acordo com a quantidade de produtos ou trabalho realizados dentro das finalidades de cooperativa. Os prejuízos devem ser assumidos como um problema coletivo”.

4) Autonomia e independência: as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

5) Educação, formação e informação: as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas.

Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

6) Intercooperação: as cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais -força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7) Interesse pela comunidade: as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

Boesche (2005) ainda cita que os princípios são interdependentes e são considerados os alicerces para a estruturação do estatuto uma cooperativa. Com base na reformulação de 1995, os três primeiros remetem a dinâmica interna da cooperativa, os três últimos influem nas condutas internas, mas intensificam as relações externas da cooperativa. O quarto princípio complementa os três primeiros e demonstra a responsabilidade da cooperativa perante os três últimos.

Esses princípios regem o cooperativismo e fundamentam a viabilidade da criação de cooperativas. Para Oliveira (2001), os sete princípios devem ser incorporados pela gestão, ampliando-os em seus significados originais, para se contemplarem as questões de planejamento, organização, direção e avaliação das cooperativas.

2.4.1 Cooperativismo no Brasil

O Cooperativismo, propriamente dito, surgiu no Brasil em 1902, na figura do Crédito Agrícola Cooperativo, quando o padre suíço T. Amstead fundou, em Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, a primeira Caixa Rural Raiffaisen. Preexistindo a qualquer regulamentação legal, inclusive com seus estatutos redigidos em língua alemã, ela existiu como simples sociedade de fato.

A partir de 1907, em Minas Gerais, foram organizadas as primeiras Cooperativas agropecuárias daquele estado. João Pinheiro, governador, lançou seu Projeto Cooperativista com o objetivo de eliminar os intermediários da produção agrícola, cuja comercialização era controlada por estrangeiros. O café era o carro-chefe das suas preocupações e criou-se uma seção exclusiva para o produto, concedendo-lhe isenções fiscais e estímulos materiais (OCB, 2007).

O início do vivenciamento cooperativista no Brasil, deu-se com as experiências ocorridas entre colonos imigrantes europeus entre 1842 e 1845, em Santa Catarina e, entre 1847 e 1890, no Paraná. Em Santa Catarina, dois franceses liderados pelo médico Benoit

Joseph Mure, atraídos pelas idéias do filósofo Charles Fourier, tentaram implantar em 1842, a Vila da Glória, área hoje pertencente ao Município de São Francisco do Sul. E, em 1844, o major belga Carlos Lebon Van Lede iniciou os trabalhos que redundou na fundação da "Colônia Belga", situada à margem direita do Rio Itajaí, numa região conhecida como Ilhota, (PINHO, 1982, p. 30). Essas duas experiências fracassaram.

As cooperativas agropecuárias também foram surgindo no Sul do País, principalmente nas comunidades de origem alemã e italiana, conhecedoras do Sistema Cooperativista Europeu, tendo como seu principal divulgador o italiano Stéfano Peternó. As primeiras cooperativas se concentraram no Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco; depois apareceram em Minas Gerais, Bahia, Paraná e Rio de Janeiro, com menor evolução no Piauí, Amazonas, Goiás, Mato Grosso e Maranhão. Mais tarde, esse Cooperativismo agropecuário se estendeu a todo o território nacional e se tornou mais conhecido pela sociedade brasileira. Hoje são 1.344 cooperativas agropecuárias com 980 mil cooperados (OCEPAR, 2007).

O cooperativismo no Brasil foi regulamentado no Brasil em 1932, e em 1971, através da Lei 5.764, fica instituído uma legislação específica para o assunto. Segundo esta lei, as cooperativas exercem atividade econômica de bem comum sem objetivo de lucro. Conforme Bialoskorski Neto, ao citar a lei, afirma que este tipo de sociedade é reconhecida no Brasil.

O sistema é consolidado com a imigração européia, ocorrida principalmente no sul do país. Conforme Salanek Filho (2007), As primeiras cooperativas surgem no ramo de consumo, porém a consolidação foi mais lenta devido a falta de incentivo do Governo.

A OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras é o órgão que representa as cooperativas. Tem como atribuições a promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista. Aliada a OCB, tem o SESCOOP, que é a instituição responsável pela formação profissional dos trabalhadores, associados e funcionários das cooperativas brasileiras.

Em cada estado, o sistema possui uma organização denominada OCE - Organização das Cooperativas do Estado, e também uma unidade do SESCOOP.

No Brasil, segundo OCB (2007), tem 7.518 cooperativas, com total de 6.791.054 cooperados, nos ramos agropecuário, consumo, crédito, educacional. Especial, habitacional, infra-estrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transportes, turismo e lazer. No período de 1995 a 2005 o número de cooperados e 3,5 para 6,7 bilhões de cooperados.

Conforme OCEPAR (2007), os ramos do cooperativismo são descritos como:

- Agropecuário: composto por cooperativas de produtores rurais ou agropecuários, onde os meios de produção pertencem ao cooperado, abrange atividades diversas e possui boa participação no PIB.

- Consumo: compreende as cooperativas com atividade de compra em comum. É o ramo mais antigo do país.
- Crédito: composto por cooperativas destinadas a promover poupança e financiar necessidades dos cooperados.
- Educacional: formado pelas cooperativas de professores, que se organizam para prestar serviços educacionais.
- Especiais: cooperativas criadas para organização e gestão de serviços socio sanitários e educativos, para atender pessoas com necessidades especiais, egressos entre outros.
- Habitacional: cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais.
- Infra-estrutura: focadas a atender diretamente o quadro social, como as de eletrificação rural.
- Mineral: finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais.
- Produção: cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos.
- Saúde: cooperativas que se dedicam à preservação e promoção da saúde humana.
- Trabalho: dedicam-se à organização e administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados para prestação de serviços não contemplados em outros ramos.
- Transportes: cooperativas que atuam no transportes de cargas e passageiros.
- Turismo e lazer: cooperativas que prestam serviços turístico, artístico, de entretenimento, de esportes e de hotelaria.

O presente trabalho irá focar somente as cooperativas do ramo agropecuário que são detalhadas no capítulo 3.

2.4.1.1 Cooperativismo Agropecuário

Conforme SESCOOP⁸ (2007) as primeiras cooperativas agropecuárias brasileiras foram organizadas em Minas Gerais a partir de 1907, com o objetivo de eliminar intermediários da produção agrícola. As cooperativas agropecuárias também foram surgindo

⁸ O SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) é uma entidade voltada para capacitação dos profissionais de cooperativas.

no Sul do Brasil, principalmente nas comunidades de origem alemã e italiana, que já conheciam o sistema europeu.

As cooperativas agropecuárias se dividem conforme os tipos dos produtos com os quais trabalham. Muitas são mistas, ou seja, têm mais de uma seção: a de compras em comum (para compra de insumos, adubos, sementes, instrumentos, etc.) e a de vendas em comum (venda dos produtos dos cooperados).

O cooperativismo agropecuário já se estendeu a todo território nacional. É o mais conhecido pela sociedade brasileira participando significativamente nas exportações e abastecendo o mercado interno. Normalmente, prestam assistência técnica, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos, e em alguns casos a assistência social e educacional aos cooperados. As cooperativas agropecuárias formam, hoje, o segmento economicamente mais forte do cooperativismo brasileiro.

Conforme Machado Filho et.al (2003, p. 3) “O sistema cooperativista agroindustrial caracteriza-se pela associação de um grupo de (normalmente pequenos) produtores, em geral com uma base cultural comum, voltados para algumas atividades agrícolas específicas, que se reúnem sob um arcabouço organizacional e institucional próprio, a cooperativa singular.” As cooperativas chamadas singulares reúnem produtores e buscam melhorar a competitividade deste produtor. Algumas vezes estas cooperativas se reagrupam dando origem às cooperativas centrais. Este reagrupamento ocorre para realização de investimentos, ou busca de vantagens mercadológicas.

As cooperativas agropecuárias ocupam boa posição no cenário nacional. Conforme dados OCB, as cooperativas agrícolas têm se destacado na comercialização de produtos, geração de empregos, exportações de produtos, inclusive industrializados.

Ainda considerando dados do Censo das Cooperativas Brasileiras (OCB), no Brasil existem 1.624 cooperativas agropecuárias. Este segmento só é superado em número de instituições para as cooperativas de trabalho. O total de associados a este segmento é de 865.494. O faturamento ou PIB estimado das cooperativas agropecuárias é em torno de R\$ 13 bilhões, conforme censo de 1997. As exportações foram de US\$ 1,1 bilhões em 2001, dos quais o complexo soja, predominante na região estudada, participou com 33% , milho 12,5%, carnes 13%. Ainda tiveram exportações de açúcar com participação 29,9% e café com 8%.

Segundo Silber (1997, p. 24), a globalização caminhou basicamente por três rotas: a primeira pela crescente abertura do mercado mundial às exportações e importações (hoje em dia as transações comerciais representam 20% do PIB mundial); a segunda, pela rápida expansão do mercado financeiro internacional na esteira da desregulamentação e da revolução

tecnológica representada pelas tecnologias de informação e; finalmente, pela internacionalização das decisões de produção, investimento e de tecnologia, com a ampliação da presença das empresas multinacionais no mercado mundial. Este novo ambiente de negócios conduz as cooperativas a um momento de reflexão, em que seus dirigentes percebem os novos desafios que deverão enfrentar para sobreviver nesse ambiente de alta turbulência. Por um lado apresentam-se desafios e oportunidades, mas, por outro, o estímulo à cultura da competição nas sociedades contemporâneas representa uma ameaça ao modelo atual de gestão cooperativista.

Porém com a globalização dos mercados, as cooperativas enfrentam dificuldades de manter seus princípios doutrinários e continuarem competitivas. As vantagens fiscais (isenção de alguns impostos) e acesso a linhas de crédito diferenciadas, com menores custos conferem alguma competitividade ao segmento, porém ações ainda se fazem necessário.

Assim, os produtores devem buscar minimizar seus custos, utilizando para isso técnicas de produção adequadas e agindo de forma conjunta, destacando-se a importância da sua integração. É aí que entra o papel da cooperativa, sendo que a eficiência do cooperativismo funda-se nos princípios da livre entrada, democracia e retorno das sobras, e é o sistema que melhor harmoniza os interesses individuais e sociais dos produtores⁹. Segundo Lauschner (1993, p. 136), “o modelo cooperativo exige, no caso da agroindústria, que sejam assegurados dois aspectos essenciais: verdadeira participação do associado [...]; e eficiência empresarial em função da eficácia, isto é, em função do associado”. Um exemplo de aumento da eficiência é a exclusão de associados inativos, pois associados que operam pouco com a cooperativa causam-lhe custos adicionais, ao mesmo tempo em que associados pouco abertos a inovações também provocam a redução da eficiência do grupo.

As cooperativas buscam diversificar as atividades, dentro da verticalização do seu sistema produtivo. No que se refere à integração vertical ou horizontal, pode-se afirmar que estas possibilitam o aumento da renda média do associado e de sua utilidade, ao mesmo tempo em que o sucesso da empresa cooperativa depende do fato de que o grau de integração vertical ou horizontal possibilite a permanência do associado na cooperativa. Isso acontece quando o vetor de benefícios é maior que o vetor de custos, maximizando o lucro e a utilidade do associado (BIALOSKORSKI NETO, 1997). Para isso, os produtores-associados devem estar cientes de que o sucesso da cooperativa, no sentido de alcançar os objetivos econômicos

⁹ Podem-se citar alguns fatores que facilitam ou dificultam o êxito econômico das cooperativas, dependendo das circunstâncias: caráter pessoal, raio de ação pessoal, nível de capacitação, situação financeira, integração e ideologia, problemas de localização geográfica e programas de ajuda ao desenvolvimento.

de ambas as partes, depende em grande parte da sua própria participação e colaboração.

A integração vertical também é buscada para maximizar lucros em nível de toda a cadeia ou para minimizar custos, sendo que a cooperativa é uma associação horizontal de interesses que pode levar a uma associação vertical, devido a fatores como a atenuação dos custos de transação, minimização do risco no que se refere a preço e quantidade, e evitar a crescente concentração do mercado que leva à necessidade de maior coordenação do processo produtivo.

A verticalização também é tratada por Sexton (1986)¹⁰, que afirma que as cooperativas têm como função econômica integrar verticalmente seus membros dentro da cadeia de negócios, sendo que a característica diferenciadora da integração cooperativa é sua solidariedade. Ele supõe que os produtores são avessos ao risco e buscam individualmente maximizar sua utilidade esperada, e assume que a utilidade é continuamente transferida entre os agentes.

2.4.2 Cooperativismo no Paraná

Um dos primeiros movimentos marcados pela cooperação surgiu no ano de 1829, com a chegada do primeiro grupo de 248 imigrantes alemães que fundaram a Colônia Rio Negro, hoje município de Rio Negro. Diversos movimentos embasados no espírito da cooperação surgiram até 1911, entre alguns dos mais de cem grupos de imigrantes aqui chegados. Todavia, o mais importante movimento pré-cooperativista ocorreu entre os franceses que, em 1847 fundaram a Colônia Thereza Cristina às margens do Rio Ivaí, hoje município de Cândido Abreu. Os imigrantes liderados por Jean Maurice Faivre, desencadearam um movimento cooperativista sob inspiração do médico Benoit Joseph Mure, fundador da Vila da Glória em Santa Catarina. Um dos pioneiros foi o agrônomo Valentim P. Cuts, que orientou a formação das primeiras cooperativas paranaenses, (IPARDES, 1974).

Entre as experiências mais importantes realizadas no terreno cooperativo destaca-se a da "Colônia Cecília", em 1890, no município de Palmeira/PR, idealizado pelo agrônomo Giovanni Rossi; em 1906, Associação Beneficente 26 de outubro, por ferroviários de Ponta Grossa, a qual se transformou em Cooperativa Mista 26 de Outubro, mais tarde; e em 1909, indústrias madeireiras se reúnem e fundam a Cooperativa Florestal Paranaense; a fundação da Colônia Muricy com a constituição, em 1912, da Sociedade Agrícola Polonesa, transformada em Cooperativa Mista Agropecuária São José Ltda.; em 1945. a Sociedade Cooperativa Svitlo

¹⁰ Seus artigos são citados em Bialoskorski Neto e Zylbersztajn (1994).

(Luz) em Carazinho, União da Vitória, no ano de 1920, e a Cooperativa Agrária de Consumo de Responsabilidade Ltda., "Liberdade", em Vera Guarani, município de Paulo Frontin, surgida no ano de 1930, que foi a primeira cooperativa registrada conforme o decreto-lei 581/38, tendo o registro sido feito no dia 19 de maio de 1942, recebendo o nº 1. Constituição, no ano de 1925, a Sociedade Cooperativa Holandesa de Laticínios Batavo, fundada por imigrantes holandeses.

Depois de 1930, a política imigratória paranaense tende a desligar-se do governo, passando a ser gerida por organizações privadas e internacionais, na tentativa de aproveitamento das terras dos chamados campos gerais, (IPARDES, 1974).

Foi a partir de 1969 que o movimento cooperativista paranaense ganhou proporções, com o início das discussões para a implantação dos projetos de integração, desenvolvidos conjuntamente pela Acarpa, DAC e Incra, com o apoio do Banco do Brasil, BRDE, BNCC e CFP. O objetivo dos projetos foi rediscutir a forma de atuação das cooperativas, pois alguns municípios tinham mais de uma cooperativa concorrendo entre si, enquanto outros municípios não tinham nenhuma. Os projetos foram desenvolvidos em três etapas, abrangendo regiões diferentes. O Projeto Iguazu de Cooperativismo - PIC, criado em 1971, contemplou a reorganização do sistema no Oeste e Sudoeste. O Projeto Norte de Cooperativismo - Norcoop, implantado em 1974, para reorganização das cooperativas da região Norte do Estado, e o Projeto Sul de Cooperativismo - Sulcoop, iniciado em 1976, reorganizou as cooperativas da região Centro-Sul. A Ocepar nasceu no decorrer do primeiro projeto, no ano de 1971, o que veio a dar forte apoio à execução dos projetos.

O Centro de Pesquisas da Ocepar foi criado pelas cooperativas paranaenses em 1972, tendo a responsabilidade pelo desenvolvimento tecnológico agropecuário de interesse das cooperativas, encarregando-se da busca de novas tecnologias para o aumento de produtividade e propiciando segurança e rentabilidade aos agricultores. Mantendo estreito relacionamento com instituições nacionais e internacionais, o Centro de Pesquisa desenvolveu programas que culminaram com a recomendação de novos cultivares de trigo, soja, milho, triticale, além de pesquisas de algodão e inúmeras novas tecnologias. Por decisão das cooperativas paranaenses, o Centro de Pesquisas adquiriu personalidade jurídica própria em 19 de abril de 1995, sob forma de Cooperativa Central Agropecuária de Desenvolvimento Tecnológico e Econômico.

As cooperativas agropecuárias representam mais de 55% da economia agrícola do Estado. Do ponto de vista econômico, predomina no Paraná o cooperativismo situado no meio rural, com 72% de associados do Estado e 98% da geração de receita pelo sistema. O

cooperativismo paranaense congrega atualmente mais de 210 mil cooperados, número este, que extrapolado aos familiares e funcionários das cooperativas chega a 1.200.000 pessoas, representando cerca de 15% da população do Paraná. É no setor agropecuário que está a maior força, porque as condições econômicas e sociais favorecem mais a união das pessoas para um ideal comum, em vista da convivência em comunidades, trabalho nas mesmas atividades, dificuldades parecidas, etc.

Essa integração entre Estado e cooperativas não só permitiu aos governos implementarem suas ações na agricultura, como também levar o Paraná à liderança nacional de produção e produtividade agrícola, o que transformou as cooperativas em agentes de desenvolvimento econômico e social.

Conforme Tabela 3, no Estado do Paraná, a OCEPAR, conta (base 2005) com 228 cooperativas registradas, totalizando 403.195 cooperados e em torno de 50.000 empregados. O ramo agropecuário possui 74 cooperativas, 106.211 cooperados e cerca de 45.000 empregados, sendo, também, o ramo mais representativo do Paraná.

TABELA 3: Número de Cooperativas por Ramo e Número de Cooperados - Paraná em 2006

RAMO	NÚMERO DE COOPERATIVAS		NÚMERO DE ASSOCIADOS	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Agropecuários	74	32,6	106.211	26,3
Consumo	1	0,4	681	0,2
Crédito	67	29,4	261.671	64,9
Educacional	14	6,1	2.913	0,7
Habitacional	1	0,4	52	0,0
Infra-estrutura	8	3,6	7.865	2,0
Saúde	33	14,5	10.606	2,6
Trabalho	14	6,1	11.137	2,8
Transporte	14	6,1	1970	0,5
Turismo e Lazer	2	0,9	89	0,0
TOTAL	228	100	403.195	100

Fonte: OCEPAR, 2007

Com a integração dos produtores em cooperativas, organizou-se também a produção e com isso, reduziram-se os agentes de comercialização, aumentando a eficiência dos mecanismos de arrecadação tributária do Estado, o que torna as cooperativas, importantes instrumentos na execução da política fiscal do governo.

Dessa forma, as cooperativas vêm sustentando a atividade agropecuária com bases dinâmicas e inovadoras capazes de manter o produtor na atividade, com consciência da necessidade de uma economia moderna, que possibilite a agregação de valores à produção, com maior retorno aos agricultores, possibilitando o reinvestimento no processo produtivo.

TABELA 4: Distribuição dos Associados das Cooperativas Agropecuárias por Área no Paraná - 1996

ÁREA (hectares)	NÚMERO ASSOCIADOS	PERCENTUAL
(0 - 10)	33.290	27,8%
(10 - 50)	56.645	47,3%
(50 - 100)	16.885	14,1%
100 OU MAIS	12.934	10,8%

Fonte: OCEPAR, 2007.

Verifica-se na tabela 4, a expressiva participação dos pequenos e médios produtores (área até 50 ha) nos quadros sociais das cooperativas agropecuárias, representando atualmente 75,1% do total de associados, o que evidencia a importância das cooperativas para esse segmento de produtores, que são normalmente os menos favorecidos.

2.4.2.1 Cooperativismo Agropecuário no Paraná

As cooperativas agropecuárias do Paraná são um dos maiores ramos do cooperativismo paranaense, tendo atualmente 74 cooperativas, com 106.211 cooperados, conforme dados do OCEPAR (2007)

Segundo OCEPAR (2007), o cooperativismo agropecuário representa cerca de 53% da economia agrícola do Estado do Paraná, com um faturamento de 18 bilhões de reais no ano de 2004, correspondente a cerca de 18% do Produto Interno Bruto do Paraná, e participa de forma intensa em todo o processo de produção, beneficiamento, armazenamento e industrialização agropecuária, fazendo com que o cooperado seja um agente ativo no mercado interno e externo, bem como nas ações sociais em sua comunidade.

Com seu desenvolvimento as cooperativas passaram a ser importantes instrumentos de difusão de tecnologias e implementadoras de políticas desenvolvimentistas, agindo também como elo de ligação entre o produtor rural e o governo. Isto ocorreu com a difusão do crédito rural, armazenagem, manejo e conservação de solos, manejo integrado de pragas, assentamento de agricultores, agroindustrialização, entre outros, e levou o Paraná à liderança nacional de produção e produtividade agrícola, transformando as cooperativas em agentes de desenvolvimento econômico e social.

Atualmente as cooperativas são, em muitos municípios do Paraná, a mais importante empresa econômica, maior empregadora e geradora de receitas, atuando em perfeita sintonia com a coletividade, atendendo cerca de 1/3 da população rural do Estado. Com a integração dos produtores em cooperativas, organizou-se também a produção e, com isso, reduziram-se

os agentes de comercialização, aumentando a eficiência dos mecanismos de arrecadação tributária do Estado, o que torna as cooperativas, importantes instrumentos na execução da política fiscal do governo.

QUADRO 1: Participação das Cooperativas na Produção Agropecuária do Paraná - 2005

Culturas	Produção recebida	Part. das cooperativas na produção do PR
Algodão (ton)	78.422	87%
Aveia (ton)	52.436	16%
Aves para corte (ton)	426.413	23%
Café Beneficiado (ton)	35.148	24%
Cana-de-açúcar (ton)	7.355.319	23%
Canola (ton)	2.047	99%
Cevada (ton)	233.918	100%
Feijão (ton)	69.008	10%
Laranja (ton)	74.996	19%
Leite comercializado (litros/ mil)	811.198	58%
Maça (ton)	4.958	12%
Milho (ton)	4.687.074	42%
Soja (ton)	6.475.269	63%
Suínos para corte (ton)	115.494	39%
Trigo (ton)	1.940.651	64%
Triticale (ton)	43.853	28%

Fonte: OCEPAR, 2007

Conforme OCEPAR (2007) A participação dos pequenos e médios produtores (área até 50 ha) nos quadros sociais das cooperativas, representando 70% do total, evidencia a importância das cooperativas para essa faixa de produtores, que são normalmente os menos favorecidos. A integração das cooperativas com os interesses dos produtores rurais permitiram a montagem de uma infra-estrutura de armazenagem da produção. Segundo OCEPAR (2007), a participação das cooperativas no total da capacidade estática de armazenagem do Estado, de 54%.

A vocação agropecuária do Paraná oferece um grande potencial para o desenvolvimento do setor agroindustrial, face à disponibilidade de matérias-primas, de energia, à infra-estrutura para escoamento da produção, à proximidade aos grandes centros de consumo e pela capacidade empreendedora do seu povo. Por outro lado, a expansão da agropecuária está limitada pela ocupação total da fronteira agrícola, portanto, o crescimento da produção depende da melhoria da produtividade, e da agregação de valores aos produtos primários, via agroindustrialização. Outro aspecto que merece citação é a diversificação das cooperativas, operando com todos os produtos agrícolas importantes da economia paranaense, além de serem pioneiras na implantação de novas culturas e projetos.

Assim, a agronegócio tem se apresentado como a mola propulsora para a transformação do Estado de exportador de matérias-primas em exportador de bens de consumo, aproveitando o potencial disponível. As cooperativas agropecuárias se constituem em elemento fundamental para implantar novos projetos pois, através delas, suas ações no setor resultam na agregação de valores sobre o produto primário retornando ao produtor, que por sua vez poderá reinvestir na atividade produtiva garantindo, com isso, a oferta de matérias-primas em níveis permanentes e, ao mesmo tempo, desenvolvendo o meio rural.

As cooperativas agropecuárias do Paraná têm importante participação em diversos setores da agroindústria. Conforme OCEPAR (2007) as cooperativas agropecuárias participam das agroindústrias de ração, leite, carnes, beneficiamento e fiação de algodão, malte, trigo, milho, mandioca, soja, cana, arroz e café. A participação das cooperativas chega, alguns casos, até a 100%, conforme Quadro 2.

QUADRO 2: Cooperativas e Agroindústrias do Paraná - 2005

Setor Agroindustrial	Capacidade total instalada - Paraná	Part. das cooperativas na capacidade instalada no Paraná
1 Rações	23.000 t/d	35%
2 Leite		
2.1 Usina beneficiamento	4.720.000 l/d	53%
2.2 Derivados lácteos	66.000 t/a	15%
2.3 Leite em pó	20.000 t/a	100%
3- Carnes		
3.1 Suínos	15.000 cab/d	20%
3.2 Aves	2.900.000 cab/d	35%
3.3 Bovinos	1.850 cab/d	10%
4- Beneficiamento Algodão	32.800 t/a	70%
5- Fiações		
5.1 Algodão	85.000 t/a	55%
5.2 Seda	2.420 t/a	21%
6- Malte de Cevada	120.000 t/a	100%
7- Trigo	3.650 t/d	30%
8- Milho	2.500 t/d	20%
9- Mandioca		
9.1 Farinha	38.200 t/d	5%
9.2 Fécula e amidos	1.800 t/d	20%
10- Soja		
10.1 Esmagamento de soja	28.650 t/d	40%
10.2 Farelo de soja	22.600 t/d	40%
10.3 Refino de óleo	2.880 t/d	34%
10.4 Margarinas e gorduras	1.500 t/d	15%
11- Cana		
11.1 Açúcar	5.000 t/d	26%
11.2 Álcool	1.300.000.000 l/a	34%
12- Arroz	5.060 t/d	5%
13- Café		
13.1 Beneficiamento	4.000 t/d	40%
13.2 Torrefação	220 t/d	10%

Fonte: OCEPAR 2007

Com relação à capacidade instalada, as cooperativas participam com 35%, porém na produção somente em 23%, tal fato é atribuído aos investimentos realizados na época, ainda em fase de maturação.

Urban (1995) cita a agroindústria como a perna forte da indústria paranaense, apoiando-se no bom desempenho da agropecuária e ampliando-se tanto quantitativamente como qualitativamente. Esta atividade vem se diversificando com a criação de novos produtos e com a verticalização da produção. “O nosso estado avançou, desde os anos setenta, nos grandes aspectos da produção de ‘*commodities*’ agroindustriais, e sofisticou sua produção nos anos oitenta e noventa, criando a partir daí uma indústria de alimentos bastante competitiva”.

Albuquerque (1995) menciona o Paraná como um estado de grande importância no agronegócio brasileiro, possuindo um dos maiores índices de produtividade em produtos como a soja, milho, algodão, trigo, cana-de-açúcar, mandioca, pecuária leiteira e de corte, avicultura e suinocultura. O agronegócio tem destaque muito forte no PIB agrícola estadual, representando mais de 50% da economia agrícola paranaense.

2.5 SÍNTESE DA REVISÃO TEÓRICA

Este capítulo buscou fazer um resgate de três importantes conceitos: desenvolvimento econômico, social, local e sustentável; agroindústria e avicultura; e cooperativismo de uma forma geral e também especificamente o cooperativismo agrícola. Primeiramente o conceito de desenvolvimento, foi tratado de forma restrita somente como econômico, a partir de uma visão clássica, abordando autores como Adam Smith, David Ricardo, Schumpeter, como contraponto a visão clássica apresenta-se a visão keynesiana. Posteriormente se amplia o conceito de desenvolvimento para inserir um conceito de desenvolvimento multi, buscando autores como Celso Furtado, Cardoso e Faletto e Becker. Como o conceito de desenvolvimento não está mais restrito às dimensões econômicas e sociais, traz-se um breve relato sobre desenvolvimento sustentável. Como o desenvolvimento, num sentido macro, não é suficiente para fundamentar o problema de pesquisa, o conceito é ampliado para desenvolvimento local.

Para resgatar o conceito de desenvolvimento local, abordam-se autores como Weber, Perroux, Christaller e Losch. Com estes autores pretende-se fundamentar que o desenvolvimento local ocorre com a instalação de uma indústria, ou agroindústria como no caso da pesquisa, para maximizar as potencialidades locais, como vocação agrária, região

composta por minifúndios, geografia e clima que permitem a criação de animais.

O espaço econômico pode ser classificado como polarizado, um campo de forças ou relações funcionais. As regiões podem se aproximar por características homogêneas, que as colocam num mesmo grupo conforme sua história, cultura, idioma, etc. "As características que distinguem uma região são a sua abertura econômica e a sua integração num espaço de maior amplitude", (SILVA, 2002).

Partindo do pressuposto que um dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento local é a agroindústria, também é realizado um resgate teórico do conceito de agroindústria. Agroindústria é conceituada por diversos autores, como G. Muller, R Lauschener, N. Araújo, A.P. Guimarães, A. Kageyama, J. Graziano da Silva., como as transformações que ocorrem desde a produção até a indústria. Consideram que as articulações, que ocorrem entre a indústria e a agricultura, resultariam no seguinte encadeamento: indústria para a agricultura - agricultura - indústria da agricultura, pois a indústria fornece insumos (adubos, fertilizantes, etc) para a agricultura, e esta por sua vez fornece insumos para a indústria (soja, milho, trigo, café, etc).

Como a região estudada na pesquisa é o oeste do Paraná, faz-se um resgate histórico da agroindústria neste estado, passando pelos ciclos erva mate, madeira, gado, café, soja e trigo, milho, suínos e aves. Os ciclos ocorreram com a história da colonização da região, onde as primeiras (erva mate e madeira) eram basicamente extrativas. O ciclo do café ocorre pela colonização do norte paranaense por paulistas, e as culturas de soja, milho e trigo, aliadas a criação de suínos e aves por influência da colonização do oeste e sudoeste por migrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A avicultura é um dos componentes mais importantes do *agribusiness* mundial e nacional. Conforme já conceituado anteriormente, *agribusiness* ou agronegócios envolve a produção agrícola propriamente dita, as atividades ligadas no suporte à produção, conhecidas e as relacionadas com o processo Agroindustrial e de suporte ao fluxo de produtos até a mesa do consumidor final. Também no Paraná não é diferente, tendo a avicultura grande importância na agroindústria do estado.

Como o estado do Paraná possui muitas cooperativas liderando o avanço da agroindústria, principalmente de soja e aves, e atendendo ao objetivo da pesquisa sobre o cooperativismo avícola, resgata-se o conceito de cooperativismo, trazendo dum histórico do cooperativismo no mundo, no Brasil e no Paraná, dando especial enfoque ao cooperativismo agrícola, pela sua representatividade e por ser objeto de pesquisa.

3 REGIÃO OESTE DO PARANÁ E A C. VALE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

Este capítulo irá traçar um histórico da região oeste do Paraná vinculando com o histórico da C Vale. A região oeste do Paraná será contextualizada por ser a região onde a C. Vale está localizada, e também por estar na região diversas cooperativas agrícolas.

3.1 A REGIÃO OESTE DO PARANÁ E O COOPERATIVISMO

A ocupação da região oeste do Paraná, segundo Trintin (2006), até a década de 20 era bastante precária devido à falta de interligação com os grandes centros. As cidades existentes, surgiram pela delimitação com o território argentino, e com atividade exploratória de erva-mate e madeira. Após este período a ocupação ocorreu pelo movimento migratório dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, motivados pela redução das terras devido à herança. Estes migrantes trazem para o oeste e sudoeste paranaense as mesmas práticas adotadas nas suas regiões de origem. o movimento foi impulsionado por iniciativas públicas e privadas de colonização que criaram condições favoráveis para os agricultores cultivarem as terras. Como consequência desta expansão, a economia estadual passou a ser impulsionada pelo setor agrícola.

Em 1930, o governo revolucionário de Vargas passou a ter um controle maior de todas as regiões de fronteira brasileira, buscando viabilizar políticas de nacionalização dessas regiões. Nesta época o governo de Vargas também queria nacionalizar a imensa região Oeste do Paraná, mas dependia que o efetivo povoamento fosse uma realidade, assim surgiu a denominada “*marcha para o Oeste*”. No Rio Grande do Sul, começava a se formar um excedente populacional nas pequenas propriedades agrícolas. Estes agricultores buscavam novas terras para exploração agrícola, desta forma o governo federal e os defensores da marcha para o Oeste ampliaram seus horizontes tanto para o Oeste paranaense como catarinense. Para evitar reações contrárias das autoridades locais, Vargas defendeu a criação do território federal do Iguazu, tendo como justificativa a nacionalização da fronteira. Os governos estaduais ficaram proibidos de fazer quaisquer investimentos ou projetos colonizadores sem prévia autorização do governo federal. Em setembro de 1943 criou-se o Estado do Iguazu o qual teve vigência até 1946 onde foi extinto por uma emenda constitucional motivada pela bancada paranaense na constituinte (AMOP, 2000).

A fartura de madeira atraiu migrantes e serrarias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para a região. A riqueza também atraiu os colonos poloneses, alemães e italianos, que juntos, formaram a base populacional de Cascavel. No período de maior atividade econômica, o município abrigava mais de 150 madeireiras.

Historicamente, a região Oeste constitui a última fronteira de ocupação do Estado, integrando-se a dinâmica estadual apenas a partir dos anos 70. A distância geográfica da porção leste do Estado, por onde começou o povoamento, e as limitações de infra-estrutura de comunicação foram os fatores que mantiveram esta região por tanto tempo isolada, (IPARDES, 2004).

Com objetivo de colonizar o Estado, surgiram os primeiros projetos que vislumbravam a organização das cooperativas paranaenses. Na região Tradicional ou região Centro-Sul foi desenvolvido o projeto SULCOOP - Projeto Sul de Cooperativismo, a região Norte com o projeto NORCOOP - Projeto Norte de Cooperativismo e a região Sudoeste o projeto PIC - Projeto Iguaçu de Cooperativismo, conforme Figura 2. (IPARDES, 1974).

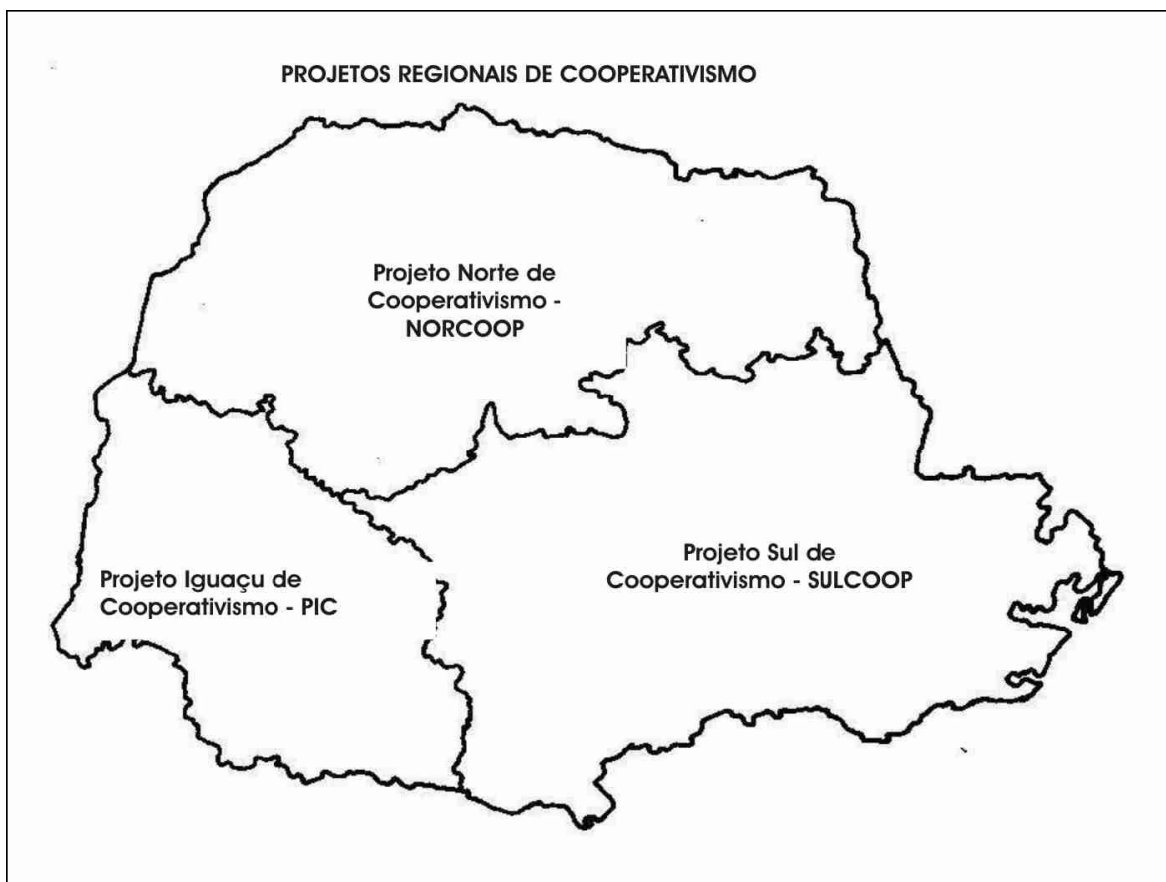


FIGURA 2: Projetos Regionais de Cooperativismo

Fonte: COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ, **Diagnóstico e Análises**. Convênio: CPEc – BRDE – OCEPAR – IPARDES, 1974.

Na região Oeste e Sudoeste, surge o primeiro projeto integrado do sistema cooperativista paranaense denominado de PIC, através do apoio de instituições como o INCRA, a ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná e o DAC - Departamento de Assuntos do Cooperativismo, (LIMA, 1988).

A região Oeste e Sudoeste do estado tiveram na imigração de pequenos produtores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul seus principais colonizadores. Estes produtores exploravam a criação de suínos e o plantio de culturas de alguns cereais de subsistências. Na década de 1960 começa a ser estruturado o cooperativismo na região, devido a dificuldades que os produtores da região tinham para o armazenamento dos produtos, escoamento da safra e mecanização da lavoura. Nesta região do estado, no final da década de 60, começa a ser explorada a cultura da soja.

O projeto tinha por objetivo o mapeamento regional com a estruturação e distribuição de 45 cooperativas agropecuárias atuantes na região Oeste e Sudoeste. O projeto teve como objetivo formar uma rede de cooperativas que foram inicialmente avaliadas quanto a sua viabilidade econômica e de eficiência na atuação da sua área de ação, após esta ordenação o projeto fomentou a criação de cooperativas centrais.

Conforme Lima, (1988, p. 25) “A maior prova de sucesso do PIC não está apenas no crescimento e fortalecimento das cooperativas que dele participaram, mas sim, na implantação de projetos similares em todo o estado unificando o sistema, contribuindo para colocar o Paraná na situação de projeção nacional”. O cooperativismo começa na região de abrangência do projeto PIC a direcionar seu foco comercial e a agir de uma forma mais estratégica para consolidação do sistema.

Conforme Salanek Filho (2007) o projeto de desenvolvimento resultou num aumento de 10.691 associados em 1971 para 30.257 em 1976 na região do PIC.

Depois de findados os processos de colonização e povoação da região, o IBGE definiu o novo delineamento regional, através de mesorregião, conforme Figura 3. A mesoregião oeste está localizada no terceiro planalto e abrange uma área de 2.290.859 hectares, que corresponde a 11,5% da área do território do Estado.

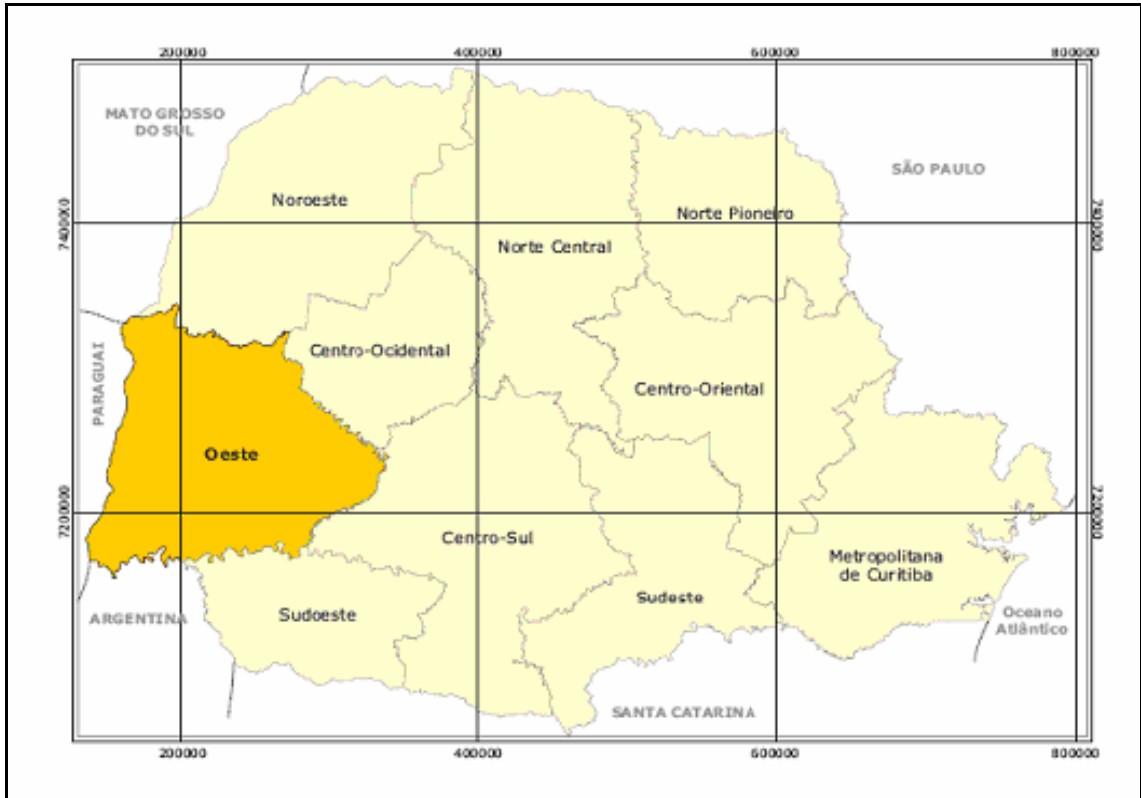


FIGURA 3: Delimitação do Oeste pelos Critérios do IBGE.
 FONTE: Leituras Regionais – IPARDES (2004).

Conforme IBGE os municípios que fazem parte da região oeste estão determinados conforme figura 4. A região oeste é composta por 49 municípios e uma população de 1.137.885, conforme Censo de 2000.

O Oeste, devido principalmente a sua condição hidrográfica, sempre despertou interesses e é considerada uma região estratégica. Entre 1960 e 1980 a região finalmente vence as dificuldades de acesso e atinge estabilidade geográfica e demográfica, começando a ter destaque econômico nacional com mecanização da agricultura e com a produção de soja e de suínos.

Na região Oeste, a agricultura destaca-se pela alta produtividade em grãos, bem como no desenvolvimento tecnológico e industrial da cadeia de frango de corte. Estes fatores levaram ao crescimento da comercialização, exportação e ao desenvolvimento de uma infraestrutura agroindustrial compatível com o volume produzido.



FIGURA 4: Região Oeste do Paraná.
Fonte: IBGE.

A região tem nos município de Foz do Iguçu, Santa Terezinha do Itaipu, Santa Tereza do Oeste e de Cafelândia as maiores taxas de crescimento da população, acima ou igual a 2,8. Os municípios de São Miguel do Iguçu, Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Toledo e Cascavel, crescimento entre 1,4 e 2,8 de crescimento. Salientando que a linha de corte de 1,4 é a média do Estado do Paraná.

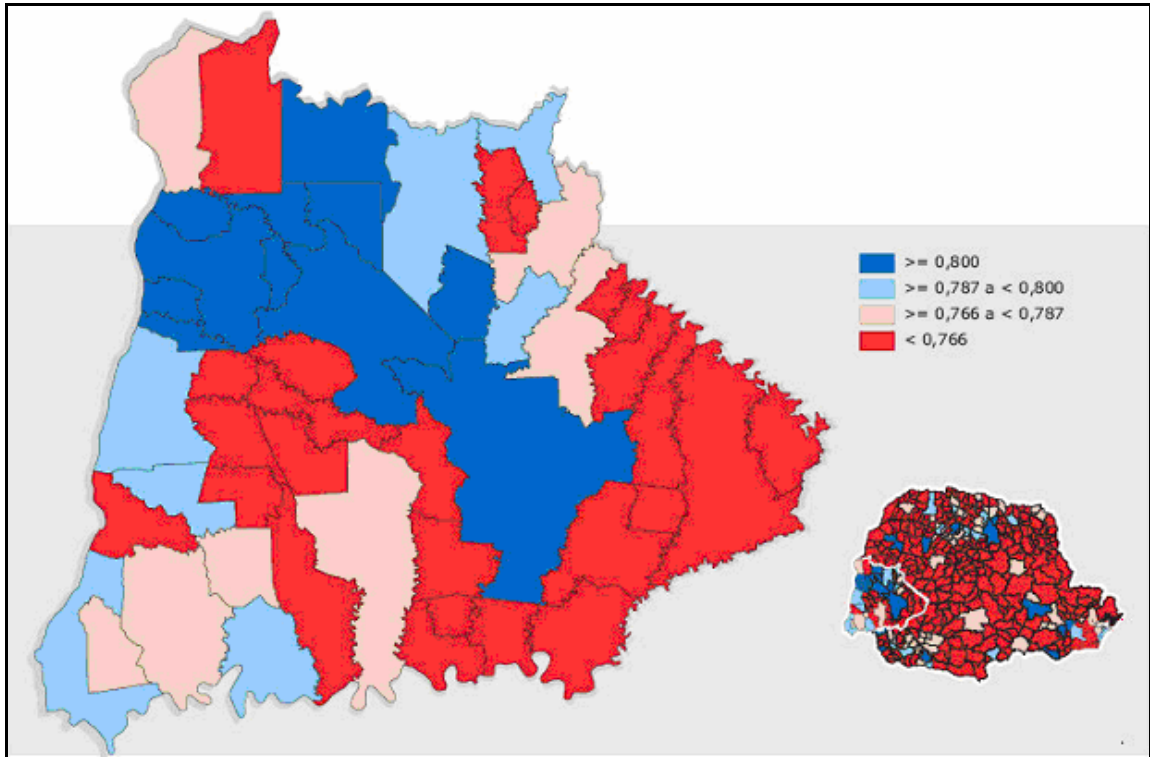


FIGURA 5: IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (Ano Base 2000).
Fonte: Leituras Regionais – IPARDES (2004)

Com relação ao IDH-M, considerando a média nacional de 0,766 11 municípios possuem indicador acima ou igual a 0,800. Na faixa de 0,787 a 0,800, há 7 municípios no total. Abaixo da média estadual, tem 32 municípios desta região, sendo que 7 possuem classificação entre 0,766 a 0,787 e os demais 25 municípios com índice abaixo de 0,766, da média nacional.

Considerando somente a região de atuação da C. Vale, observa-se, conforme Tabela 5, que há uma evolução do IDH-M geral de todos os municípios da região, apresentando crescimento de 14% de 1991 para 2000, contra crescimento de 10% no estado. O índice que apresenta maior crescimento é o IDH-M de longevidade, que teve crescimento de 27%, contra 10% do Estado.

TABELA 5: IDH-M dos Municípios da Região de Atuação da C. Vale.

MUNICÍPIOS	IDHM GERAL		IDH-M LONGEVIDADE		IDH-M EDUCAÇÃO		IDH-M RENDA	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
ALTO PIQUIRI	0,616	0,750	0,630	0,747	0,665	0,829	0,553	0,674
ASSIS CHATEAUBR.	0,680	0,787	0,639	0,726	0,767	0,887	0,633	0,749
BRASILÂNDIA	0,586	0,707	0,566	0,708	0,646	0,792	0,548	0,620
FRANCISO ALVES	0,668	0,736	0,713	0,758	0,727	0,827	0,565	0,622
MARIPÁ	0,747	0,845	0,740	0,875	0,828	0,931	0,672	0,729
NOVA SANTA ROSA	0,731	0,806	0,702	0,789	0,838	0,928	0,652	0,702
PALOTINA	0,730	0,832	0,670	0,818	0,837	0,922	0,684	0,756
TERRA ROXA	0,682	0,764	0,726	0,789	0,757	0,841	0,564	0,661
MÉDIA REGIÃO	0,680	0,778	0,610	0,776	0,758	0,869	0,609	0,689
PARANÁ	0,711	0,787	0,678	0,747	0,778	0,879	0,678	0,736

FONTE: IPARDES, 2007.

A produção agrícola da região também cresceu na região, conforme tabela 6, principalmente nas culturas de soja e milho. Também a atividade avícola cresceu embora em menor percentual. Conforme informações da empresa muitos cooperados já possuíam aviários, porém prestavam serviço à outra empresa, e migraram para a cooperativa pela vinculação que já tinham com a mesma.

TABELA 6: Produção Agrícola e Pecuária 1996 a 2006 da Região da C.Vale

MUNICÍPIOS	BOVINOS mil cab.		SUÍNOS mil cab.		AVES mil cab.		LEITE mil litros		SOJA mil ton.		MILHO ton.	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006
ALTO PIQUIRI	49	46	2	2	53	36	2.421	2.421	3	45	4	29
A.CHATEAUB.	20	22	29	26	337	351	5.064	5.064	171	144	86	125
BRASILANDIA	35	36	1	1	4	4	1.315	1.316	3	54	4	38
FCO. ALVES	39	40	3	3	20	20	6.175	6.175	2	23	5	13
MARIPÁ	15	15	15	15	248	248	10.408	10.408	42	48	43	52
N. STA. ROSA	16	15	36	34	581	640	14.685	14.685	23	14	36	46
PALOTINA	28	29	48	48	866	858	14.210	14.211	106	88	121	100
TERRA ROXA	66	67	8	8	34	34	7.130	7.130	57	99	69	55
Total	268	259	142	137	2143	2191	63.404	61.410	407	515	369	458

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário de 1996 e 2006.

Comparativamente com o IDH-M, pode-se concluir que o aumento na produção, fomentado pelo cooperativismo, contribui para o aumento no IDH-M geral. A região tem grande participação na produção agrícola e pecuária do estado, e grande parte do crescimento do IDH-M deve-se aos resultados obtidos neste segmento. As agroindústrias voltadas para alimentação (carnes), têm grande crescimento no final dos anos 90.

Os municípios, demonstrados nas tabelas 5 e 6, são bastante dependente da cooperativa instalada na região. Com o advento da industrialização, a cooperativa consegue contribuir mais com a economia da região pois gera empregos e impostos, aumentando a circulação de renda na região.

As cooperativas desta região deixam de ser meramente agrícola e passam a atuar no setor de alimentação, agregando valor à produção primária além de voltarem-se ao mercado consumidor de forma mais competitiva. Silva e Zanatta (2003) destacam que as cooperativas são as empresas que mais crescem no mercado de frango de corte no Estado do Paraná, devido à estratégia de agregar valor ao produto soja e milho. As cooperativas têm no domínio da matéria-prima, destinada a ração, a principal vantagem competitiva em relação às outras empresas.

Com relação à participação no valor da produção agrícola do estado do Paraná, observa-se que a região Oeste possui uma participação de 17,3% que corresponde a R\$ 1,22 bilhões, conforme demonstrado na Tabela 7.

TABELA 7: Participação da Região Oeste no Valor da Produção Agrícola do Estado do Paraná – Ano Base 2001.

Produção Agrícola	Paraná	Oeste	% de participação
Valor da Produção agrícola (em bilhões de R\$)	7,049	1,220	17,3

FONTE: IPARDES 2004

Com relação à população ocupada na atividade agropecuária, em todo o Paraná são 1.287.632 pessoas que desenvolvem atividades nesta área, sendo 14,1% no Oeste. A tabela 7 apresenta, com base em 1995, um total de 181.407 pessoas que desenvolvem esta atividade na região, sendo 149.832 (82,6%) oriundas de estruturas familiares, 14.668 pessoas (8,1%) com empregos permanentes, 12.998 pessoas (7,2%) com empregos temporários e 3.909 pessoas (2,2) com outras categorias de ocupação. Desta forma, a região Oeste tem uma concentração acima de 80% da população oriundas da própria família, classificando-se acima da média estadual e contribuindo para a redução nas demais categorias.

3.2 HISTÓRICO DA C. VALE

Conforme documentos internos da empresa, e informações do *site* oficial da empresa, a C. Vale foi fundada em 07 de novembro de 1963. Surgiu do agrupamento de diversos

produtores com objetivo de armazenar e comercializar os grãos com maior rentabilidade e agilidade. Outro objetivo era adquirir insumos com melhor custo e prestar maior assistência técnica no plantio e colheita.

No início de sua história a cooperativa tinha o nome de Cooperativa Agrícola Vale do Piquiri, devido à região produtora que abrangia, localizado no entorno do rio Piquiri. Aos poucos a cooperativa foi crescendo e as tecnologias sendo incorporadas à sua história.

Sua atuação ocorre nos estados do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraguai, sendo que a indústria avícola encontra-se no Paraná, no município de Palotina.

TABELA 8: Distribuição dos Associados por Município de Atuação - C Vale

MUNICÍPIOS	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Assis Chateaubriand/PR	1.584	1.804	1.669	1.597	1.589	1.597	1.606	1.635	1.617	1.598
Palotina/PR	1.433	1.452	1.400	1.417	1.429	1.447	1.473	1.510	1.512	1.508
Terra Roxa/PR	729	781	780	812	818	833	848	877	888	886
Nova Santa Rosa/PR	152	179	182	177	188	188	190	197	214	214
Maripá/PR	781	855	819	782	776	768	771	780	770	767
Francisco Alves/PR	-	-	61	101	152	160	171	190	199	228
Alto Piquiri/PR	-	-	66	100	126	140	144	155	147	147
Brasilândia	-	-	63	94	112	119	132	128	123	121
Diamantino/MT	189	199	200	203	218	225	226	225	218	216
Nova Mutum/MT	173	189	200	220	237	248	245	249	242	254
Sorriso/MT	-	-	-	-	44	148	171	181	172	175
Sinop/MT	-	-	-	-	166	203	221	194	198	197
Vera/MT	-	-	-	-	-	-	-	27	44	54
Carmen/MT	-	-	-	-	-	-	-	50	60	66
Rio Brilhante/MS	-	-	-	-	110	124	141	158	163	166
Fátima do Sul/MS	-	-	-	-	35	98	116	119	126	132
Amambaí/MS	-	-	-	-	-	51	87	100	115	122
Dourados/MS	-	-	-	-	-	14	63	84	100	116
Itaporã/MS	-	-	-	-	-	-	11	35	50	81
Caarapó/MS	-	-	-	-	-	-	76	115	139	158
Tacuru/MS	-	-	-	-	-	-	-	17	37	42
Abelardo Luz/SC	145	202	207	257	278	288	285	290	294	302
Faxinal dos Guedes/SC	105	129	131	180	216	235	264	274	271	268
Total	5.291	5.790	5.778	5.940	6.494	6.886	7.241	7.590	7.699	7.818

Fonte: Relatório Anual 2006 – C Vale Coop Agroindustrial

Em 2007 a C Vale conta com 7.818 associados, sendo distribuídos em 23 municípios, conforme tabela 8. Destes são avicultores 324, todos localizados nos municípios do Paraná. Os demais municípios são de estratégia de grãos e insumos, e os entrepostos do estado de Santa Catarina são também para plantação de grãos destinados à semente, (Relatório Anual C. VALE, 2006).

O número de cooperados cresceu 47% de 1997 a 2006, sendo que no Paraná o crescimento foi de 16%. No ano de 2007, conforme informações da empresa, houve mais 54 adesões de cooperados, devido o aumento da atividade avícola da C. Vale.

A recepção da cooperativa apresentou seu pico em 2003, em decorrência de condições climáticas favoráveis na região do Paraná e Mato Grosso. Em 2004 e 2005 houve redução de 22,12% em 2004 e 13,1% em 2005, ambas comparativas a 2003. Estes dois anos tiveram quebra de safra decorrente de seca. O ano de 2006 apresenta queda de 15,16% com relação ao ano de pico (2003) e de 2,37% em relação a 2005. “Apesar disso, a cooperativa respondeu por 1,07% da safra agrícola nacional 2005/2006 ao receber 1.280.937 toneladas de produtos”, (Relatório Anual C. VALE, 2006).

QUADRO 3: Recepção Grãos – C Vale de 2002 a 2006 (toneladas)

1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
693.096	734.958	838.280	690.983	1.058.781	1.120.398	1.509.879	1.175.835	1.312.076	1.280.937

Fonte: Relatório C VALE

Comparativamente com o número de cooperados a produção apresenta crescimento de 84,8% de 1997 a 2006, sendo o crescimento de cooperados de 47%. Conforme informações da C. Vale, os anos de 2000 e 2006 tiveram a produtividade prejudicada por problemas de seca e geada na região.

TABELA 9 - Produção Grãos por Cooperados - (ton - qde)

ANOS	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Grãos	636.096	734.958	838.280	690.983	1.058.781	1.120.398	1.509.879	1.175.835	1.312.076	1.280.937
Cooperados	5.291	5.790	5.778	5.940	6.494	6.886	7.241	7.590	7.699	7.818
Relação	120,2	126,9	145,1	116,3	163,0	162,7	208,5	154,9	170,4	163,8

Fonte: Relatório C VALE

Conforme Tabela 9, a produtividade também cresceu, chegando a atingir 208,5 toneladas por cooperados em 2003, e estabilizando em 163 toneladas comparando com 120 toneladas por produtor em 1997.

A agroindústria, entretanto, apresenta crescimento em todas as suas instâncias, no ano de 2006 comparativamente a 2005, exceto pelo setor de amindonarias que decresceu 12,8% , porém apresenta crescimento na série histórica..

A atividade avícola tem cadeia própria de produção, conforme mencionado no capítulo dois. Num ambiente de grande concorrência, a cadeia apresenta uma dinâmica expansionista impulsionada pela exigência do consumidor. A C. Vale e as demais cooperativas da região, concentram a cadeia de produção avícola dentro de sua atividade. Conforme Tabela 10, a C.Vale detêm as atividades de matrizeiros, incubatório, desativadora de soja (para utilizar na produção de ração), fábrica de ração e abatedouro. A engorda das aves fica a encargo do produtor, (Relatório anual, 2006).

TABELA 10: Produção Agroindustrial - C Vale

ATIVIDADE	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Matrizeiro ¹	7.305	16.795	18.664	19.208	19.846	20.312	20.470	20.332	25.746	30.103
Incubatório ²	-	10.186	18.135	20.930	18.908	37.871	38.108	39.266	46.301	50.937
Desativadora ³	-	-	-	-	-	-	-	-	22.332	35.159
Rações ³	17.553	68.063	87.291	146.980	157.965	172.875	179.453	184.623	219.033	243.425
Abatedouro ³	501	27.920	34.823	49.888	60.954	65.204	66.965	70.244	77.666	93.151
Termoproc. ³	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.276
Amindonarias ³	23.760	37.789	34.422	52.164	68.738	90.841	47.534	59.148	112.686	98.211

Fonte: Relatórios Anuais

Nota: 1 em milhares de ovos; 2 em milhares de pintos, 3 em toneladas.

O matrizeiro foi inaugurado em 1997, quando iniciou a produção com 7.304.894 ovos, e foi ampliado até 2006, atingindo 30 milhões de ovos. É estratégia manter a verticalização da produção, tendo toda a cadeia produtiva dentro da empresa.

O incubatório também inaugurado em 1997, atingiu em 2006 50.937.170 pintos entregues, maturando investimentos de ampliação realizados em 2005 e 2006.

A unidade desativadora de enzima de soja, inaugurada em 2005, visa o maior aproveitamento do grão de soja para a produção de ração sem utilização da indústria de esmagamento. Devido a enzima, o grão de soja não pode ser utilizado diretamente na composição de ração, devendo primeiramente ser esmagado, transformando em farelo e óleo e novamente adicionado a composição da ração. Com a desativadora, o grão passa a ser utilizado integralmente na formulação da ração.(C VALE)

A fábrica de rações foi duplicada em 2005 para atender ao incremento da unidade avícola. Apresenta crescimento em todos os anos, estando próxima a capacidade operacional nos anos de 2002 a 2004, e os crescimentos de 2005 e 2005 só foram possíveis devido a ampliação da capacidade de produção. A ração produzida na C Vale é voltada para o próprio consumo, sendo destinadas para a integração avícola e de suínos.

O abatedouro de aves teve sua planta inicial inaugurada em 1997, com capacidade de abate de 140 mil aves/dia. A capacidade plena foi atingida em 2002. Em 2005 inaugurou a duplicação do abatedouro, sendo que o escalonamento da produção será atingido em plena capacidade em dezembro de 2007. (Projeto BNDES, C Vale). O abate total do Paraná conforme ABEF (2007) é de 3,9 milhões de cabeça dia, considerando números de 2005. Com a plena produção em dezembro de 2007 a C. Vale passará a deter cerca de 7% do abate estadual.

A indústria de termoprocessados visa agregar valor aos cortes de frango, produzindo cortes cozidos, assados e fritos. Esta indústria encontra-se em fase pré-operacional.

A amindonarias trata do beneficiamento da mandioca, para transformação em fécula e amido. Esta indústria visa agregar valor ao produto, aproveitando a vocação local para a produção de mandioca, que ocorre em terras de pequenos produtores e mão-de-obra familiar. (CONAB).

3.2.1 A cooperativa e o relacionamento com seus produtores

A cooperativa supria as necessidades de seu cooperado na compra dos insumos (adubos, sementes, fertilizantes e defensivos) e obtinha melhor performance na comercialização dos grãos. As cooperativas também tinham a função de fomentar o crédito ao cooperado, prática essa alterada a partir da reestruturação financeira ocorrida a partir de 1994 com os programas de securitização¹¹ e recoop¹².

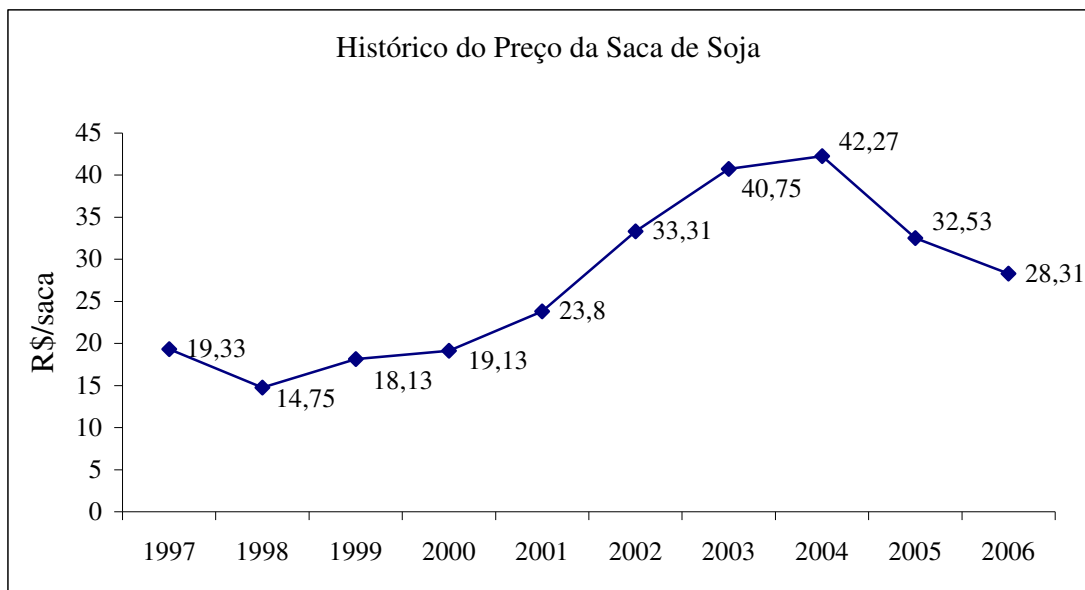
Após o Plano Real, com a valorização da moeda brasileira, o Real, os preços dos

¹¹ A securitização consistiu num alongamento da dívida dos produtores, dando a opção ao produtor de entregar, em produto, o valor equivalente ao refinanciamento do débito. Para evitar os problemas ocorridos no passado de descasamento entre os índices de correção dos ativos (preço mínimo) e passivos (débitos) dos produtores, o saldo da dívida passará a ser corrigido pela variação dos preços mínimos mais 3% de juros a.a. O prazo de refinanciamento depende da capacidade de pagamento do produtor, podendo variar de sete a 10 anos, com um período de carência de dois ou três anos. O valor máximo que poderá ser refinanciado por mutuário é de R\$ 200 mil, ou seja, atinge 193 mil produtores somente no Banco do Brasil. Quase a totalidade dos R\$ 7 bilhões destinados para a renegociação das dívidas já foi utilizada pelos produtores, confirmando o sucesso desta ação. O custo da securitização para o Tesouro Nacional, segundo um estudo do Ministério da Fazenda em conjunto com o da Agricultura, chegaria a R\$ 2,5 bilhões em 10 anos, considerando-se o prazo máximo de refinanciamento.

¹² Recoop: programa de recuperação de cooperativas instituído pela Medida Provisória nº 1715-2 de 29 de outubro de 1998.

produtos agrícolas ficam bastante baixos. Esta situação ocorre porque a soja, principal produto da cultura local, é uma *commoditie* e como tal tem seu preço cotado em dólar e determinado pela interação entre oferta e procura mundial. O preço em 2007, em reais, está em queda comparativamente a outros anos, porém em dólar está acima da média histórica, conforme Gráfico 1.

GRÁFICO 1: Histórico do Preço Nominal da Saca de Soja



Fonte: CEPEA ESALQ/USP

Como a cooperativa somente fazia a venda da soja para outras empresas industrializarem, tinha pouco poder de barganha, com a avicultura, agrega-se valor às culturas de soja e milho, pois se utiliza para produção de ração, agregando valor a cultura.

A C. Vale utiliza a mais avançada tecnologia conhecida em avicultura. As aves são criadas em granjas com ambiente controlado e a alimentação é produzida a partir de milho e soja gerados nas lavouras dos associados da cooperativa. Esse processo permite à C. Vale o controle completo sobre a qualidade do produto final, a carne de frango. Os cortes de carne de frango são exportados para 18 países.

A C. Vale detêm toda a cadeia produtiva, com matrizeiros e incubatórios próprios localizados em meio à área de reflorestamento, que garante o isolamento, reduzindo risco de contaminação.

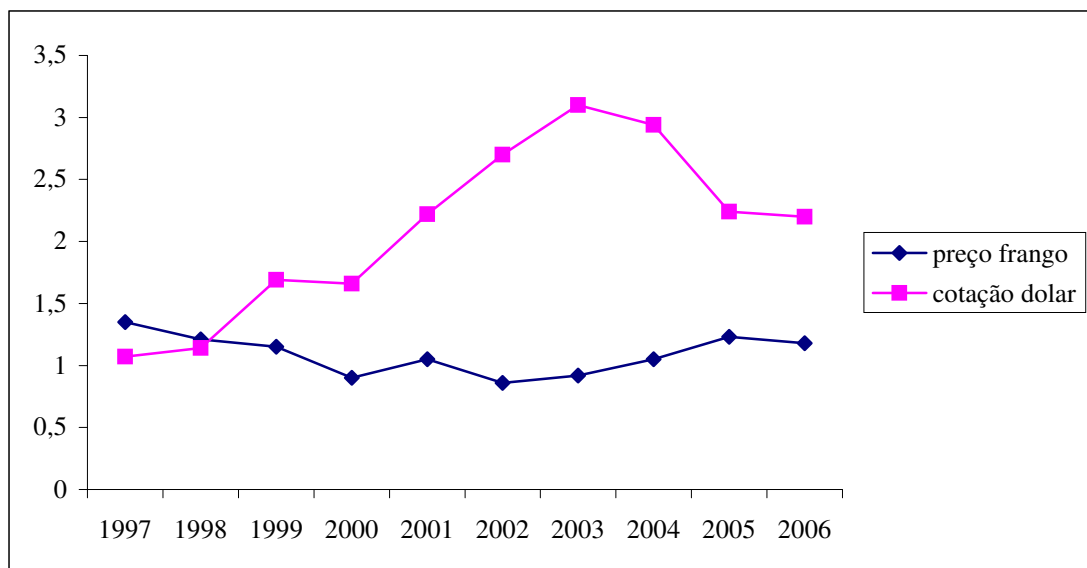
A engorda é realizada por cooperados / integrados em 482 aviários de campo. A ração também é produzida e fornecida pela C. Vale. Dispõe de um laboratório próprio para realizar exames nas aves durante o período em que elas se encontram nas granjas. Os resultados dos

diversos testes de laboratório servem para orientar técnicos sobre a necessidade de eventuais medidas de ajuste visando preservar as boas condições de desenvolvimento das aves. Esses procedimentos garantem uma elevada condição sanitária à carne de frango.

Industrializa 240 mil aves por dia. A cooperativa dispõe de um apurado sistema de rastreabilidade. Através de registros informatizados, o cliente pode obter dados sobre qualquer lote de produto que sai da indústria, informando-se desde a produção da matéria-prima como soja, milho e ração, passando pelo manejo e industrialização. A cooperativa está autorizada a exportar para os países que fazem parte da União Européia.

Em abril de 2005 inaugurou o novo complexo avícola que inclui a ampliação do abatedouro de 150.mil para 300 .mil aves/dia, além de unidade de industrializados (cozidos, fritos e assados), fábrica de rações e desativadora de soja. A produção do abatedouro está em expansão devendo atingir capacidade plena até final de 2007. A unidade de industrializados entrou em operação em julho de 2006.

GRÁFICO 2: Histórico do Preço Médio do Frango (em Dólar) *versus* a Cotação do Dólar (nominal)



Fonte: ABEF e Banco Central

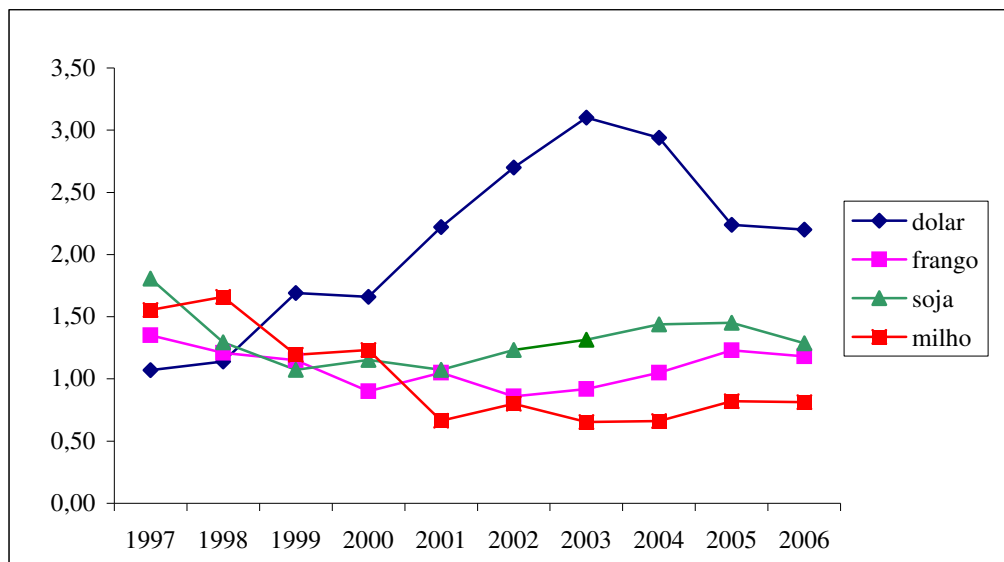
O preço médio, em dólar, do frango reduziu no período de 1997 a 2006, conforme gráfico 2. O preço médio em 1997 era de US\$ 1,35, atingiu o menor nível em 2000, quando chegou a US\$ 0,90, voltando a subir até US\$ 1,18 em 2006.

No mesmo período a taxa de câmbio (nominal) oscilou de R\$ 1,07 por US\$ 1,00 em 1997 para R\$ 2,20 em 2006, conforme gráfico 2. A maior taxa foi em 2003, quando a cotação

média ficou em R\$ 3,10 por US\$ 1,00. Neste mesmo ano o preço médio do frango foi de US\$ 0,92, evidenciando a correlação inversa destes dois indicadores.

Pode-se observar, conforme Gráfico 3, que há uma correlação entre taxa de câmbio e preço do frango em dólar. Com relação ao preço da soja a correlação não pode ser afirmada, pois outros fatores influenciam o preço da soja. O preço do milho apresenta uma correlação a partir de 2003. Conforme Silva e Saez (2005), a demanda interna da carne de frango é explicada em 94% pelo preço externo do frango e pela taxa de câmbio. A função apresentada demonstrou haver correlação média, em torno de 66%, ou seja, um aumento no preço de exportação causará aumento no preço do mercado interno.

GRÁFICO 3: Comparação das variações dos Preços Soja, Frango, Milho e Taxa de Dólar



Fonte: CEPEA ESALQ/USP, ABEF e BANCO CENTRAL

NOTA: Preço médio da soja, milho e frango em US\$. Taxa de dólar em R\$. Os preços de soja e milho estão em cada 6 quilos (saca de 60 kg divididos por 10)

A atividade de avicultura é importante para a C. Vale devido agregar valor aos produtos soja e milho, e melhor aproveitar a cadeia de produção da região. A atividade teve início em 1997, quando a cooperativa inaugurou uma planta com capacidade de abate de 150.000 aves/dia.

Conforme informações da C. Vale a produção do abatedouro se manteve em plena capacidade (150.000 aves/dia) até 2005, quando foi inaugurada a duplicação da planta para 300.000 aves/dia. A capacidade plena deste novo investimento será atingida, conforme cronogramas internos, até dezembro de 2007.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Após o delineamento da revisão da literatura, referente às teorias clássicas de desenvolvimento, agroindústrias e cooperativismo no Brasil e Paraná, este capítulo descreve a metodologia utilizada para a consecução dos objetivos do presente trabalho.

4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto à natureza das variáveis pesquisadas, foi seguida a forma metodológica qualitativa, uma vez que se desenvolveu o estudo em ambiente natural, com dados descritivos dentro de uma realidade contextualizada. Neste sentido, Gil (1995), pontua que na pesquisa qualitativa há uma ausência de hipóteses rígidas, o que possibilita maior flexibilidade para formular ou reformular hipóteses à medida que se realiza a pesquisa.

Segundo Richardson (1999, p. 79), o método qualitativo difere do quantitativo “[...] à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas”.

Para investigar os fatores que contribuíram para a decisão de localização, adotou-se a metodologia da investigação através do estudo de caso, que se constituiu na técnica que mais se adaptou às necessidades dessa pesquisa. Ao fazer o estudo de caso, pretendeu-se analisar detalhadamente, com o objetivo de buscar uma tentativa de solução de um problema extraído da vida real.

De acordo com Gil (1995), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado do mesmo.

Já para Martins (1994) estudo de caso dedica-se a estudos intensivos do passado, presente e de interações ambientais de uma (ou algumas) unidade social: indivíduo, grupo, instituição, comunidade. Sendo assim, pode-se dizer que o estudo de caso compreende uma modalidade de pesquisa em que o desenvolvimento do estudo sobre determinado assunto é muito complexo e cansativo. É necessário descrever e entender toda a parte bibliográfica e depois estudar o caso de uma situação real, aplicando-se conhecimentos teóricos.

Contudo, o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa que permite aproximar a teoria da prática, através de dados obtidos em situação real. Bruyne e Herman (1977) citam algumas vantagens e desvantagens desta metodologia:

Vantagens: cria um estímulo a novas oportunidades de descobertas do

desenvolvimento da investigação; trabalha com situações concretas, possibilitando se necessárias mudanças favoráveis no caso em estudo; procura relacionar a teoria (pesquisa bibliográfica) com a prática (pesquisa de campo); não requer um modo único de coleta de dados, podendo o investigador utilizar-se de entrevistas, observações, relatórios, questionários, [...]; os problemas não são vistos como algo isolado, podendo então ser comparados [...].

A dificuldade principal é a generalização dos resultados obtidos, isso porque as empresas atuando num mesmo ramo de atividades, possuem diferenças muito grandes no seu contexto gerais o que acaba por exigir do pesquisador uma capacitação mais elevada do que o requerido por outros tipos de pesquisa.

Nesta pesquisa foi estudada especificamente uma empresa: A C Vale Cooperativa Agroindustrial, localizada na cidade de Palotina, Paraná. A C Vale atua nos estados do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, porém a pesquisa será restrita ao estado do Paraná por ser onde se concentra o processo avícola, estudado neste trabalho.

A C. Vale atua no estado do Paraná nos municípios de Palotina, Assis Chateaubriand, Alto Piquiri, Brasilândia, Francisco Alves, Maripá, Nova Santa Rosa e Terra Roxa, tendo cooperados com atividade avícola em todos estes municípios.

Inicialmente, a pesquisa seria realizada "*in loco*" nas propriedades rurais, porém pela dificuldade logística implicada (tempo, distâncias, disponibilidade de pessoas), optou-se por focar a pesquisa no entreposto da cooperativa dos municípios de Palotina, Assis Chateaubriand, Maripá e Terra Roxa.

Esta opção ocorreu por sugestão dos diretores da cooperativa em entrevista para definição da aplicação da pesquisa, e por ser local onde se concentram 60% dos cooperados e 70% dos cooperados com aviários. O período de coleta foi de 23 a 26 de julho, devido haver grande fluxo de cooperados nas unidades em virtude da comercialização do trigo e da "safrinha"¹³ de milho e aquisição de insumos para plantio da safra de verão.

4.2 METODOLOGIA

A C. Vale possui 7818 cooperados em 2007, distribuídos em diversas atividades, conforme quadro 5. Com atuação em quatro Estados: Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Desenvolve as atividades de insumos e grãos em todos os estados,

¹³ Safrinha de milho é determinada a plantação de milho que ocorre após a colheita da safra de verão (soja ou milho). O plantio e a colheita ocorrem no mesmo ano,

exceto Santa Catarina que se dedica somente à produção de sementes. A maioria dos cooperados se concentra no estado do Paraná, com 70% do total.

QUADRO 4: Cooperados da C. Vale Por Atividade e por Estado em 2007

ESTADOS	GRÃOS	INSUMOS	AVES	SUÍNOS	OUTROS
PARANÁ	3.828	3.828	324	57	-
MATO GROSSO	962	962	-	-	-
MATO GROSSO DO SUL	817	817	-	-	-
SANTA CATARINA	-	570	-	-	570
TOTAL	5.607	6.177	324	57	570

Fonte: Relatórios da C. Vale

Nota: Estimativa dos produtores de grãos e insumos do Paraná

As agroindústrias estão todas concentradas no Paraná, e por consequência também as atividades de pecuária de suínos, gado leiteiro e avicultura. Atendendo ao problema de pesquisa e suas limitações, a pesquisa foi focada somente na atividade de avicultura, e com cooperados do Paraná.

Para definição da amostragem de cooperados necessária a ser pesquisada partiu-se da população cooperada total do estado do Paraná, tendo como base o número de cooperados com integração avícola de 324 produtores avícolas, conforme informações da C. Vale, relacionados na Tabela 11.

TABELA 11: Integrados Avicultura da C. Vale por Município em 2007.

MUNICÍPIO	PRODUTORES	AVIÁRIOS
Assis Chateaubriand	69	101
Palotina	130	198
Terra Roxa	13	15
Toledo	5	9
Nova Santa Rosa	20	34
Maripá	56	81
Brasilândia do Sul	1	1
Cafezal do Sul	1	2
Iporã	6	8
Francisco Alves	11	14
Tupassi	12	19
Total	324	482

Fonte: Relatório Avicultura, C.Vale, 2007

Com base em cálculos estatísticos por amostragem mencionados por GIL (1995), aplicou-se o método de amostragem, através da utilização da fórmula de população finita, demonstrada a seguir:

$$n = \frac{Z^2 \alpha / 2 \cdot P(1 - P)N}{e^2 (N - 1) + 2^2 \alpha / 2 \cdot P(1 - P)}$$

onde:

n = número da amostra

Z α /2 = grau de confiança

P = percentagem para o qual o fenômeno se verifica

N = tamanho da população

e = erro máximo da amostra

Ficaram estabelecidos os seguintes valores para cada componente da fórmula:

z α /2 = grau de confiança para 90% = 1,64

P = 50%

N = 324

e = 11,00%

O percentual “P”, GIL (1995) recomenda que, quando não se conhece uma estimativa para a qual o fenômeno ocorre, a sugestão é que se utilize 50%.

Aplicando a fórmula obteve-se o seguinte resultado:

$$n = \frac{1,64^2 \cdot 0,50 \cdot (1 - 0,50) \cdot 324}{0,11^2 (324 - 1) + 1,64^2 \cdot 0,50 (1 - 0,50)} = 47,56$$

Considerando um desvio padrão de 11,00% e um nível de confiança de 90%, para a população cooperada na integração avícola da C. Vale no total de 324 cooperados, foi atingida uma amostra mínima de 48 cooperados.

Para este universo aplicou-se um questionário com 30 perguntas, detalhado no item 4.2.2 e presente no anexo, com respostas fechadas, visando avaliar em nível de integração dos cooperados a cooperativa, como também para verificar se a cooperativa contribui para o desenvolvimento local nos seus municípios da área de ação.

4.2.1 Técnicas de Coleta de Dados e Amostra de Pesquisa

Em função do tipo de pesquisa escolhido e da fonte de dados determinaram-se quais métodos e técnicas de coleta de dados foram utilizados. Para Marconi e Lakatos (1991), os métodos e técnicas empregados na pesquisa científica devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queira confirmar.

Assim, o estudo de caso pode ser desenvolvido através de uma técnica de coleta de diversas informações refinadas através da observação, entrevistas, questionários e outros meios com o objetivo de entender e explicar os fatos que ocorrem nas organizações.

Richardson (1999) define entrevista como uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. É o modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa “A” a uma pessoa “B”.

Para efeito de obtenção de dados aplicou-se a, amostra normal para entrevista com os cooperados das regiões já mencionadas.

Segundo Gil (1995, p.104), esta amostra “consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, passa a ser considerado representativo de toda a população.” Na amostra não probabilística intencional, o pesquisador está interessado na opinião, de determinados elementos da população, mas que são representativos da mesma. O pesquisador, portanto, não se dirige à “massa”, mas àqueles elementos que segundo seu entender, pela função desempenhada ou cargo ocupado vão lhe fornecer maiores subsídios à solução do problema de pesquisa levantado, (MARCONI e LAKATOS, 1991).

Utilizou-se também para a coleta de dados, manuseio de documentos e arquivos internos da organização em estudo, como relatórios anuais, relatórios de atividade, onde foram coletados informações de associados, avicultores, produção por indústria, etc, caracterizando como uma pesquisa documental. Segundo Marconi e Lakatos (1991) a característica, deste tipo de pesquisa, é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. Os resultados da pesquisa serão apresentados no capítulo 5 deste trabalho.

4.2.2 Descrição do Questionário

O questionário iniciava com a identificação do cooperado, bem como o município onde reside, sua idade e sexo.

A elaboração do questionário buscou vincular os aspectos teóricos do trabalho. O questionário foi estruturado com 30 questões, divididas em 5 grupos, a saber

1. Entre as questões 1 a 5 avaliou-se o que levou a associação do cooperado à cooperativa.
2. Nas questões 6 a 9 avaliou-se a geração de renda ao cooperado.
3. Nas questões 10 a 16 tratou-se dos cooperados com atividade avícola e suas implicações.
4. Entre as questões 17 a 27 foram avaliadas as condições sócio-econômicas dos cooperados.
5. As questões finais 28, 29 e 30 avaliaram as dimensões do desenvolvimento sustentável da região, e qual a participação da cooperativa neste desenvolvimento.

O primeiro grupo de questões irá avaliar a vinculação do cooperado à cooperativa, buscando os motivos que o levam a se associar e manter-se associado à C. Vale. Com este grupo de questões pretende-se avaliar a importância da cooperativa na região, como agente de desenvolvimento local.

No segundo grupo, procura-se avaliar a importância econômica da cooperativa e se contribui para o desenvolvimento econômico do cooperado.

No terceiro grupo de questões, que trata exclusivamente das questões relacionadas com a atividade avícola. Com estas questões pretende-se avaliar o quanto a atividade avícola contribui para o desenvolvimento econômico e social da região.

Os dois últimos grupos de questões irão avaliar as condições sócio-econômicas dos cooperados e a contribuição da cooperativa para o desenvolvimento da região, buscando-se responder ao problema que questiona sobre a contribuição da cooperativa e avicultura para o desenvolvimento sócio-econômico dos cooperados e da região.

As questões também tem vinculação com os aspectos teóricos, a saber:

- a. No grupo de questões 1 a 5, vincula-se com a teoria de localização, evidenciando os motivos que levam o cooperado a se associar e manter-se associado a uma cooperativa.
- b. A geração de renda, avaliada nas questões de 6 a 9, e as condições sócio-econômicas, questões 17 a 27, estão vinculadas a questão de desenvolvimento sócio-econômico da região.
- c. O grupo de questões compreendidas entre 10 e 16, está vinculado à avicultura, e suas implicações.

As questões abordadas vinculam-se a teoria apresentada com objetivo de fundamentar

que a cooperativa contribui para o desenvolvimento local.

5 A COOPERATIVA C. VALE E O DESENVOLVIMENTO

O objetivo deste capítulo é avaliar o nível de desenvolvimento da região e dos cooperados da C Vale, após a industrialização avícola iniciada em 1997, que foi duplicada em 2005. O capítulo está organizado com a contextualização dos cooperados que participam da integração avícola, fontes da pesquisa realizada, a seguir serão relatada a metodologia usada na pesquisa e tratamento dos dados e por fim apresentação e análise dos resultados.

A região analisada faz parte da abrangência dos municípios da C Vale, conforme figura 6. Para realização da pesquisa foram considerados os municípios de Palotina, Assis Chateaubriand, Maripá e Terra Roxa, por representarem 87% da população total pesquisada.

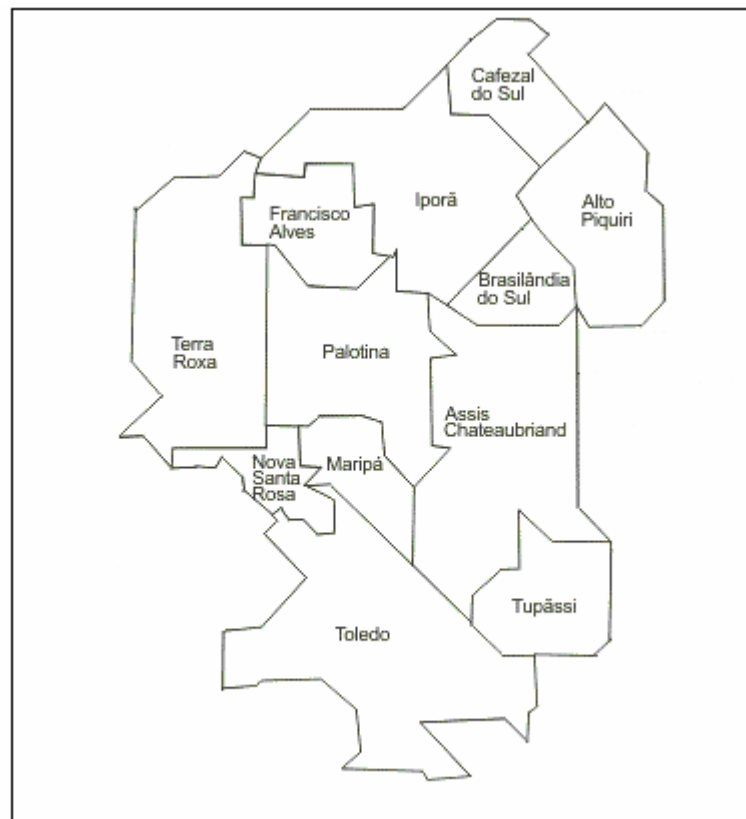


FIGURA 6: Municípios com atuação Avícola da C. Vale

Fonte: Relatório da empresa

Nota. Foram incluídos aos municípios de atuação da C. Vale, Tupassi, Toledo, Iporã e Cafezal, por ter aviários nestes locais.

Nos municípios acima estão localizados aviários de cooperados da C. Vale. Os indicadores da região de atuação da integração avícola da C. Vale são, conforme tabela 11, IDH médio de 0,77, e PIB *per capita* médio de R\$ 13.803,67. O grau de urbanização médio

de 66,75% e taxa de pobreza média de 25,20%. Comparativamente com o estado do Paraná, a região de atuação da integração avícola da C. Vale está próximo no IDH, acima no PIB *per capita*, mas com menor grau de urbanização e maior taxa de pobreza.

TABELA 12: Indicadores da Região de Atuação da Integração Avícola da C.Vale

MUNICÍPIO	IDH		PIB <i>per capita</i> (em R\$)		GRAU URBAN. (1)		TAXA POBREZA (2)
	1991	2000	1999	2004	1991	2000	2000
PALOTINA	0,730	0,832	9.250	17.835	64,2%	80,5%	14,8%
ALTO PIQUIRI	0,616	0,750	3.712	7.478	67,2%	78,1%	37,2%
ASSIS CHATEAUBRIAND	0,680	0,680	5.807	11.601	72,5%	81,2%	24,1%
BRASILÂNDIA	0,586	0,707	4.449	14.928	-	60,9%	41,3%
FRANCISCO ALVES	0,668	0,736	3.697	9.575	46,9%	59,1%	29,5%
MARIPÁ	0,747	0,845	10.910	21.835	-	51,0%	13,2%
NOVA STA ROSA	0,731	0,806	8.356	15.361	44,8%	54,7%	14,7%
TERRA ROXA	0,682	0,764	5.630	10.919	59,5%	67,7%	24,2%
TUPASSI	0,700	0,809	7.746	14.701	76,3%	67,6%	27,7%
TOLEDO	0,751	0,827	8.475	14.857	60,7%	87,5%	14,3%
MÉDIA REGIÃO	0,689	0,770	6.803	13.804	61,5%	66,8%	25,2%
PARANÁ	0,711	0,787	6.489	10.725	73,4%	81,4%	20,9%

Fonte: IPARDES, IBGE

Notas: PIB por município disponível somente a partir de 1999.

(1) percentual da população urbana sobre população total. (2) percentual da população com renda de até ½ salários mínimos

5.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

No primeiro momento foi realizada uma explanação aos funcionários das unidades da C. Vale, visando apresentar e explicar a aplicação da pesquisa. Todos os responsáveis de cada unidade foram avisados para permitir e incentivar a realização da pesquisa.

A amostra calculada foi de 47 cooperados, ligados à avicultura, porém também foram entrevistados 20 cooperados que não são avicultores, com um total de 67 entrevistas.

A aplicação da pesquisa teve início no dia 24/07/2007 na unidade de Palotina, visto ser a sede da cooperativa e considerado o principal entreposto, pois além de possuir um grande número de cooperados e avicultores, também concentra atividades da matriz, favorecendo ao fluxo de cooperados de outras regiões. Foram entrevistados 25 cooperados.

Na manhã do dia seguinte, a pesquisa prosseguiu no município de Terra Roxa, localizado a 45 km ao oeste de Palotina. O município tem 886 cooperados e foram realizadas

12 entrevistas. Na tarde do mesmo dia, a pesquisa foi realizada no município de Maripá, localizada a 27 km ao sul de Palotina. O município 767 cooperados e foram realizadas 14 entrevistas.

No dia seguinte a pesquisa foi aplicada em Assis Chateaubriand, localizado a 55 km ao leste de Palotina. O município conta com 1.598 cooperados e foram realizadas 16 entrevistas.

QUADRO 5: Datas e Locais de Aplicação da Pesquisa

LOCAIS	DATA	Nº COOPERADOS	%	ENTREVISTAS	%
PALOTINA	24/07/2007	1.508	31,7	25	37,3
TERRA ROXA	25/07/2007 (manhã)	886	18,6	12	17,9
MARIPÁ	25/07/2007 (tarde)	767	16,1	14	20,9
ASSIS CHATEAUBRIAND	26/07/2007	1.598	33,6	16	23,9
TOTAL	-	4.759	100	67	100

Fonte: Pesquisa de campo

O número de cooperados foi delimitado em virtude da proporção dos avicultores nos municípios, independentes da data. Para a cidade de Palotina ficou delimitado o mínimo de 23 entrevistas, 12 para Assis Chateaubriand, 10 para Maripá e 2 para Terra Roxa. Em todos os municípios as metas mínimas foram superadas para não enviesar a amostra. Embora o município de Assis Chateaubriand tenha 33,6% dos cooperados, na proporção de avicultores, a proporção é menor.

Quanto à aplicação do questionário, de forma geral, os cooperados entrevistados acharam o questionário volumoso, devido a quantidade de perguntas, apresentando dificuldades em respondê-lo, ficando algumas questões sem resposta.

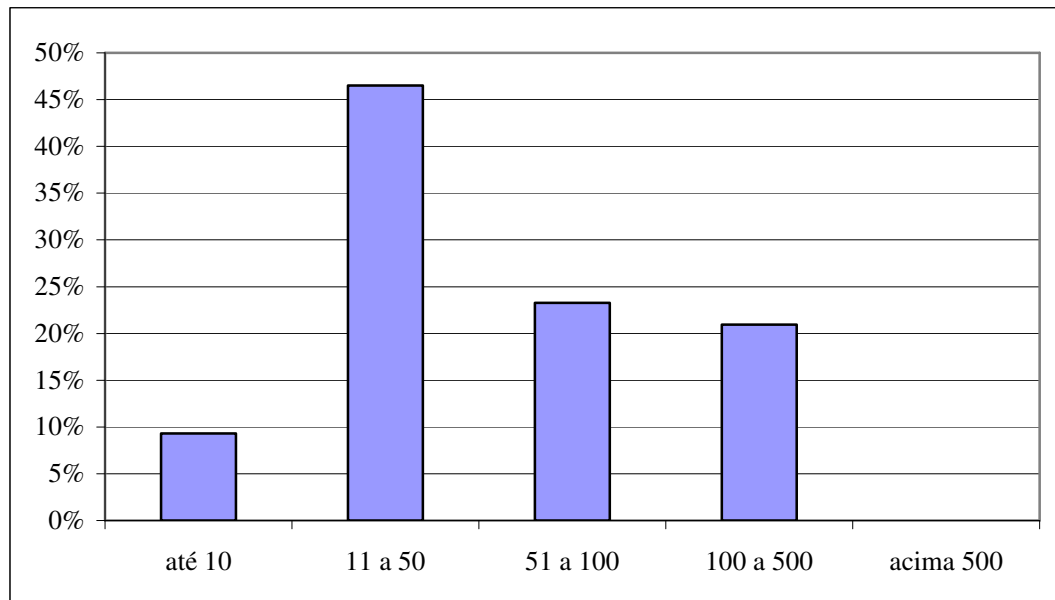
A entrevista, em sua parte inicial, destacava o nome do cooperado, o município de sua propriedade, idade e sexo. Somente um questionário foi respondido por mulher, todos os demais foram respondidos por homens. A idade média dos cooperados pesquisados é de 52 anos. Em relação à localização da propriedade, todos os cooperados tinham a propriedade no mesmo município em que foram pesquisados.

5.1.1 Vinculação do Associado à cooperativa

Conforme Pavarina (2003), uma cooperativa cria laços de confiança entre os produtores rurais. O grupo de questões (1 a 5) do questionário visa avaliar esta vinculação. O resultado da pesquisa aponta que 90%, ou seja 56 cooperados são sócios há mais de 10 anos e 6% menos que 10 anos.

Com relação à estrutura fundiária, conforme Gráfico 4, 9% possuem área de até 10 ha, 47% de 11 a 50 ha, 23% com área de 51 a 100 ha, 21% com área entre 101 e 500 há e nenhum dos cooperados pesquisados possuem área acima de 500 ha. A maior parte dos pesquisados se concentra na faixa de até 50 ha corroborando com a afirmação da cooperativa que a maioria de seus cooperados é formada por pequenos e médios produtores.

GRÁFICO 4: Área Total da Propriedade dos Cooperados da C. Vale - em hectares



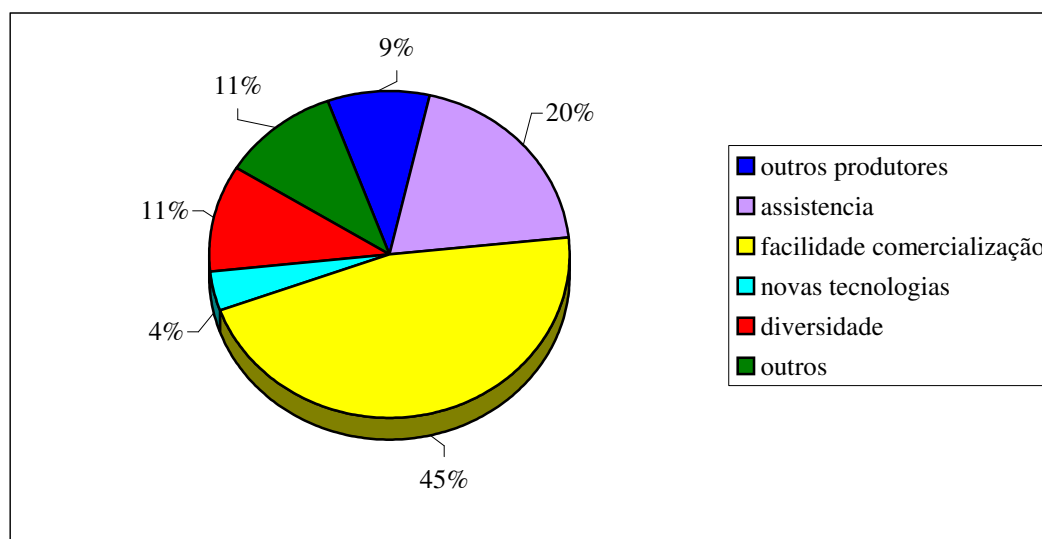
Fonte: Pesquisa de campo.

Conforme conceituado, o desenvolvimento local ocorre pela conjunção de diversos recursos como econômicos, humanos, sociais e ambientais. Com isso, a distância da propriedade até o entreposto foi de 58% de até 10 km, 37% de 10 a 30 km e 5% de 30 a 50 km. Nenhum dos cooperados pesquisados apresentou distância superior há 50 km do entreposto.

Com relação aos motivos para a associação, o resultado aponta, conforme gráfico 5, que 9% se associaram porque outros produtores já eram associados, 20% pela assistência técnica, 46% pela facilidade de comercialização, 5% pela disponibilização de novas tecnologias, 10% pela diversidade e 10% por outros motivos como segurança, falta de outra

opção, benefícios e confiança.

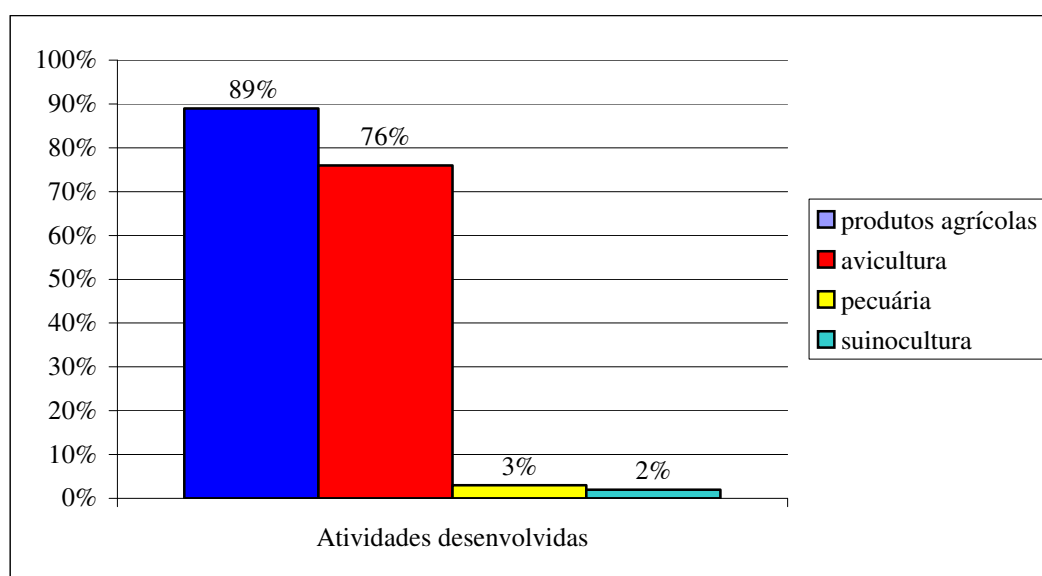
GRÁFICO 5: Motivos para Cooperados se Associarem a C. Vale



Fonte: Pesquisa de Campo.

A principal atividade desenvolvida pelos cooperados, conforme gráfico 6, são produtos agrícolas com 89%, integração avícola com 76%, atividade pecuária (leite) com 3% e atividade de suínos com 2%. Este item apresenta somatório superior a 100% devido a diversos cooperados exercerem mais de uma atividade.

GRÁFICO 6: Atividades Desenvolvidas Com A C. Vale, Pelos Cooperados



Fonte: Pesquisa de Campo

As respostas com maior incidência são destacadas no quadro 6, sendo que em três questões as respostas mais significativas ultrapassaram os 50%, e nas outras duas os índices ficaram muito próximos a este percentual.

QUADRO 6: Relação do Produtor com a Cooperativa C. Vale

ITEM	QUESTÃO	RESPOSTAS MAIS REPRESENTATIVAS
Questão 1	Quanto tempo é associado da cooperativa?	90% estão associados há mais de 10 anos
Questão 2	Qual a área total de sua propriedade?	47% possuem de 11 a 50 ha
Questão 3	Qual a distância da sua propriedade até a cooperativa?	58% estão até 10 km da cooperativa
Questão 4	Qual o principal motivo que o levou a se associar à cooperativa?	46% responderam que foi pela facilidade de comercialização da produção
Questão 5	Quais as atividades que você desenvolve junto à cooperativa?	89% responderam que possuem produtos agrícolas (venda de grãos e compra de insumos).

Fonte: Pesquisa de campo

Como a maioria dos entrevistados possui atividade avícola com a cooperativa, a distância não seria superior a 50 km, que é a distância máxima dos aviários com o abatedouro, conforme informações da C. Vale.

5.1.2 Geração de Renda

Este grupo de questões (da 6 a 9) buscava verificar a importância da cooperativa C. Vale na geração de renda do cooperado. Verificou-se que 85% dos entrevistados afirmaram que após a sua associação a renda melhorou, com destaque para melhores condições de preços de venda e compra, e maior acesso à tecnologia e diversidade de produtos. Os 15 % que responderam negativamente, alegam que já tinham as condições de renda, e que só aumentou a segurança. Nenhum respondeu que a renda reduziu, em alguns casos a renda se manteve na mesma faixa indicativa, porém com a cooperativa tem a segurança que ao depositarem seu produto nos armazéns, o mesmo não será vendido sem sua autorização, o que nem sempre ocorre quando os produtos são depositados em armazéns de terceiros. O item segurança acaba tendo grande importância para os cooperados, pois a maioria possui pequena propriedade, não

tendo estrutura própria de armazém.

A maioria dos entrevistados teve dificuldades em responder a questão da evolução da renda, pois não sabiam ou não conseguiam quantificar a renda anterior. Dos entrevistados, 25%, equivalente a 17 cooperados, responderam a questão da renda antes de se tornarem cooperados e 75% não souberam informar a renda anterior. Dos que responderam, 28% tinham até 1 salário mínimo, 64% de 1 a 3 salários mínimos e 8% tinham renda de 3 a 6 salários mínimos. Quanto à renda atual, 14% não informaram, 2% possuem até 1 salário mínimo, 32% de 1 a 3 salários mínimos, 26% de 3 a 6 salários mínimos, 21% de 6 a 10 salários mínimos e 5% acima de 10 salários mínimos.

Comparando a renda antes e depois dos cooperados que responderam à questão, conforme tabela 13, houve melhora da renda para todos os cooperados. Nos demais casos, embora os mesmos tenham afirmado que houve melhora da renda, o fato não pode ser comprovado, devido à falta de resposta para a questão da renda antes de se vincular a cooperativa.

TABELA 13: Evolução da Renda dos 17 Cooperados que Mensuraram a Renda Anterior a Vinculação na Cooperativa e a Renda Atual

Evolução salarial (em salários mínimos)	Antes da vinculação à cooperativa		Atualmente	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Até 1	5	28	-	0
De 1 a 3	11	64	5	27
De 3 a 6	1	8	7	42
De 6 a 10	-	0	3	18
Acima de 10	-	0	2	13

Fonte: Pesquisa de Campo

Conforme Bialoskorki Neto (2002) “Quando há um aumento de 10% na proporção de produtores associados em cooperativas, há um aumento médio de 2,5% da renda média regional, corroborando a hipótese de que a organização cooperativa é importante para a geração de renda”. Observou-se que a cooperativa gera renda ao seu cooperado e com isso gera renda para a comunidade onde atuam.

A pesquisa demonstra um ganho de renda para o cooperado e se compararmos com o PIB da região o mesmo demonstra crescimento conforme tabela 14, onde o PIB cresceu 90% no período de 1999 para 2004.

TABELA 14: Variação do PIB da Região de 1999 a 2004

MUNICÍPIOS	1999 (em milhões de R\$)	2004 (em milhões de R\$)	CRESCIMENTO
ALTO PIQUIRI	40.260	73.420	82%
ASSIS CHATEAUBRIAND	195.154	348.296	78%
BRASILÂNDIA	17.455	52.381	200%
FRANCISCO ALVES	26.096	55.555	113%
MARIPÁ	64.509	122.601	90%
NOVA SANTA ROSA	59.500	110.105	85%
PALOTINA	237.761	473.248	99%
TERRA ROXA	92.671	158.260	71%
Total	735.405	1.395.870	90%

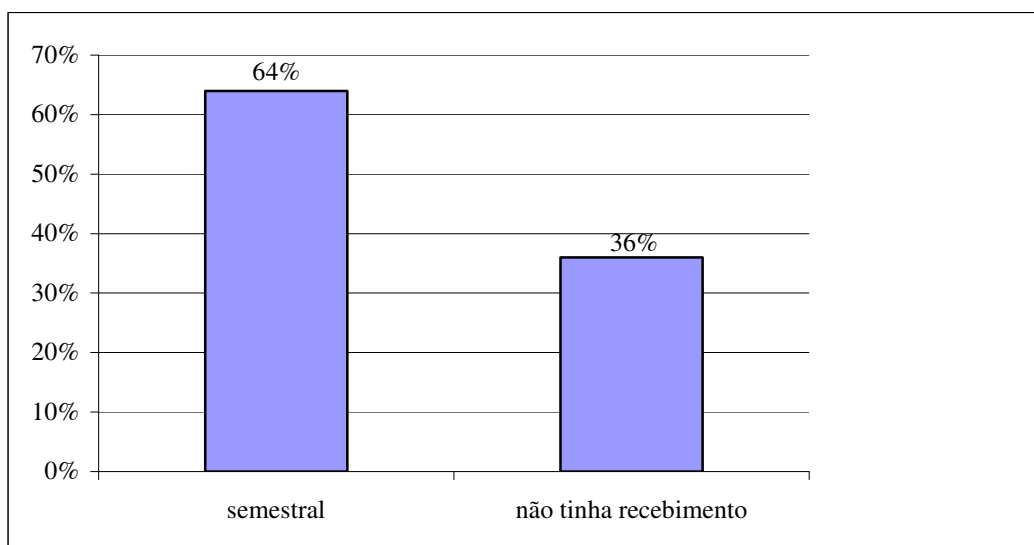
Fonte: IBGE, Municípios.

Com relação à periodicidade de recebimento da renda, 48% tem recebimento bimestral devido a atividade do frango, mas a maioria (52%) informou que recebem de acordo com as necessidades, pois podem a qualquer momento vender grãos depositados na cooperativa e obter renda.

Com relação ao recebimento antes de se tornar associado da cooperativa, 36% informaram que não tinham recebimento de renda, e 64% informaram que só atuavam com grãos, e os recebimentos eram semestrais.

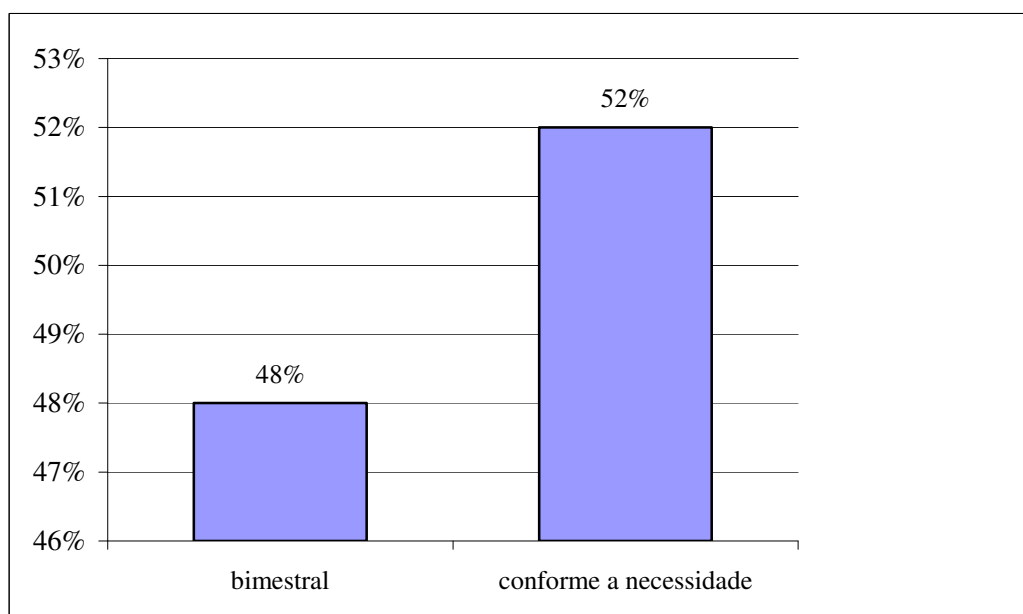
O comparativo entre a periodicidade de antes e depois de se tornar associado, os Gráficos 7 e 8 demonstram que houve melhora no recebimento, pois após a associação o cooperado obteve liberdade de recebimento, podendo optar pela melhor oportunidade.

GRÁFICO 7: Periodicidade de Recebimento antes de se Associar a Cooperativa



Fonte: Pesquisa de campo

GRÁFICO 8: Periodicidade de Recebimento após se tornar Associado da C. Vale



Fonte: Pesquisa de Campo

As respostas com maior relevância são destacados no quadro 7, principalmente as questões 6, 8 e 9 que apresentaram índices superiores a 50%. A grande maioria dos cooperados teve melhoria da renda, e apontam como grande vantagem receberem de acordo com sua necessidade, pois armazenam o produto na cooperativa sem despesas e podem aguardar uma melhor cotação do grão para efetuarem a venda.

QUADRO 7: Geração de Renda dos Cooperados da Cooperativa C. Vale

ITEM	QUESTÃO	RESPOSTA MAIS REPRESENTATIVA
Questão 6	Sua renda melhorou após se associar à cooperativa?	85% responderam SIM
Questão 7	Respondendo "sim" na questão anterior, quanto era a sua renda mensal média antes e depois de se tornar associado	16% responderam que a renda era de 1 a 3 salários mínimos 32% responderam que a renda atual é de 3 a 6 salários mínimos.
Questão 8	Qual a periodicidade dos seus recebimentos provenientes da cooperativa?	52% informaram que o recebimento ocorre de acordo com a necessidade
Questão 9	Qual era a periodicidade dos seus recebimentos antes de se tornar cooperado?	64% responderam que seus recebimentos eram semestrais.

Fonte: Pesquisa de campo

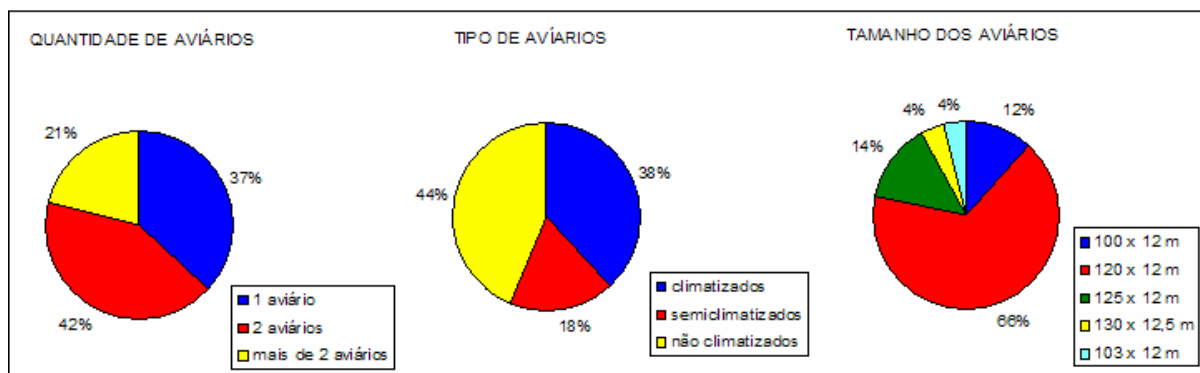
O aumento da geração de renda ocorre devido a ganhos de produtividade experimentado nas lavouras de soja, milho e trigo, e também em virtude da diversificação da produção, agregando atividades de avicultura, suinocultura e pecuária leiteira.

5.1.3 ATIVIDADE DE AVICULTURA

A atividade de avicultura foi incorporada à cooperativa em 1997. Em 2005 o parque industrial foi ampliado, exigindo um número maior de integrados, que estão entrando na atividade gradativamente até final de 2007. As questões da 10 a 16 avaliam a condição do avicultor cooperado da C. Vale.

Dos cooperados entrevistados, 47 possuem atividade de avicultura. Destes 37% possuem somente 1 aviário e 42% possuem 2 aviários e 21% possuem mais de 2 aviários. Os tamanhos dos aviários são 12% de 100 x 12 metros, 66% de 120 x 12 metros, 14% são de 125 x 12 metros, 4% de 130 x 12,5 metros, e 4% de 103 x 12 metros. 38% são climatizados, 18% possuem aviários semiclimatizados e 44% não possuem aviários climatizados. A atividade de avicultura pode ser analisada com o gráfico 9. A atividade de avicultura é importante para o pequeno proprietário de terra, pois permite diversificação da produção e renda bimestral.

GRÁFICO 9: Atividade Avicultura Cooperados C. Vale - quantidade de aviários



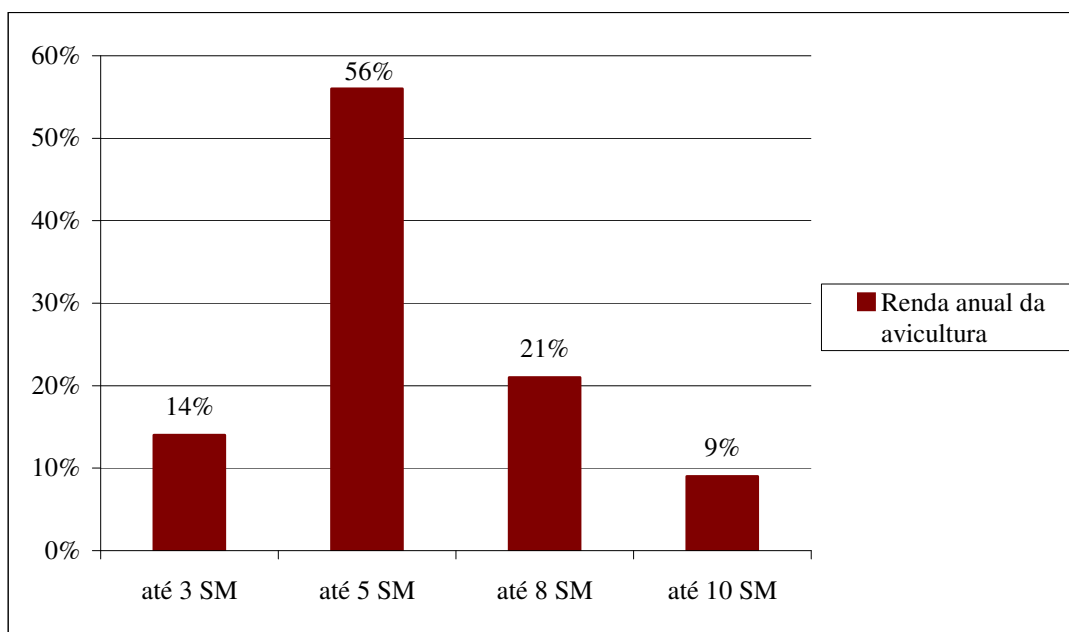
Fonte: Pesquisa de campo.

Os investimentos realizados para avicultura foram de 56% de R\$ 100 a 200 mil e 44% 300 a 400 mil. Destes 52% foram com recursos próprios e 79% com recursos de bancos. A somatória ficou superior a 100% porque a maioria dos casos de financiamento não foram 100% do investimento, utilizando para tanto parte de recursos próprios. 12% afirmaram ter parte de seu financiamento propiciado pela cooperativa. Quando o financiamento é realizado em banco a cooperativa orienta na elaboração do projeto, e aspectos contratuais.

Em 67% dos entrevistados os aviários estão em operação há 6 anos. 11% estão a 2 anos, 8% até 4 anos, 7% até 8 anos, 5% até 10 anos e 2% menos de 1 ano. Com relação aos lotes processados, exceto os casos que está há menos de 1 ano, todos os demais foram unânimes que o processamento é de 6 lotes por ano.

Com relação à renda propiciada pela atividade 56% afirmaram que o incremento é de até 5 salários mínimos, 21% até 8 salários mínimos, 14% até 3 salários mínimos e 9% até 10 salários mínimos. Conforme gráfico 10, há um incremento considerável com a atividade avícola, o que pode explicar o aumento da procura para se tornar avicultor ou aumentar a participação, conforme dados da C. Vale.

GRÁFICO 10: Incremento de Renda Anual Gerado pela Avicultura do Cooperado da C. Vale



Fonte: Pesquisa de campo.

O quadro 8 sintetiza as respostas com maior incidência neste grupo de questões, onde a questão de maior aderência foi com relação aos lotes processados que 98% possuem 6 lotes processados no ano, que é o máximo de lotes possíveis no ano, considerando que entre um lote e outro há um espaço de 7 dias para higienização do aviário. Este espaço de tempo é chamado de vazio sanitário.

QUADRO 8: Atividade de Avicultura dos Cooperados da C. Vale

ITENS	QUESTÃO	RESPOSTA MAIS FREQUENTE
Questão 10	Quantos aviários possui e quais tamanhos?	42% dos entrevistados possuem 2 aviários 66% possuem aviários de 120 x 12 metros.
Questão 11	Os aviários são climatizados?	44% não são climatizados
Questão 12	Qual o valor do investimento em aviário?	56% investiram entre R\$ 100 e 200.000,00
Questão 13	Quais as fontes de financiamento?	79% afirmaram que o financiamento foi bancário
Questão 14	Quando o(s) aviário(s) entrou(aram) em operação?	67% são avicultores até 6 anos.
Questão 15	Quantos lotes são processados por ano	98% têm 6 lotes processados
Questão 16	Qual o incremento de renda média mensal proporcionado pela integração avícola?	56% tiveram incremento de até 5 salários mínimos.

Fonte: Pesquisa de campo

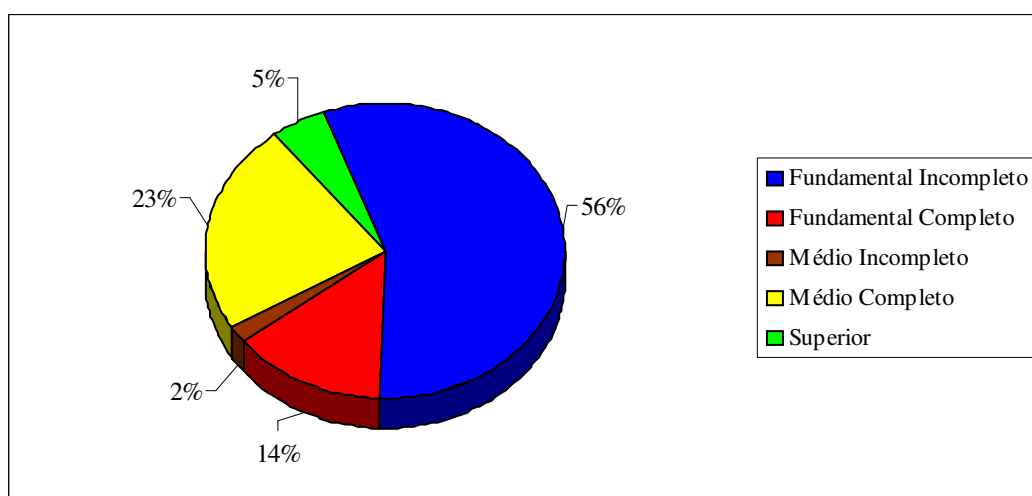
A atividade de avicultura demonstra que a maioria dos entrevistados possui dois ou mais aviários, sendo que a maioria deles possui aviários de 120 x 12 metros. Segundo informações da C. Vale, existe fila de espera de cooperados para ingressarem na atividade avícola, e de avicultores que desejam investir em mais uma granja. Como a capacidade de abate do frigorífico está limitada a 300.000 aves/dia, as novas adesões estão sendo criteriosas, com relação a capacidade de endividamento do produtor, porém não há discriminação para o produtor que já possui um aviário. Ainda segundo informações da C. Vale, nesta etapa de duplicação do frigorífico, foram preteridos da lista produtores com mais de 2 aviários, para proporcionar maior diversificação na produção, e reduzir o risco sanitário.

5.1.4 Condições sócio-econômicas dos cooperados

Este grupo de questões, que vão da 17 a 27, visa avaliar a condição sócio-econômica dos cooperados e de seus filhos, procurando evidenciar se há evolução ou não desta condição no horizonte temporal.

A pesquisa revelou, conforme gráfico 11, que 56% dos entrevistados têm apenas estudo fundamental incompleto e 14% fundamental completo. Este percentual, embora elevado, se concentrou nos indivíduos de idade entre 45 e 77 anos. Com relação ao ensino médio, 2% possuem incompleto e 23% possuem completo e 5% possui nível superior.

GRÁFICO 11: Escolaridade dos Cooperados da C. Vale



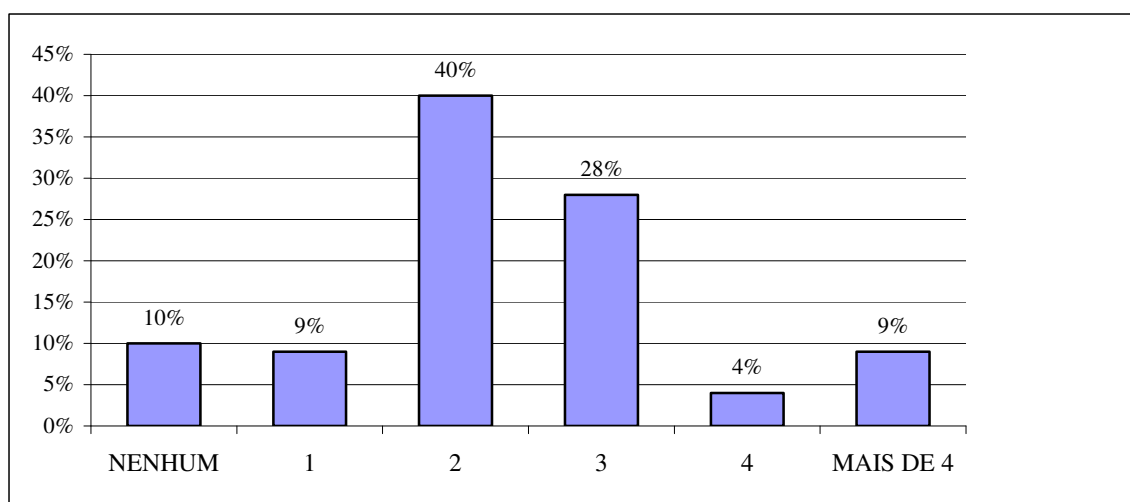
Fonte: Pesquisa de Campo.

Com relação ao estado civil, a grande maioria, ou seja 91%, são casados, 7% solteiros

e somente 2% divorciados ou separados. Este resultado reforça a afirmação da vocação de agricultura familiar da região.

Com relação ao número de filhos, conforme demonstrado no gráfico 12, 10% dos pesquisados não possuem filhos, sendo que neste percentual concentraram-se todos os pesquisados solteiros, 9% possuem apenas 1 filho, 40% possuem 2 filhos, 28% possuem 3 filhos, 4% com 4 filhos e 9% com mais de 4 filhos. O tamanho médio da família pesquisada é de 4 pessoas, dado também apontado pelo Censo do IBGE.

GRÁFICO 12: Quantidade de Filhos dos Cooperados da C. Vale

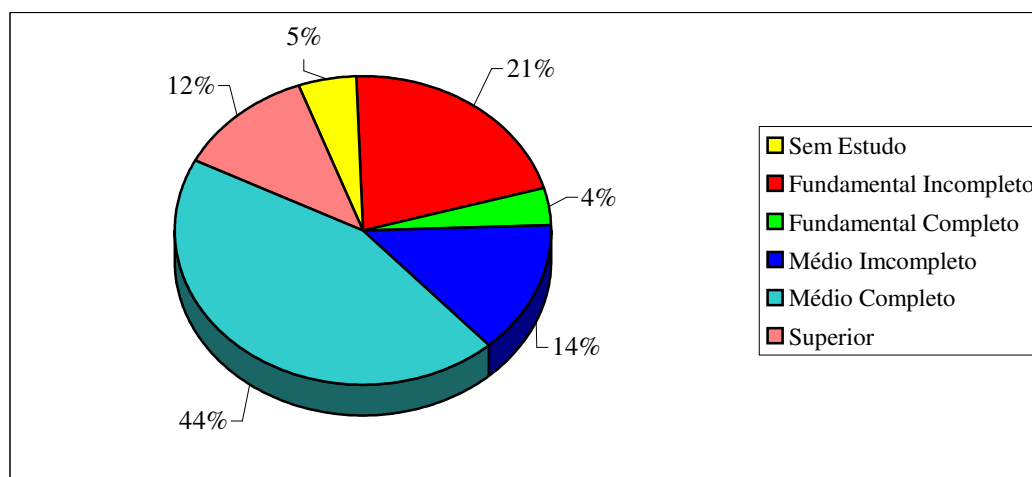


Fonte: Pesquisa de Campo

Os filhos dos associados têm em sua maioria, ou seja 56%, mais de 17 anos, 13% têm entre 14 e 17 anos, 8% entre 10 e 14 anos, 10% entre 6 e 10 anos 3% entre 0 e 6 anos e 10% não tem filhos.

Para cálculo da escolaridade expurgou-se da amostra os pesquisados que não possuem filhos. O resultado demonstrou que 5% não têm estudo, sendo que todos possuíam idade inferior a 7 anos, 21% possuem fundamental incompleto, 4% fundamental completo, 14% ensino médio incompleto, 44% médio completo e 12% ensino superior. Conforme gráfico 13, observou-se que os filhos possuem escolaridade superiores ao dos seus pais, sendo esta afirmação reforçada, pois considerando os filhos acima de 17 anos, a maioria possui ensino médio completo e vários com ensino superior.

GRÁFICO 13: Escolaridade dos Filhos dos Cooperados da C. Vale

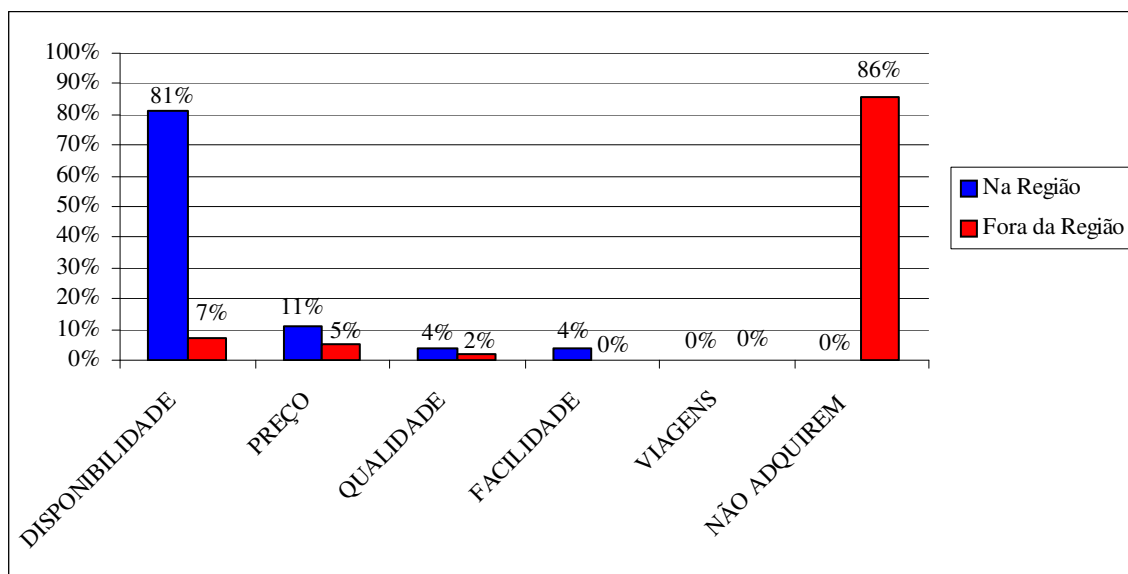


Fonte: Pesquisa de campo

Com relação à moradia, 60% moram na área rural e 40% na área urbana. Conforme dados do último censo do IBGE, nestas mesmas regiões, 24% da população mora na área rural e 76% na área urbana. 93% dos entrevistados possuem casa própria, 5% residem em casa alugada e 2% moram com parentes ou amigos. Conforme observado na pesquisa, os que moram com parentes ou amigos moram com os pais.

Com relação ao gasto de renda na região 93% cooperado gastam de 81 a 100% da renda na região e 7% gastam de 61 a 80% da renda na região. Entre os motivos alegados para adquirirem produtos e serviços na região, conforme gráfico 14, estão disponibilidade com 81%, preço com 11%, qualidade com 4% e facilidade com 4%. Com relação à aquisição de produtos e serviços em outra região, 86% não adquirem, 7% adquirem por disponibilidade, 5% por preço e 2% por viagens a outras regiões.

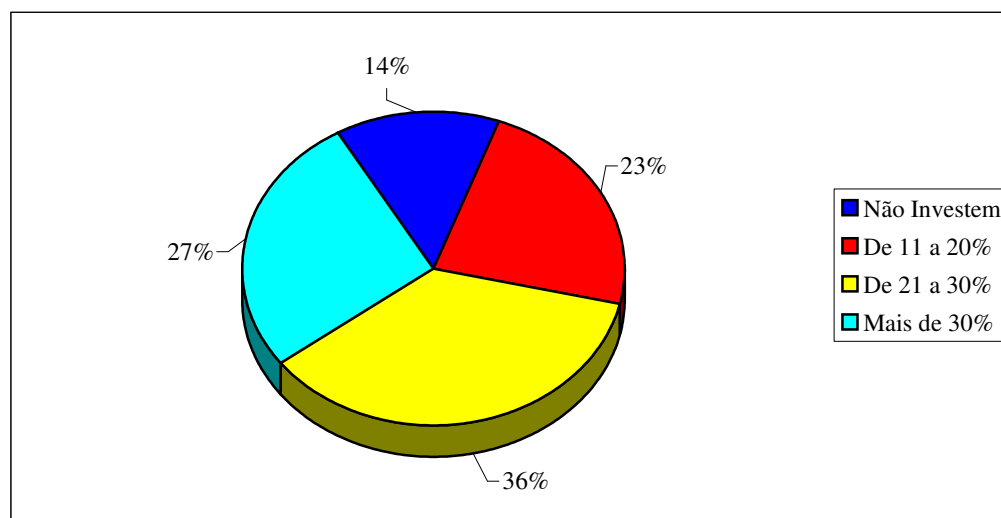
GRÁFICO 14: Motivos para Adquirirem Produtos e Serviços na Região e em Outra Região dos Cooperados da C. Vale



Fonte: Pesquisa de campo

O investimento da renda fomenta a atividade e possibilita maior produtividade. O investimento em imóveis e equipamentos teve o seguinte resultado: 14% informaram não reinvestir nada, 23% investem de 11 a 20%, 36% investem de 21 a 30 e 27% investem mais de 30% da renda. O resultado pode ser verificado no gráfico 15.

GRÁFICO 15: Investimento da Renda em Imóveis e Equipamentos dos Cooperados da C. Vale



Fonte: Pesquisa de campo

O quadro 9 apresenta as respostas mais relevantes no grupo de questões das condições sócio-econômicas, onde a maioria das questões apresentou aderência de mais de 50% ou índices próximos a este. As questões que mais se distanciaram de 50% foram com relação aos filhos, que a resposta mais freqüente é de 40% com dois filhos, porém verifica-se que a maioria possui no máximo dois filhos. A outra questão é com relação ao investimento em imóveis e equipamentos, que 36% investem de 21 a 30% da renda, porém a maioria dos entrevistados investe mais que 21% da renda.

QUADRO 9: Condições Sócio-Econômicas dos Cooperados da C. Vale.

ITENS	QUESTÃO	RESPOSTA MAIS RELEVANTE
Questão 17	Qual o seu nível escolar?	56% possuem apenas o nível fundamental incompleto.
Questão 18	Qual o seu estado civil?	91% são casados
Questão 19	Quantos filhos você tem?	40% têm 2 filhos
Questão 20	Qual a idade dos filhos?	56% dos filhos têm mais de 17 anos
Questão 21	Qual o nível escolar dos filhos?	44% dos filhos possuem ensino médio completo
Questão 22	A sua moradia fixa é em:	60% em zona rural
Questão 23	A condição da sua moradia é:	93% residem em casa própria
Questão 24	Qual percentual da sua renda recebida é gasta na região?	93% dos entrevistados gastam sua renda de 81 a 100% na região
Questão 25	Quais motivos o levam a adquirir alguns produtos ou serviços na sua região?	81% adquirem por disponibilidade
Questão 26	Quais motivos o levam a adquirir produtos fora da sua região?	86% não adquirem produtos em outras regiões.
Questão 27	Quanto da sua renda anual é investida em imóveis e equipamentos?	36% investem de 21 a 30% da renda.

Fonte: Pesquisa de campo.

5.1.5 Avaliação do cooperado sobre a importância da C. Vale para o desenvolvimento sócio-econômico da região.

A parte final da pesquisa teve como objetivo observar a importância da cooperativa C. Vale em relação às dimensões econômicas e sociais da região. nas respostas foram classificados em graus crescentes de importância variando de nenhuma até muita importância. Aos cooperados que não sabiam avaliar ou optaram em não responder foi dada esta opção.

Quanto à dimensão econômica, os resultados demonstraram que 72% consideram muito importante, 12% média importância, 5% pouca, 5% nenhuma e 6% não souberam ou quiseram responder. Os principais motivos apontados foram geração de emprego, impostos, investimentos, promoção de giro no comércio e desenvolvimento agrícola.

Com relação à dimensão social, avaliaram-se duas questões: uma com relação à saúde e outra com relação à educação. Com relação à saúde 80% não souberam ou quiseram responder. Dos 20% restantes 7% consideraram nenhuma, 9% pouca, 2% média e 2% muita. Dos motivos alegados o mais presente foi que a cooperativa não dá assistência média ao cooperado. Com relação à educação, 58% não souberam ou quiseram responder. Do restante 14% consideram muito importante, 21% média, 5% pouca e 2% nenhuma. Os principais argumentos são que a cooperativa oferece cursos diversos, palestras e treinamentos.

Conforme, quadro 10, em ambas as questões que tratavam da dimensão social, as respostas se concentraram entre os cooperados que possuem atividades avícolas e com escolaridade de ensino médio.

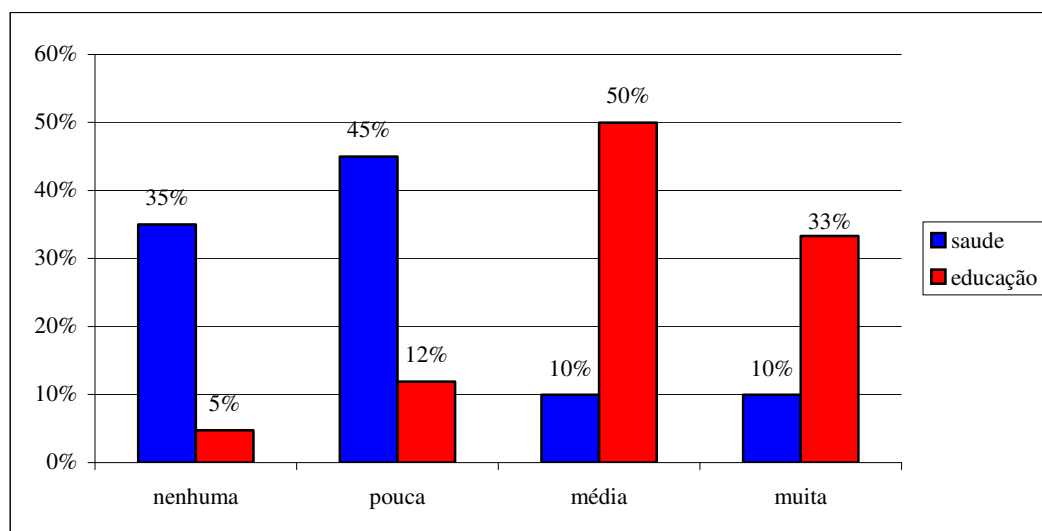
QUADRO 10: Avaliação Da Importância Da Cooperativa C. Vale Para O Desenvolvimento Sócio-Econômico.

ITEM	QUESTÃO	RESPOSTA MAIS FREQUENTE
Questão 28	Qual a importância da cooperativa para a organização econômica local?	72% consideram muito importante.
Questão 29	Qual a importância da cooperativa para a saúde da população local?	80% não souberam ou não responderam
Questão 30	Qual a importância da cooperativa para a educação da população local:	58% não souberam ou não responderam

Fonte: Pesquisa de Campo

O quadro 11 apresenta as respostas mais frequentes, porém no caso da dimensão social, ao se retirar da pesquisa os que não souberam responder, no caso da saúde percebe-se que a maioria entende que a cooperativa contribui pouco ou nada com a saúde da região, e com relação à educação a maioria considera médio ou muito importante a contribuição da cooperativa para a região, conforme gráfico 16.

GRÁFICO 16: Importância da C. Vale para a Dimensão Social da Região



Fonte: Pesquisa de campo

Embora a maioria dos cooperados não ter informado a contribuição da cooperativa para o desenvolvimento social, a cooperativa informa que promove mais de mil treinamentos anuais, conforme quadro 11, com mais de 100.000 pessoas treinadas, na análise dos dois anos.

QUADRO 11: Capacitação Promovida Pela C. Vale

ÁREA	2005		2006	
	EVENTOS	PARTICIPANTES	EVENTOS	PARTICIPANTES
Recursos Humanos	424	30.525	410	19.616
Setor Feminino	138	5.920	156	7.688
Departamento Agrônômico	101	16.258	116	17.145
Departamento Veterinário	26	890	61	2.892
Fomento Avícola	11	503	12	877
Formação Cooperativista / Pessoal	261	19.167	274	18.325
Total	961	73.263	1.029	66.543

Fonte: Relatório Anual da C. Vale.

Os eventos anuais são seminários motivacionais, seminário da mulher, e treinamento e capacitação ao jovem cooperado e filhos de associados. Também realiza anualmente diversos eventos técnicos, como dia de campo, que permitem ao associado manterem-se atualizados com as tecnologias e buscar a melhoria da produtividade da produção. A cooperativa também promove treinamentos de liderança jovem, e possui programa do jovem aprendiz de iniciação ao trabalho.

5.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS E COMPARAÇÃO COM DADOS DA C. VALE E COPACOL¹⁴

Neste item serão apresentadas análises dos resultados e possíveis comparações entre os dados informados em relatório da C. Vale, e com a pesquisa realizada por Salanek Filho.

No comparativo com a pesquisa de Salanek Filho (2007) a média de idade dos entrevistados da C. Vale foi de 52 anos e da Copacol foi de 48 anos. Na comparação com a Copacol serão utilizadas as questões 1 a 9, e 24 a 30, por serem compatíveis com as questões avaliadas pela pesquisa de Salanek Filho.

QUADRO 12: Comparação entre Copacol e C. Vale

QUESTÃO	COPACOL	C. VALE
1. Quanto tempo é associado da cooperativa?	93% estão associados há mais de 10 anos	90% estão associados há mais de 10 anos
2. Qual a área total de sua propriedade?	60% possuem área de 11 a 50 ha	47% possuem de 11 a 50 ha
3. Qual a distância da sua propriedade até a cooperativa?	64% com distância inferior a 10 km	58% estão até 10 km da cooperativa
4. Qual o principal motivo que o levou a se associar à cooperativa?	73% mencionaram a facilidade para comercializar a produção.	46% responderam que foi pela facilidade de comercialização da produção
5. Quais as atividades que você desenvolve junto à cooperativa?	54% trabalham com produtos agrícolas.	89% responderam que possuem produtos agrícolas (venda de grãos e compra de insumos).
6. Sua renda melhorou após se associar à cooperativa?	100% confirmaram que a renda melhorou.	85% responderam SIM
7. Respondendo "sim" na questão anterior, quanto era a sua renda mensal média antes e depois de se tornar associado	35% classificaram que a sua renda média, antes da vinculação à cooperativa, entre 1 e 3 salários mínimos. 38% classificaram que a sua renda média está entre 3 e 6 salários mínimos.	16% responderam que a renda era de 1 a 3 salários mínimos 32% responderam que a renda atual é de 3 a 6 salários mínimos.
8. Qual a periodicidade dos seus recebimentos provenientes da cooperativa?	55% com renda semestral.	52% informaram que o recebimento ocorre de acordo com a necessidade
9. Qual era a periodicidade dos seus recebimentos antes de se tornar cooperado?	61% com renda semestral.	64% responderam que seus recebimentos eram semestrais.
24. Qual percentual da sua renda recebida é gasta na região?	78% disseram que gastam entre 81 e 100% na região.	93% dos entrevistados gastam sua renda de 81 a 100% na região
25. Quais motivos o levam a adquirir alguns produtos ou serviços na sua região?	48% pela disponibilidade dos produtos.	81% adquirem por disponibilidade
26. Quais motivos o levam a adquirir produtos fora da sua região?	41% pela disponibilidade dos produtos.	86% não adquirem produtos em outras regiões.
27. Quanto da sua renda anual é investida em imóveis e equipamentos?	42% responderam que acima de 20%.	36% investem de 21 a 30% da renda.
28. Qual a importância da cooperativa para a organização econômica local?	84% deram muita importância para a cooperativa.	72% consideram muito importante.
29. Qual a importância da cooperativa para a saúde da população local?	42% deram média importância para a cooperativa.	80% não souberam ou não responderam
30. Qual a importância da cooperativa para a educação da população local:	49% deram muita importância para a cooperativa.	58% não souberam ou não responderam

Fonte: Pesquisa de campo e SALANEK FILHO.

¹⁴ Para esta análise serão utilizados os dados da pesquisa de Salanek Filho (2007).

Conforme quadro 12, as questões 1 a 7 têm resultados semelhantes, variando somente em percentual, porém foram apresentados os mesmos resultados para a maioria dos entrevistados. A questão 8, que trata da periodicidade, se diferenciou por ter a pesquisa da C. Vale focado mais em avicultores do que somente produtores de grãos. As questões 9, 24, 25, 27 e 28 também apresentam o mesmo resultado, divergindo somente os percentuais. Os resultados mais distintos foram com relação aos motivos do gasto da renda em outras regiões, que os cooperados da C. Vale informaram, em sua maioria não gastarem fora da região, e nas questões 29 e 30 que avaliavam a contribuição da cooperativa para o desenvolvimento social através de ações para saúde e educação, que os cooperados da Copacol atribuíram como muito importante, enquanto que os cooperados da C. Vale não souberam opinar. As demais questões não possuem coincidência com a pesquisa realizada na Copacol.

Com relação ao grupo de questões relativos à avicultura será usado como comparativo os dados de relatórios fornecidos pela empresa.

QUADRO 13: Comparativo de Pesquisa e Dados da C. Vale – Avicultura

QUESTÃO	PESQUISA	RELATÓRIO C. VALE
10. Caso seja associado integrado avicultura, quantos aviários possui e quais tamanhos?	42% dos entrevistados possuem 2 aviários. 66% possuem aviários de 120 x 12 metros.	52% possuem apenas 1 aviário 43% possuem 120 x 12 metros
11. Os aviários são climatizados?	44% não são climatizados	52% dos aviários não são climatizados
12. Qual o valor do investimento em aviário?	56% investiram entre R\$ 100 e 200.000,00	a média de custo dos aviários é de 180.000,00
13. Quais as fontes de financiamento?	79% afirmaram que o financiamento foi bancário	não informado
14. Quando o(s) aviário(s) entrou(aram) em operação?	67% são avicultores até 6 anos.	não informado
15. Quantos lotes são processados por ano	98% tem 6 lotes processados	média de 6 lotes por ano
16. Qual o incremento de renda média mensal proporcionado pela integração avícola?	56% tiveram incremento de até 5 salários mínimos.	não informado

Fonte: Pesquisa de campo e Relatórios C. Vale.

As questões 11, 12 e 15 apresentam aderência aos dados informados pela empresa, variando somente em percentual. Com relação ao número de aviários a pesquisa mostrou que a maioria possui dois aviários, enquanto que os dados da empresa demonstram que a maioria possui apenas um aviário. As questões 13, 14 e 16 não foram informadas pela empresa, não sendo possível comparar.

As questões que tratam do perfil sócio-econômico do cooperado são comparadas com dados do IBGE das cidades pesquisadas.

QUADRO 14: Comparação da Pesquisa com Dados do IBGE

QUESTÃO	PESQUISA	IBGE
17. Qual o seu nível escolar?	56% possuem apenas o nível fundamental incompleto.	85% dos adultos são alfabetizados
18. Qual o seu estado civil?	91% são casados	50% são casados
19. Quantos filhos você tem?	40% têm 2 filhos	27% das famílias são de 4 pessoas
20. Qual a idade dos filhos?	56% dos filhos têm mais de 17 anos	não informado
21. Qual o nível escolar dos filhos?	44% dos filhos possuem ensino médio completo	58% da população têm até 7 anos de estudo
22. A sua moradia fixa é em:	60% em zona rural	76% da população residem na zona urbana
23. A condição da sua moradia é:	93% residem em casa própria	não informado

Fonte: Pesquisa de campo e IBGE

Com relação à moradia, segundo IBGE, 76% da população reside na zona urbana. A pesquisa realizada apresentou resultado distinto devido estar focada em produtores agrícolas. Com relação se a moradia é própria ou alugada não foi comparada devido a informação não estar disponível no IBGE.

Com relação ao estado civil, a pesquisa apresentou resultados similares ao IBGE, onde a maioria é casada.

Com relação à educação, IBGE apresenta 85% da população adulta alfabetizada e 58% com até 7 anos de estudo. A pesquisa demonstrou que a maioria dos associados possuem ensino fundamental incompleto, porém os filhos dos associados apresentam ensino médio completo em sua maioria.

5.3 CONCLUSÃO DA PESQUISA

A pesquisa de campo possibilitou observar os conceitos apresentados no embasamento teórico, principalmente com relação a desenvolvimento sócio-econômico e local. Concluiu-se que a C. Vale é uma cooperativa importante para os cooperados, bem como para a comunidade do seu entorno.

A importância da cooperativa para o cooperado fica evidente nas questões destacadas abaixo:

- Questão 4 - a cooperativa propicia facilidade de comercialização
- Questão 6 - a renda melhorou após a associação à cooperativa
- Questão 8 - liberdade para definir a periodicidade de recebimento
- Questões 28 e 30 - a cooperativa contribui para a economia e educação local.
- Diversas questões apresentavam como justificativa a segurança

A vinculação do cooperado com a cooperativa ocorre por motivos econômicos, pois ao estar associado usufrui os resultados gerados por todo o complexo envolvendo a cooperativa, mesmo que não exerçam todas as atividades desenvolvidas pela cooperativa. O principal motivo alegado pelos cooperados foi facilidade de comercialização da produção, pois podem vender sua produção no momento mais oportuno. As dimensões sociais são compreendidas pelo acesso a cursos, palestras, seminários e eventos técnicos. Esses conhecimentos levam o cooperado a usufruir melhores condições sócio-econômicas, e ampliar os conceitos do desenvolvimento sustentável.

O aumento da renda foi verificado na maioria dos casos, sendo que embora a atividade de grão propicie maior incremento de renda, a atividade de avicultura propicia uma renda extra e contínua, pois independe da safra, tendo recebimentos a cada dois meses.

A pesquisa demonstrou que ao avaliar as condições sócio-econômicas dos cooperados, na maioria dos casos houve melhora na renda do cooperado, onde a família média é composta de até 2 filhos, na maioria. A grande maioria dos cooperados é casada, e possuem residência própria. Ao avaliar o nível escolar, a pesquisa demonstrou ganho de escolaridade comparativamente entre cooperados e seus filhos maiores de 17 anos, passando de ensino fundamental para ensino médio completo, na maioria dos casos.

Com relação à avicultura a pesquisa demonstrou que o investimento na atividade é em torno de R\$ 200.000,00, e o incremento de renda é de 5 salários mínimos, sendo que são processados no ano 6 lotes.

Na comparação das pesquisas da C. Vale e Copacol, os resultados foram muito semelhantes, se diferenciado somente no percentual. Os resultados mais distintos foram com relação aos gastos na região, onde a maioria dos cooperados da C. Vale não gastam em outra região, sendo um percentual inferior no caso da Copacol, e com relação a importância da cooperativa para as questões de saúde e educação, onde os cooperados da C. Vale não souberam responder, enquanto que os da Copacol atribuíram como muito importante.

No comparativo das questões de avicultura com os dados da C. Vale, houve aderência em quase todas as questões, divergindo somente com relação ao número de aviários por

produtor, onde a pesquisa mostrou que a maioria possui 2 aviários, e a empresa tem como a maioria com 1 aviário, e com relação a climatização do aviário que a maioria não tinha climatizado, e para a C. Vale a maioria dos aviários são climatizados.

No comparativo com o IBGE, o nível escolar da maioria da população é de 7 anos de estudo, e o cooperado possui apenas o ensino fundamental incompleto, ou menos de 8 anos de estudo. Com relação aos filhos a maioria possui ensino médio completo, ou seja pelo menos 11 anos de estudo, estando acima da média da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma organização, como uma cooperativa, atuando localmente tende a promover o desenvolvimento da região, torna-se o agente promotor do desenvolvimento.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar a contribuição da Cooperativa C. Vale para o desenvolvimento sócio-econômico nos municípios de sua área de abrangência no estado do Paraná, após a integração avícola em 1997. Observou-se, por meio de pesquisa e histórico da região estudada, que a cooperativa propicia desenvolvimento econômico ao prover renda ao cooperado e este por sua vez, faz a utilização desta renda na região. A integração avícola permite que o giro da renda ocorra em ciclos bimestrais, tendo ainda o suporte da área de grãos sendo realizado a qualquer momento. O desenvolvimento social embora não observado pelo cooperado, ocorre de forma direta através de treinamentos e capacitações, e de forma indireta, verificado na pesquisa pelo ganho de escolaridade quando comparado o associado e seus filhos.

Este trabalho também analisou as relações existentes entre o cooperativismo, a agroindústria e o desenvolvimento local. Com base em levantamento bibliográfico, verificou-se a ligação entre os conceitos, pois a cooperativa ao agregar a agroindústria, no âmbito da verticalização da produção, propicia direta e indiretamente o desenvolvimento local. Estas organizações contribuem para a geração de renda, organização local e promove o desenvolvimento sócio-econômico da região.

A pesquisa de campo evidenciou que o principal motivo que leva o produtor a se tornar cooperado da C. Vale são os aspectos econômico e comercial, principalmente pelas facilidades de comercialização de seus produtos. A vinculação é viabilizada por laços econômicos, porém já começa a ser expandido para o social, através de treinamentos, formação do jovem cooperado, aproximação da mulher no negócio, capacitações técnicas, dia de campo, entre outros treinamentos. A criação tanto da confiança como da credibilidade são complementares para garantir a manutenção do cooperado como associado desta cooperativa.

Além do fator econômico, a pesquisa também demonstrou que a cooperativa proporciona outros ganhos de caráter social indiretos aos cooperados. Embora a pesquisa demonstrou que estes ganhos não são evidentes do ponto de vista do cooperado, a cooperativa informou que promove diversos cursos, treinamentos e eventos voltados para a capacitação do cooperado e também dos seus familiares. Fica evidente na pesquisa o aumento da

escolaridade comparativamente entre pais e filhos.

Com relação ao desenvolvimento local, a cooperativa é entendida como principal agente de promoção do desenvolvimento econômico, pois promove a organização econômica dos produtores rurais da região, é grande responsável na geração de impostos e emprego, já na questão social não ficou evidente sua participação.

A pesquisa demonstrou que comparativamente à Copacol, a C. Vale está na mesma linha de participação, e com perfil de cooperados muito parecidos. Tal situação ocorre por ambas terem mais ou menos o mesmo tempo de fundação, estarem atuando na mesma região, oeste paranaense, e com produtos similares. A única diferenciação verificada foi na percepção do cooperado das ações sociais da cooperativa pela comunidade que ocorreu na Copacol e não se repetiu na C. Vale.

No que tange a atividade avícola, a maioria dos cooperados possuem dois aviários, embora a cooperativa apresente que a maioria tem apenas um. Também se observou que há um incremento de renda ao cooperado além dos pagamentos tornarem-se bimestrais.

Embora a avicultura possibilite uma maior diversificação de renda ao produtor, ela também induz este mesmo produtor a um grau de dependência com a indústria, pois tanto o recebimento dos pintainhos e ração, como a entregue dos frangos adultos é para um mesmo local. Além disso, uma granja necessita de infra-estrutura própria que demanda investimentos do produtor, que nem sempre são subsidiados.

A renda do cooperado cresceu tanto em função da produção de grãos, devido a ganhos de produtividade, como da atividade de avicultura que aumentou a renda familiar.

A hipótese do trabalho foi validada pois o cooperado apresentou ganho de renda e de escolaridade quando comparados cooperados e seus filhos. A região também apresentou incremento do PIB, e melhora no IDH.

A cooperativa, conforme a percepção do cooperado, contribui para o cooperado e para a comunidade. Ao propiciar novas atividades como a avicultura possibilita a continuidade da atividade pelos filhos, facilitando a questão de partilha da terra. O nível de confiança gerado pela cooperativa, também citado pelos cooperados, é um dos principais motivos que leva o associado a manter-se fiel a cooperativa. Questiona-se, porém, se esta confiança não esteja atrelada a distribuição de lucros, que serve como proposta de trabalho para outras pesquisas.

Esta dissertação respondeu a muitas perguntas, porém suscitou outras, como: Qual a dependência gerada pela atividade do cooperativismo? A diversificação é uma forma de solucionar problemas de herança nas famílias? A aplicação da mesma pesquisa em outra região do Brasil repetiria os mesmos resultados? Qual a diferença entre um integrado

cooperado e um integrado de outras empresas como Perdigão e Sadia, por exemplo? Portanto estas questões ficam como sugestão para futuros trabalhos.

REFERÊNCIAS

- ABEF. Relatório Anual de 2006. disponível em www.abef.com.Br/Relatórios_Anuais.asp
- ACSELRAD, H. A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP e A, 2001.
- ALBUQUERQUE, Rui H. P. L. GARCIA, Ronaldo C. **Política Científica e Tecnológica para o setor Agroindustrial**. São Paulo: UNICAMP, 1988.
- ALBUQUERQUE, Carlos Augusto C., **Desafios do Paraná**. Curitiba:IPARDES,1995, Revista Paranaense do Desenvolvimento, nº 82. p. 35-48.
- ALMEIDA, Eduardo Simões de. Considerações teóricas sobre o sistema schumpeteriano. **Economia e Empresa**, n2, v2. São Paulo: abr/jun, 1995.
- ALVES, Francisco Ferreira. Localização industrial do Nordeste - Análise de alguns indicadores 1959-1970-1975-1980. Revista Econômica do Nordeste. v.14 n.2, Fortaleza, 1983.
- AMOP, Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. 1º Relatório do Plano de Desenvolvimento Regional. Cascavel: Paranacidade, 2000.
- ARAUJO, Nilton Clóvis Machado de. **Fatores Locacionais da Agroindústria Alimentar do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dezembro de 1990. (Dissertação de Mestrado em Economia)
- AZZONI, C.R. Incentivos Municipais e Localização Industrial no Estado São Paulo. IPE-USP, São Paulo, 1981.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Taxas de Câmbio - série histórica. Disponível em <http://www.bcb.gov.Br>. Acessado em 2007
- BATALHA, Mário Otávio, (coordenador). **Gestão Agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas agroindustriais**. São Paulo Atlas, 1997.
- BECKER, M.B.C. **Agroindústria e desenvolvimento**. Porto Alegre: União Brasileira dos Escritores, 1989. 180 p.
- BELLEN, Hans Michael Van. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. Revista Ambiente e Sociedade. Vol. VII. n.1. Jan-jun 2005. p67-88
- BIALOSKORSKI NETO, S. A Economia da Cooperação. Apostila Ensaio em Cooperativismo. Piracicaba: USP, 1998. p5-35.
- BIALOSKORSKI NETO, S. Cooperativas: economia, crescimento e estrutura de capital. Piracicaba, 1997. 257p. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo.
- BIALOSKORSKI NETO, S. Estratégias e Cooperativas Agropecuárias: um ensaio analítico.

In: **Seminário de Política Econômica em Cooperativismo e Agronegócios da UFV.** Viçosa, 2002.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Social. **O desenvolvimento agroindustrial.** Brasília: BNDES, 1988

BOUDEVILLE, J. R. **Amenagement du territoire et polarisation.** Paris: Mth. Genin, 1972.

BOWERSOX, Donald J.. Logistical Management - A Systems Integration of Physical Distribution Management and Materials Management. 2 ed. EUA: Macmillan, 1978.

BOWERSOX, Donald J., CLOSS, D J.. Logistical Management **Suplly Chain Process.** 1. ed.. Mc Graw Hill, 1996.

BRUSEKE, Franz Josef. Desestruturação e Desenvolvimento. In: FERREIRA, Leila Costa; VIOLA, Eduardo. (org). Incertezas de sustentabilidade na Globalização. Campinas: Unicamp, 1996.

BRUYNE, Paul de e HERMAN, Jaques. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo, 1977.

BUSS, Lenisse Isabel. **A Contribuição das Instituições de Educação Tecnológica para o desenvolvimento local: um estudo de caso da UTFPR - Campus Medianeira.** Curitiba: UNIFAE, dissertação de mestrado em Organizações e Desenvolvimento, 2007

CAIDEN, Gerarld; CARAVANTES, Geraldo. **Reconsiderações do Conceito de Desenvolvimento.** Caxias do Sul: Educs, 1988.

CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 143 p.

CARVALHO JUNIOR, L. C. DE. As estratégias de crescimento das empresas líderes e o padrão de concorrência das indústrias avícola e suinícola brasileiras. Florianópolis: UFSC/PPGEP, 1997 (Tese de doutorado).

CEPEA. **Série histórica dos preços de soja.** Disponível em www.cepea.esalq.usp.br. acessado em 2007

CERVO, A . L.; BERVIAN, P. A . **Metodologia Científica.** 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes Y. **Economia e desenvolvimento regional.** São Paulo: Atlas, 2000

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura Familiar.** Disponível em <http://www.conab.gov.Br>. Acessado em 2007

CONTINI, Eliseo. Tendências recentes no consumo de alimentos processados no Brasil. **Revista de Política Agrícola.** Ano VII, n3. 2000

COSTA, Armando João. Onde tudo começou. **Revista Avicultura Industrial.** São Paulo, v88, n1056, 1998. 81-86p

CPT. **O agronegócio da madeira no paraná: destrui o ambiental e trabalho escravo ou: ainda nos chamam de eco-ditadores!** Disponível em <http://www.cpt.org.br> acessado em 2007.

C VALE. **Relatório Anual**. 2007

DAVIDOVICH, F. A Propósito da ECO-Urb's 92: **A Temática Urbana na Questão Ambiental. Geografia e Questão Ambiental**. IBGE. pp. 13-23. Rio de Janeiro, 1993.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University/Graduate School of Business Administration/Division of Research, 1957.

DELGADO, Nelson G. **Estratégias agro-industriais e grupos sociais rurais: o caso o MERCOSUL**. Rio de Janeiro; Forense universitária, 1996.

FARINA, E. M. M. Q. & ZYLBERSZTAJN, D. **Rela es tecnológicas e organiza o de mercados no sistema agroindustrial de alimentos**. São Paulo, PENSA. Série Temas para Discussão 006/91, 1991.

FAYARDO, Sergio. O novo padrão de desenvolvimento agroindustrial e a atua o das cooperativas agropecuários no Paraná. **Revista Caminhos de Geografia**, v17 art 4, 2006 31-47p. Acessado em www.ig.ufi.br/revista/caminhos.html/

FRANCO, Augusto. **Além da Renda**. Brasília: Instituto de Política, 2000.

FRANCO, Augusto. **A o Local: a nova política da contemporaneidade**. Brasília: Agora – Instituto de Política, Fase, 1995.

FURLAN, Luiz Fernando. **O Desempenho das Exporta es Brasileiras de Frangos em 1998**. Associa o Brasileira de Exportadores de Frango - ABEF [online] [Artigo citado em jan2000]. Disponível na <http://www.abef.com.br/>.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento. In: CAIDEN, Gerald & CARAVANTES Geraldo. **Reconsidera o do conceito de Desenvolvimento**. Caxias do Sul: Educus, 1988.

GIL, Ant nio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995

HUMBERG, M.E. **Cuidando do Planeta Terra: uma Estratégia para o Futuro da Vida**. Editora CL-A Cultural, Publica o Conjunta de UICN,PNUMA,WWF, 246pp. São Paulo, 1991

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 1991. disponível em www.ibge.gov.br, acessado em 2006

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000. disponível em www.ibge.gov.br, acessado em 2006.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **DIAGNÓSTICO E ANÁLISES: Cooperativas de Produ o Agropecuária do Estado do Paraná**. Convênio CPEc – BRDE – OCEPAR – IPARDES Curitiba. 1974. 842p.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense** Curitiba, IPARDES, 2004.

IPEA. **Boletim Conjuntural 34** - julho, 1996 <http://www.ipea.gov.br/pub/bccj/bc034g.html> acessado em 2006

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAUSCHNER, Roque. **Agribusiness cooperativa e produtor rural**. São Leopoldo: Unisinos, 1993, 296p

LEFF, Enrique. **Ecologia y Capital**. Editora Siglo XXI, 354pp. México, 1988.

LIMA, Marcos Augusto Teixeira de Freitas Carvalho. **O Cooperativismo Paranaense: Bases históricas na sua relação teórica-prática**, 1988. 74p. Monografia (Curso de Especialização em Administração de Empresas) Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

LOPES, Antonio Simões. O espaço Econômico. In: COSTA, José Silva (coord). **Compêndio de Economia Regional**. Coimbra: APDR, 2002.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A economia paranaense nos anos 90: Um modelo de interpretação**. Curitiba: Ed. Do autor. 2000. 99p

LUCE, F. B. & KARSTEM, R. Análise Competitiva da Indústria de Frangos do Rio Grande do Sul. In: **Revista de Administração**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 3-11, jan/mar 1992.

MACHADO FILHO, Claudio A. P. et.al. Gestão Estratégica em Cooperativas Agroindustriais. **IV Congresso Internacional de Economia e Gestão de Redes Agroalimentares**. São Paulo: Universidade São Paulo, 2003.

MARTINS, Gilberto de A. **Manual para elaboração de monografias**. São Paulo: Atlas, 1994.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Unesp, 2000.

MENEGÁRIO, Alexandre Hattner. **Emprego de Indicadores sócio-econômicos na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias**. Piracicaba, Universidade de São Paulo. Dissertação de mestrado em Economia Aplicada, 2000

MOTA, Fernando de Oliveira. **Manual de localização industrial: tentativa de adequação da teoria a realidade**. 2a. ed. Fortaleza, BNB. ETENE, APEC, 1988.

OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. **História do Cooperativismo**. Disponível em <<http://www.ocb.org.br>>, acessado em 2007.

OCEPAR. **Notas sobre Cooperativismo**. Disponível em <http://www.ocepar.org.br/ocepar/>

acessado em 2007

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2001. 319p

MP. **Medida Provisória nº 1.715-2, de 29 de Outubro de 1998**. disponível em <<http://www.portaltributario.com.br/legislacao/mp1715.htm>>, acessado em 2006.

PARANA AGROINDUSTRIAL. **Panorama atual setor Agroindustrial**. Disponível em www.tecpar.br/paranaagroindustrial, acessado em 2006.

PARANÁ. Secretária de Cultura do Estado. **Erva Mate. História do Paraná**. Disponível em www.pr.gov.Br/seec. Acessado em 2007

PBDCT – Ação Programada em Ciência e Tecnologia – **Agroindústria e Engenharia Agrícola**. Brasília: PBDCT, 1982.

PERIS, Alfredo Fonseca (coord.) **Mesorregião Oeste do Paraná: diagnóstico e perspectivas**. Cascavel: Unioeste, 2002 502-527p. Disponível em <<http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/PMOP/capitulos/prognostico.pdf>>. Acessado em 2007.

PINAZZA, L.A., ALIMANDRO, R. **A Segunda Revolução Verde**. Agroanalysis, Rio de Janeiro, v.18, n.10, p.37-43, 1998.

PINHO, D. B. (1982). **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro** São Paulo: CNPq.

RAMOS, Pedro, REYDON, Bastiaan P. **Agropecuária e agroindústria no Brasil**. 6. ed. Campinas: ABRA, 1995.

RATTNER, Henrique. **Liderança para uma Sociedade Sustentável**. São Paulo: Nobel, 1999.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000. 190p.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIZZI, Aldair T. **Mudanças tecnológicas e reestruturação da indústria agroalimentar: o caso da indústria de frangos no Brasil**. Campinas, 1993. Tese de doutorado em Economia Unicamp.

ROCHA JUNIOR, Weimar Freire. **Análise do agronegócio da erva mate como enfoque na nova economia institucional e o uso da matriz estrutural prospectiva**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, tese de doutorado em Engenharia da Produção, 2001.

ROLIM, C. F. C. O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness. **Revista Paranaense de desenvolvimento** - IPARDES, Curitiba, n.86, p.49-99, set./dez. 1995.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petropolis: Vozes, 1986.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004. 152p.

SALANEK Filho, Pedro. **Capital social e cooperativismo agropecuário no processo de desenvolvimento sustentável local: uma avaliação da região de atuação da cooperativa Copacol**. Curitiba: UNIFAE, dissertação de mestrado em Organizações e Desenvolvimento, 2007

SATO, Geni Satiko. Perfil da indústria de alimentos no Brasil: 1990 – 95. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 56-67, jul./set. 1997.

SCHORR, Hélio "**Modelo Empresarial do Futuro**", trabalho apresentado no Simpósio Perspectivas para a Indústria Avícola Brasileira, ITAL, Campinas, agosto de 1999.

SCHOR, Helio. Modelo Empresarial do Futuro. **Simpósio Perspectivas para a indústria avícola brasileira**. Campinas: ITAL, 1999.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. 239p.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SESCOOP. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Histórico de cooperativas**. disponível em <http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/ramos/evolucao_historica.asp>, acessado em 2007

SEXTON, Richard, J. Cooperatives and the forces shaping agricultural marketing. **American Journal of Agricultural Economics**, U.S.A.: University of Wisconsin, n.68, p.1117-1172, Dec.1986.

SIFFERT Filho, Nelson e FAVERET Filho, Paulo. O sistema Agroindustrial de Carnes: Competitividade e Estruturas de Governança. **Revista do BNDES**, nº 10, dez, 1998.

SILBER, S. D. (1997) “Cenário da economia mundial e perspectivas da economia brasileira”. **XI Congresso Brasileiro de Cooperativismo**. Brasília, p. 23-36, novembro.

SILVA, Christian Luiz da. **Competitividade na cadeia de valor: um modelo econômico para tomada de decisão empresarial**. Curitiba: Juruá Editora, 2002.

SILVA, Christian Luiz da. Proposta de um modelo de monitoramento e avaliação do desenvolvimento sustentável. In: SILVA, Christian Luiz da. (coord). **Desenvolvimento Sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006

SILVA, Christian L. e SAES, Maria Sylvia M. **A Questão da Coexistência de Estruturas de Governança na Economia de Custos de Transação: evidências empíricas na avicultura de corte paranaense**. Revista de Administração Mackenzie. ed. 6, 2005. disponível em <<http://www.Mackenzie.Br/editoramackenzie>>, acessado em 2006.

SILVA, Christian L. e SAES, Maria Sylvia M. **Estruturas e Características da Cadeia de Valor a partir do tipo de governança: uma avaliação preliminar da avicultura de corte**

paranaense. Revista GEPEC On Line. Unioeste. vol. 9, nº 1, 2005. disponível em <<http://www.e-revista.unioeste.Br/index.php/gepec/issue/view/93>, acessado em 2007

SILVA, João Albino; PERNA, Fernando. Turismo e desenvolvimento auto-sustentado. In: COSTA, José Silva (coord). **Compêndio de economia regional**. Coimbra: APDR, 2002

SILVA, José Graziano. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1998

SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Melo e. Teorias da Localização e de Desenvolvimento Regional. **Revista Geografia**, 1: 1-23, Rio Claro (SP), out.1976

SILVA, C. L. e ZANATA, A. F. Competitividade e estruturas de governança na cadeia de valor: uma análise da avicultura de corte paranaense. In: VALLADARES, Angelise (org) **Tecnologia de Gestão em sistemas produtivos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 2v.

SOUSA, A.R. **Da teoria econômica a teoria do desenvolvimento**. Lisboa: Clássica, 1980. 260 p.

SOUZA, Mario Romero Pellegrini de. **Fatores determinantes do crescimento das regiões - um processo de mensuração** Florianópolis: UFSC. Tese de doutorado em Engenharia da Produção, 2004

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2005

TOLOSA, Hamilton C. Pólos de Crescimento: teoria e política econômica. In: HADDAD, Paulo Roberto (ed.). **Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro**. Rio de Janeiro: 1972. 189-243p

TOMM, Gilberto Otomar.- **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento** nº 26, Novembro, 2005 Passo Fundo, RS

TRINTIN, Jaime Graciano. **A Nova Economia Paranaense: 1970-2000**. Maringá: Eduem, 2006

URBAN, Maria Lucia de Paula. Dilemas da Economia Paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.84. Curitiba: Ipardes, 1995. p13-18.

WEBER, Alfred. **Theory of Location of Industries**, 2ª ed. Chicago: University of Chicago Press, 1957.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

ZANATTA, A. F.; SILVA, C. L. da. **A conformação da estrutura de governança no Paraná**. In: III Workshop Empresa, Empresários e Sociedade. Curitiba: UFPR/ UTP, 2002.

ZYLBERSTAJN, Decio. Conceitos Gerais, Evolução e Apresentação do Sistema Agroindustrial. In: ZYLBERSTAJN, Décio e NEVES, Marcos Fava (org.). **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares**: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

APÊNDICE**QUESTIONÁRIO**

Nome: _____

Município: _____

Idade: _____

 Masculino Feminino

1. Quanto tempo é associado da cooperativa?

- até 2 anos
- até 4 anos
- até 6 anos
- até 8 anos
- até 10 anos
- mais de 10 anos

2. Qual a área total de sua propriedade

- até 10 ha
- de 11 a 50 ha
- de 51 a 100 ha
- de 100 a 500 ha
- acima de 500 ha

3. Qual a distancia da sua propriedade até a cooperativa?

- até 10 km
- de 10 a 30 km
- de 30 a 50 km
- de 50 a 100 km
- acima de 100 km

4. Qual o principal motivo que o levou a se associar à cooperativa?

- outros produtores são associados
- assistência técnica dirigida
- facilidade para comercialização da produção
- acesso a novas tecnologias
- diversidade de produtos (grãos, suínos, leite, etc)
- outros motivos:

5. Quais atividades que você desenvolve junto à cooperativa?

- produtos agrícolas (venda de grãos soja, milho, trigo)
- produtos agropecuários (leite)
- produtos integração avícola
- integração suíno
- outros

6. sua renda melhorou após se associar à cooperativa?

- sim não

Por que? _____

7. Respondendo “sim” na questão anterior, quanto era a sua renda mensal média antes e depois de se tornar associado?

ANTES

- não lembra/não respondeu
- até 1 salário mínimo
- de 1 a 3
- de 3 a 6
- de 6 a 10
- acima de 10

ATUAL

- não lembra/não respondeu
- até 1 salário mínimo
- de 1 a 3
- de 3 a 6
- de 6 a 10
- acima de 10

8. qual a periodicidade dos seus recebimentos provenientes da cooperativa

- semanal
- mensal
- bimestral
- semestral
- outro: _____

9. qual a periodicidade dos seus recebimentos antes de se tornar cooperado

- semanal
- mensal
- bimestral
- semestral
- outro: _____

10. Caso seja associado integrado avicultura, quantos aviários possui e quais tamanho? (se não for integrado avicultura, ir para questão 17)

- 50 x 12 m
- 100 x 12 m
- 103 x 12 m
- 105 x 12 m
- 120 x 12 m
- 125 x 12 m
- 125 x 12,5 m
- 150 x 12,5 m

11. Os aviários são climatizados?

- sim, todos
- sim, alguns
- não

12. Qual o valor do investimento em aviário?

- até 100.000,00
- de 100 a 200.000,00
- de 200 a 300.000,00
- acima de 300.000,00

13. Quais as fontes de financiamento?

- Recursos próprios ou familiar
- Empréstimo de terceiros
- Financiamento bancário

- Financiamento pela Cooperativa
- outros: _____

14. Quando o(s) aviário(s) entrou(aram) em operação?

- menos de 1 ano
- até 2 anos
- até 4 anos
- até 6 anos
- até 8 anos
- até 10 anos

15. Quantos lotes são processados por ano?

- até 2 lote
- 5 lotes
- 6 lotes
- 7 lotes
- outros: _____

16. Qual o incremento de renda média mensal proporcionado pela integração avícola

- nenhum
- até 3 salários mínimos
- até 5 salários mínimos
- até 8 salários mínimos
- até 10 salários mínimos
- mais de 10 salários mínimos

17. Qual o seu nível escolar?

- fundamental incompleto
- fundamental completo (até 8ª série)
- ensino médio incompleto
- ensino médio completo
- ensino superior incompleto
- ensino superior completo

18. Qual seu estado civil?

- solteiro(a)
- casado(a)
- divorciado(a)/separado(a)
- união estável
- viúvo(a)

19. Quantos filhos tem?

- nenhum
- 1 filho
- 2 filhos
- 3 filhos
- 4 filhos
- mais de 4 filhos

20. Qual a idade dos filhos

- não tem filhos
- de zero a 6 anos
- de 6 a 10 anos
- de 10 a 14 anos
- de 14 a 17 anos
- mais de 17 anos

21. Qual o nível escolar dos filhos

- nenhum
- fundamental incompleto
- fundamental completo
- médio incompleto
- médio completo
- superior

22. A sua moradia fixa é em:

- zona rural
- zona urbana

23. A condição de sua moradia é:

- própria
- alugada
- mora com parentes / amigos
- outro: _____

24. Qual percentual da sua renda recebida é gasta na região?

- 0 a 20%
- 21 a 40%
- 41 a 60%
- 61 a 80%
- 81 a 100%

25. Que motivos o levam a adquirir alguns produtos ou serviços na sua região?

- disponibilidade
- preço
- qualidade
- outros: _____

26. Que motivos o levam a adquirir produtos fora da sua região?

- disponibilidade
- preço
- qualidade
- outros: _____

27. Quanto da sua renda anual é investida em imóveis e equipamentos?

- nenhum investimento
- até 10%
- de 11 a 20%
- de 21 a 30%
- acima de 30%

28. Qual a importância da cooperativa para a organização econômica local

não sabe / não respondeu

nenhuma

pouca

média

muita

Porque: _____

29. Qual a importância da cooperativa para a saúde da população local

não sabe / não respondeu

nenhuma

pouca

média

muita

Porque: _____

30. Qual a importância da cooperativa para a educação da população local?

não sabe / não respondeu

nenhuma

pouca

média

muita

Porque: _____

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)